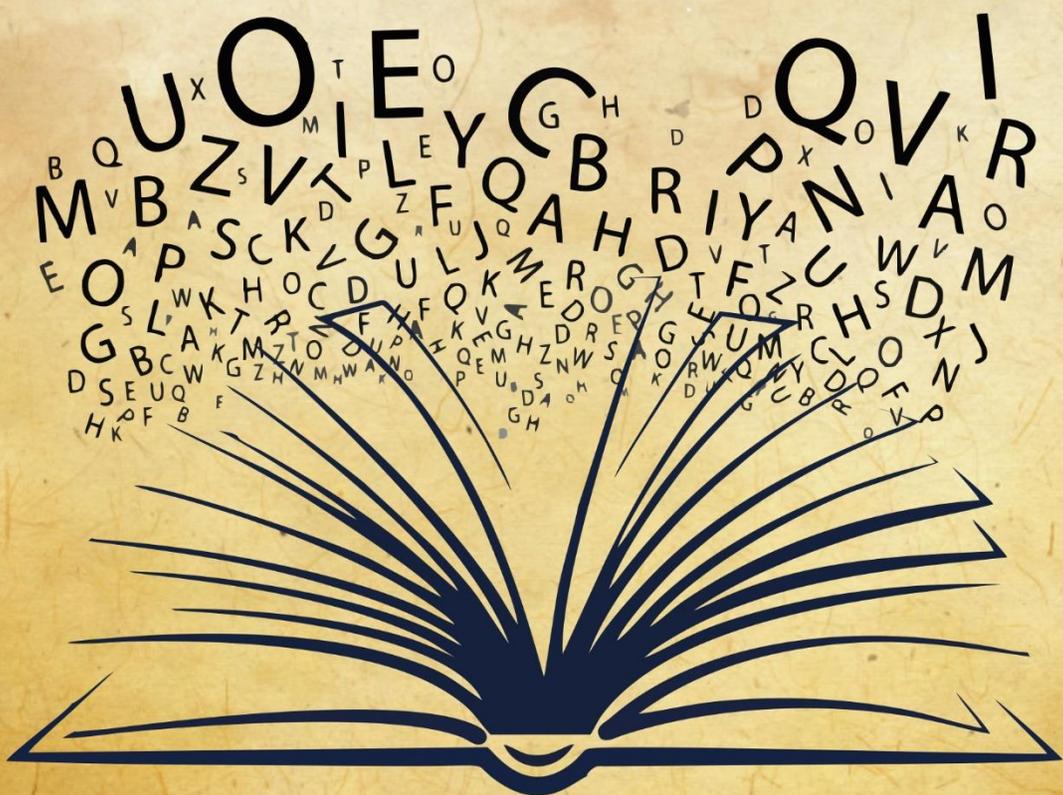


MAX SILVA DA ROCHA
MARCOS SUEL DOS SANTOS
EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ
Organizadores

ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO PERSCRUTANDO DIALOGOS



OLYVER EDITORA

**ESTUDOS DO TEXTO E DO
DISCURSO:
PERSCRUTANDO DIÁLOGOS**

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo
Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim
Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª Drª. Nara Salles
Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira
Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar
Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo
Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Dra. Iraci Nobre da Silva
Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª. Me. Francisca Maria Neta
Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva

Universidad de la Integración de las Américas | UNIDA (Paraguay)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Profª Dra. Denize dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Júlio César Ferreira Lima

Instituto Federal do Ceará | Campus Fortaleza | IFCE (Brasil)

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª Drª. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen | UJAEN (Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y Políticas | Asunción
(Paraguay)

Profª Drª. Mariana Anecchini

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires | (Argentina)
Instituto de Estudios Históricos y Sociales de la Pampa/CONICET/ Universidad Nacional de
La Pampa | (Argentina)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi

Universidad de Buenos Aires (Argentina)

MAX SILVA DA ROCHA
MARCOS SUEL DOS SANTOS
EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ
- Organizadores -

**ESTUDOS DO TEXTO E DO
DISCURSO:
PERSCRUTANDO DIÁLOGOS**

Maceió-AL
2021


OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: <https://www.shutterstock.com>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S207p

ROCHA, Max Silva da. SANTOS, Marcos Suel dos. PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva

Estudos do texto e do discurso: perscrutando diálogos. [recurso digital] / Max Silva da Rocha, Marcos Suel dos Santos, Emanuelle Maria da Silva Piancó. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-87192-73-4

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Discurso. 2. Linguística. 3. Multimodalidade. 4. Oralidade. 5. Texto. I. Título.

CDD: 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Profa. Dra. Beatriz dos Santos Feres (UFF)..... 09

APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Franklin Oliveira Silva (UESPI)..... 12

CAPÍTULO 1

SOBRE A NOÇÃO DE ENCAPSULAMENTO IMAGÉTICO: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Héberton Mendes Cassiano (UFRN)

Marcos Helam Alves da Silva (UESPI)..... 16

CAPÍTULO 2

VISÃO, OLFATO E PALADAR NO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO: QUESTÕES PARA PENSAR

Thaís Ludmila da Silva Ranieri (UFRPE)..... 31

CAPÍTULO 3

UMA ANÁLISE DE TEXTOS DE CURIOSIDADE CIENTÍFICA SOB ASPECTOS SOCIOCOGNITIVOS EM SEQUÊNCIAS EXPLICATIVAS

Marcos Suel dos Santos (UFAL)

Maria Silma Melo de Brito (UFAL)

Maria Inez Matoso Silveira (UFAL)..... 51

CAPÍTULO 4

O FENÔMENO DA RECATEGORIZAÇÃO EM VOTAÇÕES ORAIS DURANTE O IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Emanuelle Maria da Silva Piancó (UFPE)..... 69

CAPÍTULO 5

A RECATEGORIZAÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO JAIR BOLSONARO: EM TELA, AS POSTAGENS DE CIRO GOMES NO FACEBOOK

Natália Luczkiewicz da Silva (UNEAL)

Max Silva da Rocha (UNEAL)..... 89

CAPÍTULO 6	
TEXTO, LÍNGUA E DISCURSO EM DIÁLOGO COM A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA	
Júlia Vieira Correia (UFRJ).....	111
CAPÍTULO 7	
“ELA NÃO FOI ESTUPRADA, ELA CONSENTIU A FESTINHA”: O DISCURSO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS REDES SOCIAIS	
Ketiley Giovana Araujo Menezes (UFAL) Samuel Barbosa Silva (UFAL).....	125
CAPÍTULO 8	
O ETHOS DO PASTOR EDIR MACEDO EM DISCURSOS DA MÍDIA	
José Maria de Melo Sousa (EST/FAEPI).....	146
CAPÍTULO 9	
A RETÓRICA: HISTÓRIA, DEFINIÇÕES E CONCEITOS	
Deywid Wagner de Melo (UFAL).....	161
CAPÍTULO 10	
O GÊNERO DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO À LUZ DOS ESTUDOS RETÓRICOS	
Daiane dos Santos Rosendo Carnahúba (IFAL) Sandra Araújo Lima Cavalcante (IFAL) Max Silva da Rocha (UNEAL).....	182
REFERÊNCIAS	198
SOBRE OS AUTORES	200

PREFÁCIO

O mundo não é. O mundo está sendo. [...] Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências.

Paulo Freire – Pedagogia da autonomia
(1996, pp. 76-77)

Os estudos do texto e do discurso vêm ganhando sempre mais espaço nas pesquisas brasileiras, seja no enfrentamento da tessitura textual em si, em seus vários aspectos organizacionais, semânticos, semióticos, cognitivos e/ou contextuais, seja no diálogo com outras disciplinas das Ciências Humanas, adotando um caráter mais crítico quanto a temas voltados para a relação entre linguagem e sociedade.

Nomes como Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Koch, entre outros, marcam fortemente o nascedouro da Linguística Textual brasileira nos idos de 1980, abrindo espaço para investigações que não só adotam o texto como unidade linguística superior à do período, mas também se preocupam com o entorno cognitivo-contextual que permite a construção do sentido em dimensão micro e macrotextual.

Já as pesquisas direcionadas à Análise do Discurso, na esteira de Bakhtin, de Pêcheux, ou de Charaudeau, tomam o texto como a materialidade em que se pode observar a influência da cultura, da ideologia, dos gêneros discursivos, do interdiscurso, dos imaginários, dos sistemas de pensamento, das identidades, entre outros aspectos, na obtenção de efeitos de sentido.

Linguística Textual e Análise do Discurso (apoiadas, claro, por outras disciplinas, como a Pragmática, a Semiótica, a Linguística Cognitiva), em comum, têm a preocupação com a enunciação, com a linguagem circunstanciada, com o *dizer* e o *fazer* por meio da linguagem, de acordo com constantes discursivas partilhadas socialmente.

São esses estudos que serviram de base para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no fim do século passado e nos quais se apoia a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigência como documento orientador do ensino básico em nosso país. Há mais de vinte anos, portanto, reconhece-se a centralidade do estudo do *texto* para o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes. Essas diretrizes educacionais tomam o *texto* como ponto de partida e de chegada para o ensino de Língua Portuguesa, adotando uma postura reflexiva quanto ao uso da língua, considerando-se não só aspectos enunciativos, como o gênero discursivo que “molda” o texto, ou as circunstâncias em que se dá a comunicação, mas também a variação linguística e a complexidade estrutural de uma língua *em uso* – e não mais isolada para classificações e análises sem vínculo com o processo interacional.

Ainda assim, infelizmente, vemos os pífios índices de desenvolvimento da competência linguística dos alunos brasileiros, ratificado, sobretudo, pelo baixo desempenho na produção e na leitura de textos. Muitas razões justificam esses índices – e não seria possível neste espaço elencá-los satisfatoriamente, nem seria o objetivo deste prefácio. Entretanto, no que diz respeito à pesquisa na área de Linguagens, o que se constata quanto à preocupação com o desenvolvimento da competência linguística dos alunos de ensino básico é um interesse sempre maior por parte dos educadores-estudiosos quanto às novas abordagens linguísticas, aos estudos sobre texto, às investigações sobre o processo de leitura, enfim, às teorias e às aplicações práticas que podem auxiliar o trabalho de mediação efetuado pelo professor.

Considerando esse quadro, pode-se destacar a importância de trabalhos como os que se apresentam neste livro, tanto para o aprofundamento de conceitos relativos à linguagem, quanto para uma possível aplicação na escola com o intuito de uma renovação no processo ensino/aprendizagem. O texto multimodal – abordado pela BNCC –, o funcionamento de sua estrutura bi ou multissemiótica; os processos de recategorização de *objetos de discurso* que direcionam a

leitura de um texto; os recursos retóricos e os sentidos implícitos que permeiam os textos circulantes, todos esses temas de pesquisa estão orientados para uma conscientização, seja no âmbito da pesquisa acadêmica, seja no âmbito da prática pedagógica, sobre a atuação dos indivíduos – por meio da linguagem – na sociedade.

Retomando-se então a epígrafe, repetimos Paulo Freire: “o mundo está sendo”. No pesquisador, para além do desejo de compreensão da linguagem e, por acréscimo, de compreensão da realidade que nos cerca, reside a necessidade de intervenção, de mudança efetiva do mundo por meio da reflexão e da ação que a sucede. Os estudos relacionados ao texto e ao discurso guardam esse compromisso social. O mundo nunca estará pronto; a realidade que vivemos – mesmo em seus piores momentos – nunca é definitiva. Haverá sempre espaço e vontade para o movimento, para a mudança, para a renovação, para a ampliação benéfica de nossa humanidade.

Dra. Beatriz Feres
Professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
Março de 2021, em plena pandemia do coronavírus.

APRESENTAÇÃO

Início a apresentação da presente obra com um agradecimento pelo convite feito pelos organizadores. Ser o primeiro leitor de um livro é sempre uma honra, e para mim este convite é ainda mais especial pelas temáticas que nele abordaram.

Texto e discurso são temas bastante recorrentes em pesquisas linguísticas. Não poderia ser diferente, uma vez que toda ação de linguagem, toda ação comunicativa espelha um discurso e se manifesta em textos, nos seus mais variados formatos e propósitos. Avançar por essas águas é um caminho sedutor e perigoso pois não há garantias, assim como em toda pesquisa científica. Mas a coragem e a vontade de conhecer a outra margem é o que move os pesquisadores que nas páginas deste livro ancoram, mesmo que temporariamente, os resultados de suas investigações sobre texto e discurso.

A obra que aqui apresento – *Estudos do texto e do discurso: perscrutando diálogos* – traz reflexões cada vez mais necessárias para quem estuda a linguagem. Composto por 10 capítulos, este livro cumpre a missão posta no título que é dialogar. Pesquisadores de diferentes instituições de ensino tecem uma teia de fios que se entrelaçam e formam uma unidade com temas como Referenciação (capítulos 1,2, 4 e 5), Gêneros e sequências textuais (capítulos 3 e 10), Discurso e retórica (Capítulos 7, 8 e 9) e um capítulo teórico dedicado ao tema do livro (capítulo 6).

No capítulo 1, *Sobre a noção de encapsulamento imagético: um exercício de análise*, Héberton Mendes Cassiano e Marcos Helam Alves da Silva retomam os estudos de Referenciação e destacam a importância de se olhar para a imagem como elemento fundamental para a argumentação em campanhas socioeducativas, especialmente por retomar, por meio de anáforas encapsuladoras, os referentes e assim construir sentidos e auxiliar no efeito persuasivo deste gênero textual.

No capítulo 2, intitulado *Visão, olfato e paladar no processo de referenciação: questões para pensar*, Thaís Ludmila da Silva Ranieri apresenta uma visão interessante sobre o papel da multimodalidade na construção de referentes, destacando as semioses utilizadas nos processos referenciais. Ao propor uma análise sobre como estas semioses funcionam na elaboração de objetos de discurso, Thaís Ranieri comprova que a referenciação é uma ação discursiva multimodal.

O capítulo 3, *Uma análise de textos de curiosidade científica sob aspectos sociocognitivos em sequências explicativas*, produzido por Marcos Suel dos Santos, Maria Silma Melo de Brito e Maria Inez Matoso Silveira, traz à baila outro tema importante da Linguística Textual: a argumentação (tema presente em muitos capítulos desta coletânea). O foco reside no entendimento sobre o viés argumentativo que se pode observar nas sequências explicativas, muitas vezes esquecidas no ensino de línguas. Ao abordar como estas sequências fazem parte do processo argumentativo no gênero “curiosidades científicas”, os autores salientam a relevância dos operadores argumentativos presentes em sequências explicativas.

“*O fenômeno da recategorização em votações orais durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff*” é o título do capítulo 4 em que a autora Emanuelle Maria da Silva Piancó reforça a necessidade de se estudar gêneros orais, e neste caso, o gênero votação oral. Nesta investigação, Emanuelle Piancó fundamenta-se na teoria da Referenciação e destaca como o fenômeno da recategorização é utilizado na (re)construção dos objetos de discurso presentes nos textos analisados.

O capítulo 5 também abarca o fenômeno da recategorização. Com o título “*A recategorização do objeto de discurso Jair Bolsonaro: em tela, as postagens de Ciro Gomes no facebook*”, Natália Luczkiewicz da Silva e Max Silva da Rocha, partindo dos estudos sobre referenciação e recategorização, promovem uma reflexão sobre a polidez esperada na esfera política e a desconstrução dessa imagem promovida pelo fenômeno da recategorização. A análise reforça que as

expressões referenciais utilizadas nas postagens de Ciro Gomes revelam um posicionamento que aponta para uma (re)elaboração do referente Bolsonaro, muitas vezes de forma avaliativa e negativa.

O tema geral deste livro é abordado no Capítulo 6, com o título *Texto, língua e discurso em diálogo com a teoria Semiolinguística*, de Júlia Vieira Correia. A autora trata sobre a proposta teórica do linguista Patrick Charaudeau sobre a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (AD) para tratar dos temas “texto”, “língua” e “discurso”, reforçando este último. Júlia Correia ressalta neste capítulo que língua e discurso se relacionam, ao mesmo tempo em que se distinguem, e que o texto é o resultado de um ato de linguagem.

No Capítulo 7, “*Ela não foi estuprada, ela consentiu a festinha*”: o discurso de violência contra a mulher nas redes sociais, Ketiley Giovana Araujo Menezes e Samuel Barbosa da Silva, ancorados na Teoria da Análise de Discurso Pêcheuxiana, analisam os efeitos discursivos em casos de violência contra a mulher em 2016. A partir dos exemplos investigados, os autores reforçam a relação entre língua e história, e sobre como a ideologia é fundamental para a construção dos discursos, e para se observar as posições de sujeito reveladoras de um discurso de violência.

Os estudos da Análise do Discurso continuam no capítulo 8, *O Ethos do pastor Edir Macedo em discursos da mídia*, de José Maria de Melo Sousa. Neste capítulo, José Sousa tem como objetivo realizar uma análise dos enunciados revelados no discurso do Pastor Edir Macedo, e sobre como eles apontam para uma construção de si (*ethos*) no discurso. Esta análise pauta as noções de *ethos* propostas por Amossy (2018), Maingueneau (2008) e Charaudeau (2017) e a noção de discurso de Orlandi (2005).

No Capítulo 9, *A Retórica: história, definições e conceitos*, Deywid Wagner de Melo apresenta uma pesquisa que pertence aos estudos de doutoramento do autor, na qual esclarece sobre o que é a Retórica, desde sua origem até os principais conceitos, buscando desmistificar os usos e definições equivocadas para esta temática tão valiosa para os estudos linguísticos.

Por fim, no capítulo 10, *O gênero debate político televisivo à luz dos estudos retóricos*, escrito por Daiane dos Santos Rosendo Carnahúba, Sandra Araújo Lima Cavalcante e Max Silva da Rocha, a Antiga e a Nova Retórica são utilizadas como base fundamental para a compreensão do funcionamento dos argumentos persuasivos no gênero debate político televisivo. Os autores destacam, nesta análise, a presença de argumentos quase lógicos, baseados na estrutura do real, além de ligações que fundam a estrutura do real, bem como a tríade aristotélica (*ethos, pathos e logos*), confirmando que este gênero se caracteriza pela tipologia argumentativa.

Os dez capítulos da obra propõem um diálogo bastante apropriado de investigações que se preocupam com as noções de texto e discurso, em diferentes dimensões. Além disso, provocam reflexões que motivam outras pesquisas com o intuito de avançar por mares da linguística “nunca dantes navegados”. O leitor, agora, é chamado a navegar pelas páginas deste livro, apreciando cada trabalho. Boa leitura!

Dr. Franklin Oliveira Silva

Professor e pesquisador da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

CAPÍTULO 1

SOBRE A NOÇÃO DE ENCAPSULAMENTO IMAGÉTICO: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Héberton Mendes Cassiano
Marcos Helam Alves da Silva

Considerações iniciais

A Linguística Textual é uma área de investigação que tem buscado desenvolver discussões que envolvem a complexidade dos fenômenos textuais, cujos os estudos anteriores, centrados apenas nas estruturas de nível frasal, não conseguiam visto que desconsideravam o papel essencial do contexto e dos aspectos semânticos.

Com o avanço dos estudos, especialmente no campo da Referenciação (área anexa à Linguística Textual), os processos anafóricos têm ganhado destaque por se manifestarem em textos verbais, imagéticos e verbo-imagéticos, auxiliando na construção do sentido, especialmente à serviço da argumentatividade.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar o encapsulamento imagético – um dos fenômenos anafóricos estudados no campo da Referenciação – presente em cartazes campanhas socioeducativas e evidenciar a importância desse fenômeno na construção da argumentação dos textos. Tomaremos como base para nosso estudo, os artigos de Conte ([1996]2003) para apresentação do encapsulamento anafórico, em seguida, contemplaremos o artigo de Lima (2017) e o trabalho de Santana (2019) para tratar do encapsulamento imagético a partir de suas análises, confirmando nosso pressuposto de que essa estratégia de referenciação tem um papel argumentativo importante na construção do sentido e no efeito persuasivo.

Após revisitarmos os artigos de Conte ([1996]2003), Lima (2017) e a pesquisa de Santana (2019), partiremos para uma análise de exemplares de cartazes campanhas socioeducativas, detalhando como o encapsulamento imagético ocorre na composição do gênero e como ele fornece subsídios co(n)textuais para alcançar a argumentatividade.

O encapsulamento na visão de Conte ([1996]2003): o foco nos textos verbais

Em seu artigo intitulado *Encapsulamento anafórico*, Conte ([1996]2003, p. 178) apresenta a definição do termo encapsulamento anafórico. Para a autora, trata-se de “uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou nome avaliativo, um nome axiológico como um núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinado demonstrativo.” Baseado nesse entendimento, Conte ([1996]2003, p. 178) define o encapsulamento anafórico como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente no texto.”. A autora reforça que o trecho resumido poderá compreender dimensões variadas, desde um parágrafo, ou mesmo uma frase. Para ilustrar essa estratégia, vejamos, no exemplo (1), como Conte ([1996]2003, p.178) apresenta o encapsulamento anafórico.

(1) “A verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. Este fato provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no Centro-Sul.”

O que percebemos no exemplo (1) apresentado pela autora é que existe uma expressão sintagmática que engloba uma porção textual anterior e que é delimitada na expressão *Este fato*. Esse tipo de anáfora, segundo Conte ([1996]2003, p.179), acaba se diferenciando das formas anafóricas tradicionais, chamadas por ela de padrão, pois os referentes que desempenham papel encapsulador não são indivíduos, ou seja, para a autora “são entidades de uma ordem superior como estados de coisas,

eventos, situações, processos”, conforme o exemplo (1) apresentado por ela.

De acordo com a opinião de Conte ([1996]2003), essa é uma estratégia coesiva importante, principalmente em textos argumentativos escritos. É nesse sentido que reforçaremos o papel desse fenômeno na construção do texto verbo-imagético, ampliando o olhar meramente textual-discursivo para uma visão sociocognitiva-discursiva, tal qual explorada por Lima (2017).

Conte ([1996]2003), ao evidenciar a importância de investigação do fenômeno, faz um percurso pela sua consolidação na literatura através de um estado da arte. Sobre o encapsulamento, a autora afirma que autores como Halliday e Hasan (1976), além de Conte (1980,1981), já haviam apresentado fenômenos que se aproximavam do conceito de encapsulamento tal qual conhecemos.

Ao longo da trajetória dos estudos, segundo Conte ([1996]2003), Francis, em 1986, lança um estudo, intitulado *Anaphoric Nouns*, mas que não diz respeito, literalmente, ao que o título sugere. Nessa perspectiva, Francis (1986) reuniu vários “nomes-A”, de forma ilimitada, com foco naqueles nomes ilocucionários e de opinião que compõem um caráter metadiscursivo ao discurso em andamento, chegando à conclusão de que esses nomes sumarizam, reformulam, condensam informações.

Conte ([1996]2003) considera relevante a contribuição dada por Wanda d’Addio (1988,1990), que esclarece sobre o encapsulamento anafórico ser, antes de tudo, uma categorização de conteúdos dispersos no cotexto, anterior à expressão encapsuladora – que pode ser marcada por nomes neutros ou avaliativos (Conte ([1996]2003) chama de axiológicos).

Ainda, segundo a autora, o encapsulamento anafórico pode ser visto como uma anáfora pragmática, uma vez que ela concebe a categorização e a avaliação como operações emotivas e cognitivas que estão relacionadas ao falante.

O estudo de Conte ([1996]2003), portanto, mostram que o encapsulamento anafórico depende especialmente do cotexto, mas abre um questionamento acerca da manutenção apenas de informações velhas. Nesse sentido, a autora argumenta que o fenômeno do encapsulamento não se resume apenas à essa ideia de retomada de uma porção textual por um sintagma, podendo, essas estruturas serem consideradas como referentes novos, já que é a primeira vez que eles aparecem no cotexto. Trata-se, então, de acordo com a autora, do surgimento de um referente novo que irá apresentar-se no cotexto para se ligar a outras predicções ao longo do texto, pela própria dinamicidade do discurso.

Conte ([1996]2003, p. 183) defende que a preferência pela utilização dos demonstrativos ao invés dos definidos surge dessa “natureza estabelecadora de referente do encapsulamento anafórico”. Nesse sentido, a autora reforça que há preferência pela utilização dos demonstrativos por conta do seu poder dêitico e pelo valor axiológico dos sintagmas eleitos para resumir as porções textuais de modo que há uma afinidade entre os demonstrativos e os termos avaliativos, confirmando a tendência do uso dos demonstrativos e da baixa recorrência dos definidos.

De acordo com Conte([1996]2003), há um papel de integração semântica no encapsulamento. Ela discorre que a expressão utilizada para encapsular porções do texto se concentra em um nível semântico mais alto e que é perceptível sua ocorrência nos inícios de frases, funcionando como uma ferramenta de organização do texto/discurso. De forma clara, a autora coloca que o encapsulamento exerce o papel de um subtítulo, ou seja, resume uma porção textual anterior e, ao mesmo tempo, inaugura uma nova construção. O exemplo (2) de Conte([1996]2003, p. 185) mostra com precisão essa concepção:

(2) “No fim, contudo, a luta contra a corrupção será vencida pelo desenvolvimento dos próprios países – não pelo mundo dos ricos. Há sinais encorajadores: a Tailândia e o Zimbábue, entre outros, estabeleceram comissões anticorrupção, embora elas nem sempre

cumpram o que prometem (...). Na Argentina e em outros locais, advogados, que uma vez defenderam casos civis, agora lutam contra a corrupção. *Estes esforços nativos* algumas vezes acabam morrendo na casca”.

O exemplo (2), segundo a autora, confirma a ideia de que o encapsulamento tem a função de amarrar o texto, ou seja, esses sintagmas funcionam como rótulos que sintetizam porções anteriores a ela no texto, servindo como “recursos de interpretação intratextual”. (CONTE [1996]2003, p. 185). É importante considerar, a partir da discussão de Conte ([1996]2003), que o encapsulamento anafórico pode reforçar o caráter argumentativo da própria expressão, trazendo um caráter avaliativo na sua própria construção.

Além de Conte ([1996]2003), outros estudos acerca do encapsulamento foram importantes para o avanço da análise desse processo anafórico, como o de Cavalcante (2003). Nele, a autora opta por englobar as terminologias de “encapsulamento anafórico” e “rótulo”, utilizados por Conte (2003) e Francis (2003) respectivamente, em apenas encapsulamentos. No entendimento de Cavalcante (2003, p. 115) “encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal – o qual tem recebido a denominação de “rótulo” Francis (1994) –, ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo”.

Tendo em vista essas primeiras perspectivas do fenômeno, que parte da investigação em textos verbais, avançaremos para cumprir com o nosso objetivo, em estudos mais recentes que englobam a análise desse fenômeno em textos verbo-imagéticos, como forma de ampliar as análises desse processo referencial para textos composto por mais de uma semiose.

O encapsulamento imagético: a concepção de Lima (2017)

Com a necessidade de abranger outras ‘modalidades’ textuais, que não somente os verbais, a Linguística Textual tem se preocupado em investigar como os processos referenciais podem ser vistos em

textos imagéticos e verbo-imagéticos, tendo em vista que a muito a ser dito sobre essas composições textuais. É a partir daí, que adentraremos em alguns estudos que tratam do encapsulamento imagético para sustentarmos nossa perspectiva de análise.

Lima (2017) apresenta uma investigação acerca do fenômeno do encapsulamento, mas aplicado aos textos verbo-imagéticos. A autora afirma que até, então, os estudos da Linguística Textual que buscaram tratar desse fenômeno direcionavam suas análises apenas para textos verbais. No entanto, de acordo com a perspectiva da autora, é possível pressupor que nos textos verbo-imagéticos possa também haver a presença de encapsulamento, partindo da condição de que esse processo não ocorra apenas por meio do verbal.

Segundo Lima (2017), há estudos anteriores que também trabalham com a ideia do encapsulamento em textos multissemióticos, como o de Nascimento (2014), mas que optou por se debruçar sobre textos com imagens em movimento, diferentemente do recorte que ela opta por investigar. Contudo, não nos deteremos a descrever o trabalho de Nascimento (2014), uma vez que nossa base de análise será o trabalho de Lima (2017).

Ainda tomando como base Lima (2017), a autora afirma que, para considerar a ocorrência de um encapsulamento no texto verbo-imagético, é necessário tomar a noção de texto numa perspectiva sociocognitiva, uma vez que essa concepção consegue contemplar, de forma mais refinada, uma “diversidade de configurações textuais que estão surgindo na atualidade, dentre as quais destacamos os textos verbo-imagéticos.” (LIMA, 2017, p. 111).

Apresentaremos, a partir da análise de Lima (2017, p.111), como esse fenômeno é visto nessa composição textual. No exemplo (3) a seguir, a autora elege um cartaz de campanha socioeducativa de trânsito para confirmar seu posicionamento sobre o encapsulamento imagético.

(3)



Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+de+tr%C3%A2nsito+2017&tbn=isch&imgil>> Acesso em: 07 set. 2017.

Analisando esse cartaz, Lima (2017) chama atenção para a expressão encapsuladora *desta cena*, pois marca a existência resumitiva nessa expressão de uma porção textual composta pela imagem e que aciona o *frame* acidente de trânsito. Além de encapsular a imagem, a autora também destaca a porção verbal *6.121 vítimas de acidentes de trânsito* como uma porção textual que também está sendo encapsulado pela expressão *desta cena*.

De acordo com Lima (2017), ao aceitarmos essa construção do fenômeno, é possível a existência do encapsulamento se dá por meio de uma imagem apenas ou, ainda, da conexão da imagem com uma parte verbal. Nesse sentido e corroborando como Lima (2017), Santana (2019, p. 40) afirma que:

o papel do encapsulamento na construção de textos verbo-imagéticos é igual ao dos textos verbais, confirmando o fato de que existem situações em que a expressão referencial encapsuladora não encapsula os elementos linguísticos, mas os não linguísticos ou a comunhão entre os dois.

A partir daqui, discorreremos um pouco sobre a questão da argumentação nos textos multimodais como foco na abrangência do nosso *corpus* de campanhas socioeducativas para confirmar nossas análises na sequência.

Argumentação em textos multimodais: algumas considerações

Antes de adentrarmos nesse tópico, é válido destacar que não adentraremos num embasamento teórico aprofundado, pois nosso objetivo é apenas mostrar como o encapsulamento imagético está à serviço da argumentatividade no gênero escolhido.

A questão do texto multimodal tem ganhado notoriedade quando se fala em análise de texto à luz da LT. O que percebemos, de acordo com Elias e Silva (2018) é a existência de uma relação entre diferentes formas de linguagem dentro dos textos e que essas carregam uma argumentatividade que se pretende construir na composição textual.

Segundo Elias (2016, p. 192), “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo”, ou seja, os textos, sejam eles verbais ou multimodais possuem na sua composição um caráter argumentativo. Dessa forma, Elias (2016, p.194) entende que “recursos visuais como variação tipográfica e cromática são de importância para a organização textual e assumem papel argumentativo”. Pautada nessa constatação, Santana (2019) se embasa para defender que o encapsulamento no texto verbo-imagético possui um caráter argumentativo e que será também importante para a análise desse artigo.

Sobre a argumentação no texto verbo-imagético, Santana (2019, p. 113) defende que as imagens são de grande relevância na produção de sentidos no gênero cartaz de campanha socioeducativa e o encapsulamento destas tornou-se fundamental para a construção dos argumentos que irão convencer o interlocutor a aderir a uma campanha socioeducativa.

A autora confirma, ainda, que o encapsulamento nos textos verbo-imagéticos não acontece apenas verbalmente ou imageticamente, ela comprova que a porção verbal juntamente com a porção imagética são fundamentais para a homologação do fenômeno tal qual ela defende, contrariando os estudos mais tradicionais que colocam o encapsulamento como uma estratégia resumitiva apenas de porções verbais.

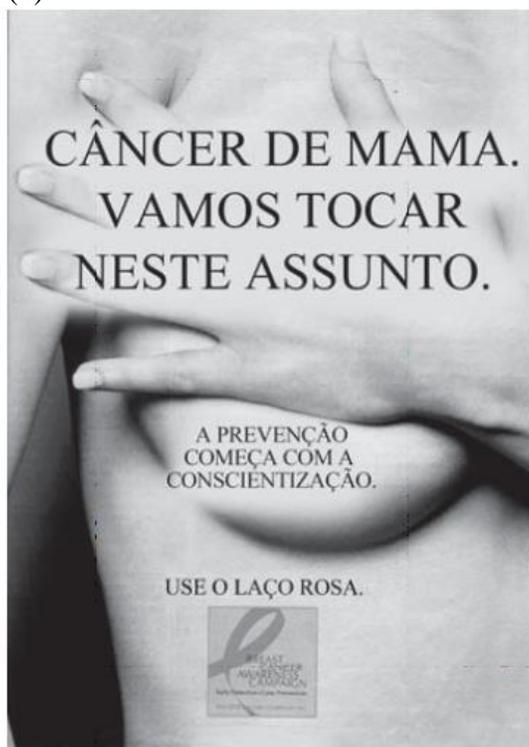
Santana (2019, p.114) também faz considerações acerca da integração entre as semioses na composição textual e na análise dos processos referenciais, como o encapsulamento:

o encapsulamento não pode restringir-se apenas a elementos linguísticos do texto. Nesse sentido, os elementos linguísticos devem ser vistos em integração com as demais semioses presentes no texto, e não apenas como elementos centrais no estudo da referenciação, como sempre foi priorizado, tendo em vista que eles podem se apresentar sob diversas formas semióticas.

Com base nessas discussões sobre os aspectos que envolvem o encapsulamento, julgamos suficiente para a análise do corpus a seguir. Vejamos, então, como o encapsulamento imagético é construído nos três exemplares de diferentes campanhas socioeducativas selecionadas.

No primeiro exemplo (4), temos uma campanha de conscientização que estimula a população quanto ao diagnóstico precoce do câncer de mama. Nela, identificamos a expressão (n)este assunto, que encapsula toda a informação presente no cartaz tanto da parte verbal quanto a imagética.

(4)



Veja, n. 42, 20 out. 2010 (adaptado).

Observemos as porções verbal presentes no cartaz. São três: “Câncer de mama. Vamos tocar nesse assunto”, “A prevenção começa com a conscientização.” e “Use o laço rosa”. Percebemos que a expressão *(n)este assunto* é responsável por encapsular todo o texto – verbal e não verbal – além de evocar o *frame* problema de saúde. Confirmamos, através do exemplo (4), a construção semântica que se dá pela soma das semioses verbal e imagética. Cabe destacarmos, ainda, que as duas semioses presentes reforçam o caráter argumentativo desse cartaz à medida que é sugerido *tocar*, relacionando a parte imagética, que recupera a necessidade do autoexame pelas mulheres, e parte verbal, com a importância de adesão à campanha no mês de outubro, já que se trata de uma campanha instituída nesse mês – Outubro Rosa – para reforçar a necessidade dessa conscientização.

No segundo exemplo (5), temos uma campanha que tem como foco a educação e a conscientização no trânsito. Vejamos como o encapsulamento imagético é construído:

(5)



FONTE: <https://www.portaldotransito.com.br/educacao/publicitario-investe-em-educacao-e-conscientizacao-no-transito-2/>

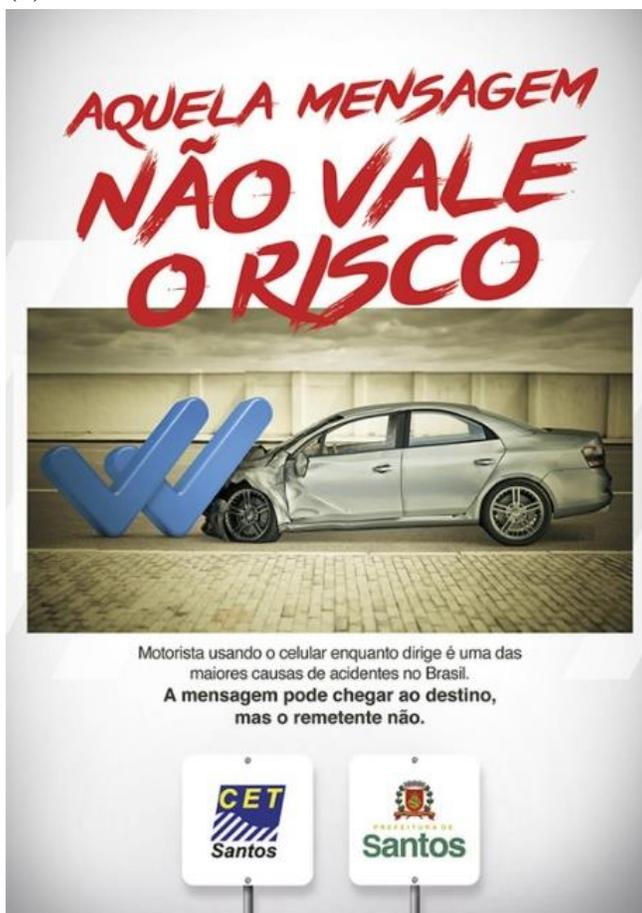
No exemplo (5), temos a expressão *(n)esta direção*, que encapsula todas as semioses que compõem o cartaz da campanha. Igualmente ao cartaz anterior, a porção verbal e a porção imagética são importantes para a construção do sentido do texto e, conseqüentemente, estão sendo recuperadas pela expressão *(n)esta direção* que, além de resumir, orienta o público-alvo em relação aos cuidados no trânsito.

De forma mais detalhada, as porções verbais “Vá nesta direção” e “dê preferência aos pedestres” combinadas com a imagem da faixa de trânsito, com o pedestre e com os carros, orientam qual o papel de cada um no trânsito. Percebemos, aqui, a importância da tomada de posição quanto à noção de texto assumida no início desse artigo, pois para evocar o *frame* acidente de trânsito, é necessário a ativação desses

elementos cognitivos compartilhados entre a comunidade, delimitando a posição de cada um no trânsito e reforçando a argumentatividade no cartaz.

Analisemos, então, o último cartaz. Trata-se de uma campanha de conscientização sobre a proibição do uso do celular no trânsito promovido pela CET e da Prefeitura da cidade de Santos na Semana do Trânsito de 2019. Vejamos o exemplo a seguir (6):

(6)



FONTE:https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/styles/newspagemodal/public/field/image/folheto_cet_semanatransito-frente.jpg

Nesse exemplo (6), encontramos uma série de elementos que nos remetem à ideia central da campanha. Contudo, nem todos estão explícitos, mas podem ser evocados pelo frame acidente de trânsito e pelo conhecimento socialmente compartilhado e que fazem uma conexão que auxiliam na argumentatividade e na construção do sentido.

Notamos que a expressão *aquela mensagem* é a expressão encapsuladora de todo o texto, tanto da porção verbal quanto da não verbal. Fica claro, ao analisarmos, que a parte verbal “Aquela mensagem não vale o risco” está diretamente ligada à imagem, que remete ao símbolo do aplicativo de mensagens WhatsApp, marcado em azul, quando a mensagem é enviada e, conseqüentemente, lida.

Pontuamos nessa análise que o encapsulamento imagético, assim como nos exemplos anteriores, só ocorrerá se considerarmos que as duas semioses, simultaneamente, estejam construindo o sentido completo do texto e, portanto, da argumentação. O entendimento de que o uso do celular, mais especificamente do aplicativo de mensagens, é um fator de risco para provocar acidentes de trânsito está encapsulado na imagem associada ao texto verbal.

Considerações finais

Após as análises dos três exemplares de cartazes de campanha publicitária, apoiamos e reiteramos a consolidação do fenômeno do encapsulamento imagético proposto por Lima (2017) e reforçado por Santana (2019). Enaltecemos, dessa forma, a importância de se considerar todos os elementos na composição textual – aqui delimitamos em verbal e não verbal – e que podem ser encapsulados por uma expressão acompanhada de um demonstrativo, sinalizando a relação entre as semioses.

Confirmamos também a funcionalidade dessa estratégia referencial na argumentação. Percebemos que é um fenômeno que dar sustentação quanto ao convencimento do público-alvo. Desse modo, concluímos a necessidade de explorar os processos referenciais e

avançar no sentido de estabelecer maiores conexões entre a referenciação e a multimodalidade.

Referências

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. Clássicos da Linguística. São Paulo: Contexto, 2003.

ELIAS, Vanda Maria. Estudos do texto, multimodalidade e argumentação: perspectivas. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ELIAS, Vanda Maria; SILVA, Sandro Luis da. Multimodalidade na escrita de artigos científicos: aspectos teórico-analíticos e contribuições para o ensino. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 111-125, jan.-abril 2018.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio C. de Deus e Tathiane Paiva de Miranda. *In*: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976

LIMA, S. M. C. de. Referenciação e multimodalidade: revisitando os processos de recategorização e encapsulamento. *Revista de Letras* - Centro de Humanidades Universidade Federal do Ceará/UFCE, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revletras>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIMA, S. M. C. de. A recategorização de referentes numa perspectiva cognitivo-discursiva. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador/BA, v. 57, p. 225-240, julho-dezembro de 2017.

NASCIMENTO, S. S. O. *A construção multimodal dos referentes em textos verbo-audiovisuais*. 2014. 144f. Tese (Doutorado em Lingüística), – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SANTANA, Vanda Maria Alves. *O encapsulamento imagético na construção da argumentação em textos verbo-imagéticos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Piauí. 2019, 120f.

CAPÍTULO 2

VISÃO, OLFATO E PALADAR NO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO: QUESTÕES PARA PENSAR¹

Thaís Ludmila da Silva Ranieri

Considerações iniciais

Em todas as nossas ações discursivas, sejam orais ou escritas, há uma mescla de semioses que são acionadas como recursos indissociáveis do verbal. Do “Bom dia!” dito acompanhado de um aceno de cabeça ou de mão até ao bilhete deixado em cima da mesa com um *emoticon* ao lado da assinatura. Todas as nossas ações languageiras são marcadas pela associação entre o verbal e o não verbal. Bem mais do que uma opção estilística da linguagem, a multimodalidade é um elemento constitutivo de nossas práticas sociais.

A partir dessa posição, entendemos que a condição multimodal se estende aos processos textuais, uma vez que o texto é a unidade de realização do sistema de uma língua. Por sua vez, entendemos que a referenciação, por ser um dos processos constitutivos da atividade verbal, não se dá em condições monomodais. Acreditamos que a articulação do verbal ao não verbal é uma ação produtiva para a construção do sentido no texto, tendo em vista a progressão referencial.

Diante dessas questões, o presente trabalho busca levantar reflexões em torno de uma abordagem multimodal para a referenciação. Para isso, traremos, no primeiro momento, um panorama teórico alicerçado nas discussões mais recentes em que (re)discutiremos o

¹ Este trabalho se trata da releitura de trabalhos prévios da autora, em especial de artigo publicado na revista Estudos Linguísticos, v. 44, nº 3, 2015, e da sua tese de doutoramento. Há também novas questões que são levantadas no artigo. A discussão foi retomada por acreditarmos que ainda se trata da agenda de estudos da Linguística Textual e da Multimodalidade.

conceito de texto, bem como o de referenciação. Em seguida, apresentaremos alguns exemplos que nos ajudarão a melhor apreciar a multimodalidade em situações de construção referencial e de progressão dos objetos de discurso.

O texto para além do linguístico

Em consonância com as discussões dentro do escopo da Linguística de Texto (doravante LT), deixamos de encarar o texto apenas como uma unidade verbal, para passar a compreendê-lo como uma unidade multissemiótica. Torna-se, portanto, imprescindível conceber o texto como um elemento multimodal em que as diversas semioses emergem, para uma atuação em conjunto na produção de sentidos. Assim,

Podemos dizer, então, que a já aludida natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64).

Passamos a perceber que a unidade textual requer a mobilização de um vasto conjunto de conhecimentos em permanente reconstrução a cada momento da interação verbal. Logo o texto não representa a materialidade do contexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organiza numa superfície material suportada pelo discurso. O texto é uma construção que cada sujeito faz a partir da relação que se estabelece entre o enunciador, o sentido, a referência e o interlocutor num dado contexto sócio-cognitivo-cultural. Por isso, a unidade textual está atrelada a uma enunciação discursiva.

Dentro dessas condições, o linguístico não está em uma situação hierárquica de superioridade, mas se encontra em constante articulação com as semioses não verbais. A linguagem verbal passa a ser vista como

mais um dos elementos que compõem a entidade textual e não como o elemento único e constitutivo da unidade textual.

Para corroborar com a nossa posição, trazemos mais uma vez Cavalcante e Custódio Filho (2010) para a discussão. Os autores, ao *revisitarem o estatuto do texto*, levantam algumas condições importantes que nos fazem repensar a unidade textual. Ao encararem o *texto como objeto complexo e multifacetado*, retomam uma citação de Koch (2004) em que a autora apresenta um conceito de texto. Na paráfrase que fazem, os pesquisadores destacam alguns pontos importantes na formulação da pesquisadora, riscam outros e, por fim, nos apresentam a seguinte versão:

A produção da linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64).

Os próprios autores chamam atenção para dois pontos:

(1) o fato de que a linguagem produz sentidos independente de sua realização semiótica, seja verbal ou de outro tipo; (2) que a superfície textual não é constituída apenas por elementos linguísticos. Tais condições nos levam a repensar a constituição do texto, a rever a sua organização e os processos de produção de sentidos, visto que o linguístico se apresenta como mais um elemento a ser considerado na estrutura textual. Os fatores sociais, culturais, cognitivos e as semioses de outras naturezas assumem uma condição de relevância sobre essa nova ótica.

Além de Cavalcante e Custódio Filho (2010), Ramos (2012) é outro pesquisador que vem defendendo a necessidade de uma revisão do conceito de texto dentro da Linguística de Texto. Segundo ele,

Além da inclusão dos textos multimodais no escopo dos estudos textuais, há também as implicações disso. Uma delas, talvez a central, seria observar como de dá o processamento textual de tais produções sob o ângulo da Linguística Textual. Uma questão que se lança logo de início é verificar se o escopo teórico aplicado aos enunciados verbais escritos é válido também para os de cunho visual ou verbovisual (RAMOS, 2012, p. 744).

O pesquisador chama atenção para o fato de termos que repensar o próprio escopo de investigação da LT. Acrescentaríamos ainda o fato de termos que (re)pensar os aspectos metodológicos dentro dessas novas necessidades.

Diante dessas condições, o texto passa a ser visto, por nós, como uma entidade multimodal em que os sentidos emergem na articulação conjunta entre as múltiplas semioses. Não priorizamos aqui o verbal em detrimento do não verbal, mas cremos numa relação de atuação conjunta, tendo em vista a produção de sentido e o estabelecimento da coerência. Acreditamos que esse amálgama é constitutivo do texto em ambas as modalidades de realização da língua, seja escrita ou oral.

A referenciação como uma atividade multimodal

Ramos (2012) vem mostrando que a referenciação não é uma atividade pautada no verbal. Ao estudar as tirinhas cômicas, o autor mostra que “no tocante à referenciação, os objetos-de-discurso são instaurados por meio dos desenhos criados pelo autor da tira e recuperados pelo leitor na interação sociocognitiva” (p.753). O autor mostra que em tiras que não apresentam nenhum elemento verbal existem estratégias de progressão textual que ocorrem também em textos verbais: como a introdução de referente, a sua retomada e a atividade de recategorização. O leitor aciona os elementos cognitivos, culturais, linguísticos para garantir a construção de sentidos e, por conseguinte, a progressão textual.

Ainda dentro do escopo da condição multimodal da referência, Morato (2001) afirma que a construção da referência prevê uma arbitragem de fatores que pressupõem o linguístico, mas, ao mesmo tempo, transcendem-no. Podemos colocar entre esses fatores aqueles que tratam dos componentes pragmáticos, afetivos e ideológicos. Sua visão permite-nos ver a associação de elementos do contexto e do contexto como essencial para a estabilização da referência.

Em sua colocação, podemos perceber a necessidade de se ter o plano linguístico, mas também de associá-lo a outros elementos, bem como a de outras organizações semióticas, ressaltando, assim, uma concatenação entre elementos verbais e não-verbais na construção da referência. Morato vem, dessa forma, permitindo, como outros autores (MONDADA, 2005; BENTES, RIOS, 2005; CUSTÓDIO FILHO, 2011; RAMOS, 2012), conceber uma nova perspectiva para os estudos da referência: *a condição multimodal da referenciação*.

Mondada (2005) postula a existência de abordagens plurais nas práticas referenciais. De acordo com a pesquisadora, o processo referencial é uma atividade tanto discursiva, quanto gestual, pois há uma articulação entre uma prática referencial verbal e uma prática constituída por elementos de semioses diversas.

Bentes e Rios (2005), tomando por base os pressupostos da perspectiva sociocognitiva e o trabalho de Mondada (2005), investigam a construção da referência em circunstâncias de atuação em conjunto dos sujeitos e frente a uma possibilidade de articulação entre elementos verbais e não-verbais. Para elas,

à maneira pela qual os referentes são mostrados/introduzidos (por meio da linguagem audiovisual da narrativa selecionada) pode ser considerada uma âncora para os sujeitos, a partir da qual “os locutores tornam publicamente manifestos seus processos interpretativos para os fins práticos da atividade em curso” (BENTES; RIOS, 2005, p. 267).

Dividida em sete exemplos, as análises feitas pelas pesquisadoras mostram a atuação em conjunto dos sujeitos no processo de referenciação e a articulação entre o verbal e o não-verbal. É interessante notar o fato de que nesse processo de recategorização serão reconstruídos não só os elementos verbais, bem como os não verbais. Em uma das mostras selecionadas por Bentes e Rios, chama-nos a atenção a referenciação do objeto de discurso *música*. O objeto de discurso apresentado pelos sujeitos participantes da pesquisa não é parte da interação como um elemento verbal, mas é parte do cenário discursivo como um elemento que compõe a trilha sonora do episódio, ou seja, trata-se de um dos modos de comunicação presentes na interação. Mesmo assim, ao recontarem a história os sujeitos da pesquisa o recategorizam, usando expressões referenciais como “a musiquinha”, “a música”, “as músicas do fundo”, “aquela música bem cafajeste”.

Percebemos a recategorização de um dos modos de comunicação presentes no cenário discursivo – o musical - por estratégias referenciais de ordem linguística. As autoras não se aprofundam nesse ponto, mas podemos notar um tipo de estratégia referencial que se dá por outros vieses, ultrapassando a barreira do verbal. Outro ponto que merece nosso destaque é o fato de que, ainda que a música não seja um objeto do discurso na narrativa mostrada aos alunos, não há uma anulação do objeto pelos sujeitos. A sua importância para a construção de sentido é tão grande que é retomada nos discursos reelaborados a partir da narrativa ou do texto-base.

O objeto de discurso *música* não é apresentado verbalmente pelo texto que será retextualizado pelos falantes, mas aparece na retextualização por meio de uma ação conjunta. No texto-fonte, a música – a trilha sonora – é um dos modos de comunicação. O fenômeno se torna ainda mais interessante, pois não é percebido apenas por um dos sujeitos da pesquisa, mas por vários outros, ressaltando ainda mais a referenciação como uma atividade colaborativa.

Nesses espaços, as interações verbais, além de serem concebidas em uma perspectiva de atuação conjunta e colaborativa, também são marcadas pela articulação de elementos verbais e não verbais, formando uma só unidade de sentido. Segundo as autoras,

os exemplos analisados contribuem fortemente para a concepção de que as práticas de referência são, em contextos de interação face a face, multimodais, assim como a construção da referência nestes contextos é feita com base em âncoras de natureza audiovisual (BENTES; RIOS, 2005, p. 287).

Mondada (2005) afirma que se mostra fundamental fazer uma reflexão sobre a produção da referência em meio a práticas sociais multimodais. Para a autora, é imprescindível se deter na articulação das várias semioses no processo de construção da referência.

A referência é uma prática multimodal não só em contextos de interação face a face, mas em outros tipos de interações. Há associações modais mais adequadas e marcadas para cada tipo de modalidade de uso da língua, como prevê Norris (2011). No caso da referência, em interações face a face será mais visível, mais perceptível a articulação multimodal. Entretanto, viemos percebendo que tal questão não se afasta dos textos escritos.

Morato (2005), numa reflexão em torno das interações de pacientes afásicos, também traz para a discussão a articulação das diversas semioses na construção da referência. Ao comentar um trecho de uma transcrição de um paciente afásico, a pesquisadora reforça o uso de outras semioses como estratégias importantes nas interações. Acompanhemos:

Este episódio é interessante também para mostrar que sujeitos afásicos, mesmo quando apresentam uma produção verbal bastante afetada pela afasia (alterações no processamento semântico-lexical, realizações parafásicas, dificuldades em relação a certas complexidades sintáticas), **não deixam de atuar enunciativamente na construção do sentido e na**

manutenção e progressão do tópico conversacional, seja através da entonação, seja através da gestualidade e demais semioses que constituem pragmaticamente o sentido do enunciado e a objetivação da significação; se não levarmos em conta isso em nossa análise, indicando especialmente a ocupação de turnos e as posições enunciativas dos interlocutores, parece, de maneira equivocada, que os sujeitos afásicos ficam à margem da conversação ou do propósito discursivo, impactados que seriam pelo comprometimento dos recursos linguísticos ou da capacidade de realizar operações metalinguísticas (MORATO, 2005, p. 87, grifo nosso).

Uma das questões que podemos salientar no artigo de Morato é perceber que sujeitos afásicos, que apresentam problemas clínicos no campo da linguagem, não deixam de usar os recursos não verbais. Parece-nos que a recorrência ao não verbal é que garante pragmaticamente a construção de sentido em face da dificuldade inerente no processamento da produção linguística.

Os outros modos de comunicação, como se percebe, são acionados nas interações como elementos necessários para a elaboração dos referentes no jogo enunciativo. Não são adereços que enfeitam os recursos verbais, mas, são constitutivos do processo de elaboração dos referentes em qualquer tipo de interação.

Custódio Filho (2011) apresenta reflexões em torno da multimodalidade e de sua atuação na construção da referência. A hipótese lançada em seu trabalho de doutoramento é a de que as semioses envolvidas com o aparato verbal não são apenas recursos secundários na construção da referência, ou seja, não são um suporte semiótico em plano auxiliar. São, na verdade, recursos tão importantes quanto as expressões referenciais, em vista da estabilização da referência.

Ao analisar os episódios de um seriado, Custódio Filho mostra a importância dos recursos imagéticos na construção do referente. Segundo ele, em comparação ao conto que também foi analisado,

Desde o primeiro episódio, fica patente a participação da semiose visual na construção da referência. Tudo o que foi elaborado sobre o personagem foi calcado quase que exclusivamente na imagem. E se, no conto, as predicções, as expressões referenciais e os sintagmas adjetivais garantiam a saliência das informações por meio de confirmações, neste primeiro episódio, as imagens fizeram esse trabalho. Isso implica que a linguagem visual também é uma materialidade que contribui para as etapas de elaboração da referência, daí nossa proposta de incluí-la como mais um dos múltiplos fatores (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 225).

Por essa *heterogeneidade* da referenciação entendemos que *a referenciação é uma atividade multimodal e discursiva de cunho sociocognitivo, baseada numa relação intersubjetiva, coletiva e colaborativa de uso da linguagem.*

Analisando as semioses não verbais nos processos de referenciação

Após os pressupostos teóricos precedentes, encaminhamo-nos para a segunda parte do trabalho que busca apresentar reflexões que contribuam com as discussões anteriores. Nesta seção, selecionamos três textos de gêneros distintos realizados na modalidade escrita da língua, a saber, comentário de internet, anúncio publicitário e carta de vinhos. A seleção de tais gêneros se deu, tendo em vista a potencialidade linguística e semiótica de cada um em fomentar discussões em torno do tema em tela. Ressaltamos também que em cada gênero há o enfoque em um tipo de sentido: visão, olfato e paladar que se associam aos modos cores e imagens, odor e sabor, respectivamente. Dessa forma, todos os textos têm em comum a articulação do verbal com outras semioses, compondo uma composição sinestésica.

Cabe apontar que os sentidos humanos mantêm uma relação de proximidade com o cérebro e por sua vez acabam por influenciar a complexidade de cada um no processamento textual. A visão e a audição são tidos de complexidade superior, uma vez que os órgãos que

correspondem a estes sentidos, como olhos e ouvido, ficam mais próximo do cérebro. Já o tato tem um nível mediano de complexidade; visto que os nervos da pele não estão ligados diretamente ao sistema nervoso central, mas estão por todo a extensão do corpo humano. Por último, o olfato e o paladar que são considerados os menos complexos, pois estes reagem aos estímulos químicos, enquanto os demais sentidos reagem aos estímulos de origem física (BRAIDA; NOJIMA; MOURA, 2011). Notamos ainda que as condições tecnológicas sempre privilegiaram os sentidos da visão e da audição. Basta percebermos o avanço tecnológico referente às possibilidades de produção e de reprodução de áudio e vídeo. Ainda temos pouca tecnologia que permita que olfato, paladar e tato sejam “guardados” e registrados.

Considerações sobre o verbal e o visual nos processos referenciais

Para tratarmos do verbal e do visual dentro dos processos referenciais, trazemos, como exemplo, as reflexões sobre a construção da referência em comentários postados no *Youtube* a partir de visualizações do videoclipe da música *Acelaraê*, da cantora Ivete Sangalo postado em novembro de 2010.² Na época de lançamento, a música *Acelaraê* foi regravada para o álbum *Multishow ao Vivo: Ivete Sangalo no Madison Square Garden* em Nova Iorque, sendo um dos carros-chefe de divulgação do CD.

Na época do lançamento, houve um volume grande de visualizações que fez com que o vídeo fosse um dos mais vistos no *Youtube*. Essa movimentação se deu em grande parte aos fãs da cantora que comentavam a respeito de diversos elementos presentes no vídeo. Assim, os comentários construídos a partir da visualização do vídeo partilham opiniões distintas em vista de um ou mais objeto de discurso.

² O exemplo aqui selecionado foi retirado do artigo “Construção de referências multimodais em comentários no Youtube” publicado na Revista Re-Unir, v.7, nº 1, p. 110-124 de autoria da autora deste artigo.

Logo, é interessante observar que não há um objeto de discurso único, em destaque, mas há ativação de vários objetos de discurso, à medida que os comentários vão sendo feitos. Tal como observado no trabalho de Bentes e Rios (2005) em que a trilha sonora é referenciada pelos sujeitos participantes da pesquisa, na elaboração dos comentários no Youtube, os internautas ativam e referenciam os modos de comunicação, como se fossem referentes linguísticos. Os modos de comunicação cor, gesto, dança, música, figurino, passam a ser discursivizados e assumem a condição de objetos de discurso.

Vejamos o caso do figurino que foi um dos objetos de discurso ativados nos comentários que seguem. Primeiramente, mostraremos uma imagem extraída da cantora Ivete Sangalo vestida com o figurino do show tal como se apresenta no videoclipe e, em seguida, os comentários postados em relação a ele:

Imagem 1.

Figurino usado pela cantora no videoclipe



Agora vejamos os comentários.

Comentário 1

que roupa feia parece cantora de calypso
lucenaapb

Comentário 2

Quer imitar a lady gaga

ivesai00713c

Comentário 3

Rsrtrs Mas ´e serio... ela parece uma Joaquina no clipe! Rsrtrs

DIDSBH

Comentário 4

@DIDSBH joaquina drag kkkkkkkkk

filhadoel

Os comentários mostram que há uma recursividade que vai além do verbal para compor a referência. Um dos sintagmas utilizados – *Lady Gaga* - incorpora toda uma construção discursiva de extravagância, de excesso de cores e de formas não convencionais. Assim, não é aleatória a seleção do sintagma nominal *Lady Gaga* para recategorizar não só o figurino, mas toda a atuação de Ivete Sangalo no vídeo. O sintagma em questão aciona outros elementos semióticos ainda que tais elementos não estejam presentes no comentário. Destacamos ainda os sintagmas *cantora de calypso*, *Joaquina* e *joaquina drag* que apelam para os mesmos recursos encontrados no sintagma *Lady Gaga*. O visual não é somente a imagem que se apresenta no vídeo, mas também o que pode ser acionado cognitivamente pelo verbal. O painel sinestésico não está materializado como semiose nos comentários, mas no que os sintagmas escolhidos ativam. Os referentes ativados pelo internauta carregam uma carga multimodal que para ser entendida é necessário que levemos em conta as condições pragmáticas e do contexto enunciativo, como aponta Morato (2005). Essa possibilidade de construção de sentido é garantida também pelas condições sociocognitivas e culturais que permeiam o contexto enunciativo de construção das referências.

É interessante ressaltar que as características estruturais dos modos de comunicação apresentados são acionadas nesse processo de recategorização. Assim, o referente introduzido, no caso aqui o figurino da cantora, vai ser recategorizado tendo por saliente as suas

características enquanto modo de comunicação. Ou seja, as expressões linguísticas irão apontar elementos característicos do modo de comunicação em destaque, tais como, cores, forma, material do figurino e até a performance da cantora com o figurino. Dessa forma, cada comentário ativa o objeto de discurso e reativa-o, ao passo que os internautas vão escrevendo e se posicionando diante do tópico proposto, formando uma orquestração multimodal nesse tipo de interação (CUSTÓDIO FILHO, 2011). O visual não está somente na imagem, mas na expressão referencial usada para estabelecer a referência.

Considerações sobre o verbal e o olfato nos processos referenciais

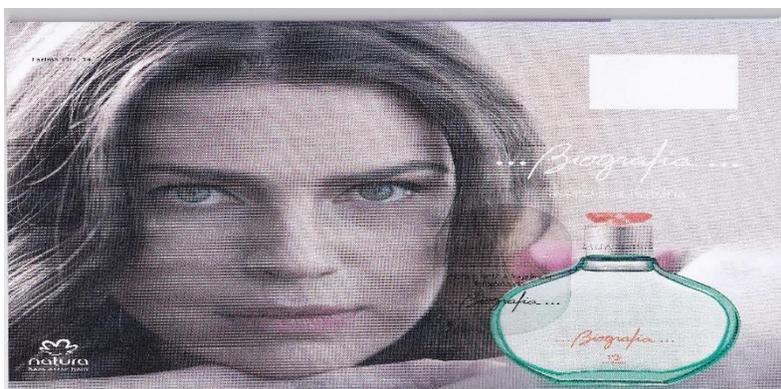
O próximo texto a ser analisado é um anúncio publicitário que circulou em uma campanha da revista de venda direta da empresa de cosmético e perfumaria Natura no ano de 2014. Desde o ano de 1963, as vendas diretas são parte da cultura comercial brasileira. Os vendedores levavam amostras do produto e vendiam de porta em porta numa abordagem que até hoje ainda se faz presente.

Com o avanço tecnológico, as vendas passaram a contar com as revistas para a divulgação de seus produtos não se fazendo necessário o vendedor levar consigo um grande volume de amostras. Nesse tipo de divulgação, encontramos, por um bom período, revistas de venda direta em que a fragrância do perfume estava ao alcance do consumidor. Bastava apenas esfregar o pulso na página da revista para que se sentisse o cheiro do perfume. Dessa forma, além da descrição das características da fragrância, o consumidor poderia sentir o cheiro também, construindo um painel sensorial que integra o verbal, o visual e o olfativo. Essa possibilidade de exposição do cheiro de um produto na revista de venda direta ainda é pouco explorada em outras mídias, pois o olfato é tido como um sentido mais difícil de se controlar a potência e a propagação do aroma (ATEM, ABREU, 2018). Mais recentemente foi anunciado pela empresa Natura a criação de um

tablete que emite um “cheiro digital” e que busca substituir as amostras de aromas e o catálogo de papel³.

A proposta do anúncio, portanto, é vender o perfume, mas apresentando a possibilidade de o consumidor sentir o cheiro dele. Durante um bom tempo, esse foi um tipo de estratégia muito usada para a venda de perfumaria. Abaixo podemos observar o anúncio construído para a venda do perfume Biografia.

Imagem 2. Publicidade



O anúncio acima é composto por uma integração entre o verbal, as imagens, as cores e a essência do perfume no plano do texto escrito. O efeito de sentido é construído com a possibilidade de o consumidor experimentar o produto, de sentir o cheiro do perfume, de provar. Ainda dentro da revista, o perfume é descrito como *floral, refrescante e gerânio*, mas essa descrição não parece ser suficiente para categorizar o produto. A combinação dessas notas de fragrância é efetivada como uma amostra da essência. O produto *colônia Biografia da Natura* é uma combinação de semioses construídas no anúncio publicitário.

O consumidor irá levar em conta ao referenciar o produto não apenas os aspectos visuais, como a embalagem e a cor do produto, mas

³ Disponível em <https://br.fashionnetwork.com/news/Natura-lanca-tablet-que-libera-perfume,1244381.html> acesso em 07 de fevereiro de 2021 às 14h 14.

entrará em sua composição a semiose cheiro em sua construção referencial. Dessa forma, expressões como *cheiro forte*, *perfume de mulher*, *perfume doce* associadas às notas olfativas são comumente usadas para referenciar um produto. Há ainda expressões que podem agregar a marca na expressão referencial, como *perfume da Natura*, *colônia da Boticário*, entre outros. Dependendo de outras semioses que podem se articular ou das questões ideológicas que possam emergir, o usuário pode evidenciar a condição social com marcas de discriminação pelo cheiro: *cheiro de rico*, *perfume de rico*, *cheiro de pobre*, *perfume barato*. Independente do que está por trás de cada expressão referencial, o que chama a nossa atenção é para o fato de as expressões linguísticas usadas para referenciar carregam uma grande carga semiótica. O semiótico não está somente no modo, mas como ele é acionado no texto.

Para Ramos (2008), os elementos semióticos não estão em uma relação de superioridade e inferioridade no plano textual, ou seja, o verbal não está acima das outras semioses, como Norris (2011) também defende. Percebemos que o fenômeno da referenciação é essencial para a progressão dos sentidos de um texto e que a recorrência a integração entre as diversas semioses não é uma opção estilística. O sentido é apreendido pelo contexto e pelos elementos cognitivos.

Considerações sobre o verbal e o paladar nos processos referenciais

Após as duas análises, chegamos ao nosso terceiro exemplo: a carta de vinhos. Se o olfato ainda apresenta pouca tecnologia para que possamos criar textos com cheiros, o paladar é ainda umas das semioses pouco exploradas e com quase nenhuma tecnologia que permita termos “textos com gosto”. Muitos dos gêneros que trazem uma associação do verbal com o paladar estão dentro do domínio discursivo da culinária em que encontramos receita culinária ou cardápio ou do campo da nutrição em que podemos encontrar os gêneros dieta e orientação nutricional. Todos esses gêneros vão tratar de comidas e gosto, mas a semiose sabor ainda não apresenta tecnologia suficiente para que seja

colocada, impressa, anexada ao papel ou a outro tipo de suporte. O paladar ainda está muito associado a interações face a face em que podemos degustar e usar do verbal simultaneamente. Na análise que se inicia, iremos trazer algumas reflexões em que o verbal aciona os elementos semióticos como se deu nos exemplos anteriores ainda que a imagem e o cheiro estivessem presentes.

Para essa abordagem, contamos com a carta de vinhos do Villa Tardivelli Restaurante localizado na cidade de Águas de São Pedro em São Paulo. A carta do restaurante está disponível na internet ⁴. A carta de vinhos é um cardápio destinado ao catálogo de vinhos de um estabelecimento comercial. Trata-se de uma seleção de vinhos selecionada por um sommelier que busca a qualidade da bebida e a harmonização com os pratos oferecidos no local. Geralmente se indica o nome do vinho, o tipo de uva, nacionalidade, tipo de carne ou pratos que harmonizam. Vejamos alguns trechos retirados da carta de vinhos do restaurante.

Imagem 3

Vinhos brancos

VILLA TARDIVELLI

BRANCOS

Itália

Villa Cardeto Pinot Grigio (Umbria)

Verdeal cristalino. Muito puro e direto nos aromas de pêras frescas, limão e convincente mineralidade. Ataque vibrante em boca, muito fresco, com fruta prazerosa e final ligeiramente amendoado.

Poggio dei Gelsi Falesco (Lazio)

Aromático, com notas de frutas brancas maduras, mescladas e leve toque herbáceo. Em boca é equilibrado e elegante.

⁴ Disponível em <http://www.villatardivelli.com.br/carta-de-vinhos/55> acesso em 07 de fevereiro de 2021 às 15h02.

Acima, temos um trecho da carta do restaurante. Temos uma seleção de vinhos brancos italianos. Separados por tipo e depois pelo país, o restaurante traz o nome do vinho, a região de origem e depois uma descrição das características do vinho. A seguir, seguindo o mesmo critério de organização, temos a oferta de vinhos rosados.

Imagem 4

Vinhos Rosados.

ROSADOS **Itália**

Scalabrone Rosato DOCTenutaGuado Al Tasso (Bolgheri/Toscana)

Rosa-peônia, com aromas frutados e notas de framboesa. Balanceado e picante ao paladar, persistente, com notas de framboesa e rosas ao final.

Portugal

Conde de Vimioso RosadoFalua (Tejo)

Coloração cereja de média intensidade. O fruto vermelho (morango, framboesa) está em primeiro plano seguido de positivos tons herbáceos. De corpo leve, fresco, para encantar de imediato.

Espanha

Pradorey Rosado JovenPradorey (Ribera Del Duero)

Coloração cereja de média intensidade. Muito atrativo e puro no olfato, com morangos frescos, pêssegos e frutos secos. Ótima estrutura em boca, sávido, com notável persistência.

Na descrição dos vinhos, inicia-se com a coloração, depois, apresenta o aroma e, com as expressões *em boca* ou *na boca*, inicia-se a descrição de como o vinho será sentido no paladar pelo cliente. Na carta, há um painel sensorial construído pelas expressões referenciais que acionam a cor, o olfato e o paladar sem que haja a possibilidade de ver, sentir e provar o vinho. Mas não há amostras dessas possibilidades no texto, como acontecia nos exemplos anteriores.

Nos comentários e no anúncio publicitário existia uma articulação do verbal com outras semioses (cores, imagem, cheiro) que estavam presentes para a construção da referência. Agora, somente o verbal, através das expressões referenciais, irá *construir* o objeto de

discurso *vinho*, partindo das experiências sensoriais do cliente. Parte-se do princípio de que o cliente consiga identificar o que seja uma bebida *vibrante, balanceada, picante e equilibrada* ao paladar. Tendo como suporte um dicionário enológico ao lado, fica menos difícil de construir os sabores. Para clientes menos experientes com a degustação de vinhos, pode ser que essas construções não façam muito sentido.

Independentemente do tipo de cliente, o que chamamos atenção aqui é para o fato de que o sabor é construído discursivamente acionando experiências sensoriais associadas a questões culturais, sociocognitivas e multimodais. No caso da carta de vinhos, experimentar a bebida nem sempre é possível, logo a descrição do sabor busca dar suporte para a escolha do cliente.

A semiose gosto está presente através da descrição das expressões linguísticas usadas para se referir à bebida e parte do pressuposto de que o cliente teve alguma experiência de degustação com vinhos. A semiose gosto não está materializada, mas existe a sua presença na construção referencial.

Considerações finais

Diante das reflexões apresentadas, vemos que o nosso cotidiano é recoberto por eventos multimodais e isso não é uma característica do momento histórico que presenciamos e nem é fruto do aparato tecnológico que nos cerca. A multimodalidade é constitutiva da linguagem e, por sua vez, da interação humana.

Por isso, é inevitável repensar o conceito de texto, deixando de encará-lo como uma unidade apenas verbal, para passar a compreendê-lo como uma unidade multissemiótica. Torna-se, portanto, imprescindível conceber o texto como um elemento multimodal em que as diversas semioses emergem, para uma atuação em conjunto na produção de sentidos. Os exemplos apresentados nos mostram bem isso.

Os exemplos também reforçam a importância de pesquisas que se voltam para os fenômenos da referenciação, entendendo-a como uma ação discursiva de cunho multimodal. Os exemplos, aqui expostos, permitem-nos afirmar que multimodalidade é parte da agenda do dia dos estudos da LT. A própria reconsideração do conceito de texto, tal como proposto por Cavalcante e Custódio Filho (2010) e Ramos (2012), é um caminho necessário para a ampliação dos estudos em LT, por conseguinte faz-se mister reconsiderarmos as nossas posições diante de fenômenos textuais, como a referenciação tomada neste trabalho. Caminhamos para o entendimento de que a multimodalidade é imperativa aos estudos que investigam os fenômenos do texto. Por sua vez, cabe-nos ampliar o nosso escopo de investigação e descrevermos os processos referenciais multimodais.

Referências

ATEM, Guilherme Nery; ABREU, Fernanda Ferreira de. O perfume do mundo: consumo de experiências de marca pelo olfato. *Revista Signos do Consumo*, v, 10, n.2, p.1-9, 2018.

BENTES Anna Christina; RIOS, Vivian Cristina. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: BENTES, Anna Christina; KOCH Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 265- 294.

BRAIDA, Frederico; NOJIMA, Vera Lucia; MOURA, Mônica. Quatro Pressupostos do Design como Linguagem. In: *Revista Tríades – Transversalidade / Design / Linguagens* fascículo nº 2. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTODIO FILHO, Valdinar. Revisitando o Estatuto do Texto. *Revista do GELNE*, Teresina, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

MORATO, Edwiges Maria. (In)determinação e subjetividade na linguagem de afásicos: a inclinação antirreferencialista dos processos enunciativos. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 41, p. 55 – 74, Jul/Dez. 2001.

MORATO, Edwiges Maria. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. *In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (orgs.) Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 79-94.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. *In: BENTES, Anna Christina; KOCH Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria (orgs.) Referenciação e Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 11-32.

NORRIS, Sigrid. *Analyzing Multimodal Interaction: A methodological framework*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001.

RAMOS, Paulo Eduardo. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. 2007. 421 f. Tese (Doutorado em Linguística) - São Paulo: Universidade de São Paulo. 2007.

RAMOS, Paulo Eduardo. Estratégias de referenciação em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, v. 12, n. 3, p. 743- 763, set./dez. 2012.

CAPÍTULO 3

UMA ANÁLISE DE TEXTOS DE CURIOSIDADE CIENTÍFICA SOB ASPECTOS SOCIOCOGNITIVOS EM SEQUÊNCIAS EXPLICATIVAS

Marcos Suel dos Santos
Maria Silma Melo de Brito
Maria Inez Matoso Silveira

Considerações iniciais

Neste capítulo, discute-se a sequência explicativa, um dos protótipos textuais de Adam (2019), a partir dos estudos do texto, numa abordagem sociocognitiva, tendo em vista a relação entre linguagem e ações sociais implicadas no momento de construção de sentidos, cujo diálogo se mantém por meio de orientações argumentativas. Embora alguns marcadores argumentativos estejam implícitos nesse tipo de sequência, não invalidam os argumentos que sedimentam as proposições explicativas, porque é na mobilização de conhecimentos diversos que os sentidos do texto são produzidos.

Diante dessa perspectiva, o interesse pela escolha das sequências explicativas enquanto objeto de análise deste texto deu-se primeiramente por ser esse tipo de sequência ou tipo de texto posto à margem no que se refere ao ensino em sala de aula, em detrimento a outros protótipos textuais como a narração, a descrição e a argumentação. Muitas vezes, o termo explicação é substituído por exposição, os chamados textos expositivos. Em seguida, há também o interesse em verificar como essas sequências se constituem e como contribuem para a construção de sentidos do texto a partir de orientações argumentativas, vislumbrando um olhar para os operadores argumentativos que introduzem a explicação ou a justificativa, às vezes

implícitos, mas que podem ser ativados por inferências. Desse modo, espera-se que as análises contribuam com a prática docente ou desencadeie outros estudos sobre a temática.

Assim, metodologicamente, este trabalho situa-se numa abordagem da pesquisa qualitativa, visando à compreensão dos dados a serem investigados nos textos selecionados, cujo gênero escolhido foi o texto de curiosidade científica, por se tratar de um texto que desperta a curiosidade, o conhecimento e prima pela investigação de um determinado tema. Para isso, foram selecionados dois textos, um analisado integralmente e dois excertos do segundo. Nesse caso, as análises consistiram em apresentar a constituição das sequências explicativas, considerando os aspectos sociocognitivos implicados cotextual e contextualmente, a partir da orientação argumentativa dos enunciados.

Mediante a isso, para a realização deste estudo, buscaram-se resposta para as seguintes questões: a) em que medida as proposições que constituem as sequências textuais organizam as informações e contribuem para a produção de sentidos do texto?; b) qual é a relevância dos operadores argumentativos na organização das sequências explicativas no gênero texto de curiosidade científica? As respostas oriundas desses questionamentos fundamentam o interesse do estudo.

Para embasar as análises, o viés teórico dialogou com os estudos de Adam (2019), Cavalcante (2018), Marquesi, Elias e Cabral (2017) para os estudos acerca das sequências explicativas. No que se refere aos aspectos sociocognitivos e argumentativos na construção dos sentidos do texto, recorreu-se a Koch (2009), Koch e Elias (2012), (2017). Acerca da curiosidade, buscou-se em Freire (1996) a explicação que propõe a importância da curiosidade para desenvolver a consciência crítica dos estudantes. Em termos organizacionais, o texto está dividido em duas partes, além das considerações iniciais e finais, base teórica e análise dos textos.

Textos de curiosidade científica

A curiosidade movimenta interesses diversos na busca por diferentes tipos de conhecimento sobre determinado assunto. Ela implica, desperta e pressupõe conhecer o novo, podendo ser alguém ou algo, ou amplia as fontes de conhecimento dos indivíduos predispostos a atualizar aquilo que já sabem. Segundo Gonçalves (2010, p. 106), “a curiosidade é a base fundamental para o desvelamento da verdade, para o alcance do conhecimento, pois é uma ação que acompanha os animais desde cedo e só os deixa apenas com a sua morte”. Assim, entende-se que a curiosidade é uma capacidade natural do ser humano e, portanto, um modo de comunicar, cuja linguagem apresenta-se por meio de perguntas, sendo as respostas formuladas por elementos como proposições, argumentos, explicações. Ou seja, toda curiosidade implica justificativa ou explicação do assunto em evidência.

A curiosidade efetiva-se no ser humano quando este atinge o conhecimento crítico sobre o objeto de interesse a ser ou já pesquisado. Para isso, em se tratando de aprendizagem, ela precisa ser despertada, incentivada, provocada. Aspectos desafiadores para os professores, pois “o desafio do educador é despertar a curiosidade [...]” (HAMBURGUER, 2007, p. 93). Entende-se também que a curiosidade é um elemento necessário a (re)construção do conhecimento, pois,

a curiosidade como inquietação, indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (FREIRE, 1996, p.35).

No plano da linguagem, a curiosidade manifesta-se por meio de textos escritos ou orais, os quais apresentam uma planificação textual, ou seja, uma estrutura que lhes é própria. Desse modo, o texto de

curiosidade científica constitui-se como gênero textual na medida em que se organiza em torno dos seguintes elementos: a) uma pergunta, mesmo que implícita, já que todo texto de curiosidade centra-se na explicação do tema abordado; b) a resposta à pergunta, isto é, uma explicação com justificativa acerca do assunto discutido; c) vozes de autoridade, já que se trata de um texto de cunho científico; d) sequências explicativas; e) objetividade, clareza e brevidade nas informações. Esses elementos podem variar de texto para texto, de acordo com o estilo de publicação nas revistas ou jornais.

Assim, compactua-se com Marcuschi (2010, p. 22) ao afirmar que “é bom salientar que embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma”. Além disso, o Marcuschi (2008) defende que os gêneros são atividades sociais discursivas, daí serem necessários à comunicação humana.

Aspectos sociocognitivos na construção textual

Koch e Elias (2012, p. 10) afirmam que “o texto é visto como o próprio lugar da interação verbal e os interlocutores, como sujeitos ativos, empenhados dialogicamente na produção de sentidos”. Ainda segundo as autoras, é durante esse processo dialógico que a interação se estabelece, e a linguagem é produzida a partir da mobilização de vários saberes de ordem linguística, sociocognitiva, cultural e histórica. Com isso, a produção de sentidos dá-se principalmente pelo contexto cultural e sociocognitivo, o qual é responsável pela construção e reconstrução dos sentidos do texto no momento da interação. Acerca desse tipo de contexto, Koch (2009, p. 24) afirma que “ele engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal”.

Isso se explica pelo caráter interativo possibilitado pelo texto, com base nos aspectos cotextual e contextual, e concretizado pela relação ativa entre o autor, o texto e o leitor. Nesse caso, o leitor carece de mobilizar conhecimentos prévios diversos para poder interagir com o autor, partindo do que está presente na superfície textual e associando ao que dispõe em sua memória sobre o tópico discursivo. Uma das teses defendidas por Van Dijk (2017) é a de que os contextos são construções subjetivas criadas, recriadas e constantemente atualizadas pelos participantes no curso da interação.

Estudar ou analisar textos a partir da abordagem sociocognitiva é estar ciente de que os aspectos linguísticos presentes no texto não dizem muito, tampouco revelam totalmente os seus sentidos, pois se os participantes não dispuserem de conhecimentos extratextuais necessários àquele texto, a compreensão não se efetivará. Assim, entende-se que nessa abordagem, o texto é o encontro de informações externas e internas à sua produção de sentidos, pois

conhecer um objeto como cadeira, mesa, bicicleta, avião, livro, banana, sapoti não é apenas identificar algo que está ali, nem usar um termo que lhe caiba, mas é fazer uma experiência de reconhecimento com base num conjunto de condições que foram estabilizadas numa dada cultura. O mundo de nossos discursos (não sabemos como é o outro) é sociocognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo (MARCUSCHI, 2005, p. 69).

No texto de curiosidade científica, mesmo com toda a objetividade que o constitui, o modo como as informações estão presentes no plano linguístico, o leitor deve sempre atentar-se para a relação entre a pergunta – às vezes implícita – e a resposta, ou seja, entre o *por que* (pronome interrogativo) e o *porque* (conjunção explicativa). Em torno desses dois elementos constituintes do gênero textual texto de curiosidade científica estão os aspectos sociocognitivos que darão consistência à produção de sentido. Esses aspectos permitem o leitor desenvolver competências como a metagenérica, “que diz

respeito ao conhecimento de gêneros, sua caracterização e função” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 54). Além disso, essa competência permite ao leitor verificar o que é ou não adequado ao texto, assim como reconhecer quais sequências textuais estão presentes naquele texto e a predominância de uma delas.

Sequências textuais: um foco na sequência explicativa

Todo texto é constituído de sequências textuais e estas compostas de um número limitado de proposições que se organizam e se combinam em favor de uma sequência prototípica, proveniente de uma sequência dominante. Noutras palavras, os textos apresentam uma heterogeneidade composicional, isto é, a combinação de diferentes sequências, sendo que uma delas é predominante. Segundo Adam (2019), a combinação entre elas é geralmente complexa. Assim,

para verificar a heterogeneidade composicional, cabe-nos identificar as diferentes formas composicionais que estruturam o texto, mas, para reconhecer a sequência dominante, é preciso, a nosso ver, considerar qual é o gênero do discurso a que o texto pertence e quais são os propósitos enunciativos envolvidos (CAVALCANTE, 2018, p. 63).

Considerando a relação de combinação entre as sequências e o efeito dominante sequencial, esta é responsável pela tipificação global de um protótipo textual. É também por meio da relação de dominância que a planificação ou a estrutura do texto define a sequência prototípica (ADAM, 2019). “O fator unificador e obrigatório das estruturas composicionais é o **plano do texto**” (ADAM, 2019, p. 58). Ainda segundo o autor, esses planos podem ser fixos e ocasionais. Os fixos são aqueles facilmente identificáveis, pois apresentam estruturas globalmente estabelecidas; já os ocasionais são bastante frequentes, mas não apresentam estruturas fixas, ou seja, globalmente estabelecida dos textos, isto é, dos gêneros textuais.

Marquesi, Elias e Cabral (2017) explicam que a extração de um plano no momento da leitura auxilia o leitor a compreender a organização textual e os propósitos pretendidos pelo autor. Ou seja, é no plano de texto que são revelados o modo como as informações estão organizadas e o modo como a organização das sequências apresentam-se no texto. Assim, “o plano permite justificar a ordem em que as partes se apresentam, explicitando também as relações entre elas e seu sentido para todo o texto” (MARQUESI; ELIAS, CABRAL, 2017, p. 15).

Adam (2019) define sequências textuais como uma rede relacional hierárquica, autônoma e complexa, constituídas de macroproposições que, dentro de uma sequência prototípica, se origina de outras sequências pré-formatadas, as quais são definidas pelo pesquisador suíço como narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal.

As sequências explicativas

As sequências explicativas têm como finalidade responder, explicar ou justificar um fenômeno incontestável, de modo a facilitar a compreensão global ou uma parte específica do texto. De modo geral, esse tipo de sequência procura responder a uma pergunta que tenha como ponto de partida conectores como: por quê?, como?, o quê?, para quê? Vale ressaltar que “a maioria das sequências em *como* não são explicativas” (ADAM, 2019, p. 179). Isso não quer dizer que uma sequência explicativa não possa iniciar explícita ou implicitamente com esse conector.

Adam (2019) defende que as sequências explicativas são perceptíveis em segmentos textuais curtos, cujos verbos dos enunciados estão no presente e combinam-se com SE, que introduz o problema, enquanto a explicação é introduzida por É QUE ou É PORQUE, com a finalidade de justificar o problema introduzido. Além disso, a justificativa é uma forma de explicação. Para se justificar algo é necessário partir da pergunta “por que afirmar isso?”, mas para responder algo de modo explicativo, deve-se partir de “por que algo é/se

torna assim, ou faz isso?”. Assim, conclui-se que “justificamos as falas (‘de dicto’) e explicamos os fatos (‘de re’)” (ADAM, 2019, p. 180).

Enquanto que para Adam (2019) as sequências explicativas são esquematizadas a partir de marcadores que introduzem proposições: pergunta e resposta, já que se observa a seguinte estrutura esquematizadora: *esquematização inicial* que apresenta o objeto complexo da sequência, seguindo de uma *problematização*, ou seja, a pergunta que exige uma *explicação* ou *resposta* e, por fim, a *ratificação-avaliação* que culmina no fechamento da sequência; Bronckart (1999) as esquematiza em quatro fases: *constatação* que apresenta um fenômeno incontestável, de difícil compreensão, que conduz a uma *problematização*, isto é, um questionamento apresentado inicialmente na contestação, que, por sua vez, implica uma *explicação* ou uma *resolução*, além de uma *conclusão/avaliação* acerca da constatação inicial, reformulando-a ou complementando-a.

Neste texto, não se pretende distanciar ou aproximar os conceitos teóricos sobre as sequências explicativas entre os autores, mas utilizá-las como sinônimos, já que a definição de cada proposição/fase se interconectam na mesma sequência lógica nos enunciados.

Articuladores discursivo-argumentativos

Partindo da perspectiva de que as sequências explicativas são constituídas de enunciados específicos, mas que unidos concorrem para a construção de sentidos do texto, ressalta-se a importância dos articuladores textuais na organização global do texto, sobretudo na relação discursivo-argumentativa de segmentos textuais distintos, em que o segundo retoma o primeiro, de modo a estabelecer ou determinar entre eles a orientação argumentativa desses segmentos de texto.

Segundo Koch e Elias (2017), os articuladores textuais são marcas responsáveis pelo encadeamento de enunciados textuais não importando a extensão do texto; além disso, desempenham funções distintas, em diferentes níveis, articulando as sequências ou partes

maiores do texto, marcando a associação entre parágrafos ou ligando orações e termos das orações. Dentre os articuladores apresentados pelas autoras, interessa como fundamento para o estudo, por ora, apresentado os articuladores discursivo-argumentativos que estabelecem relações de explicação ou justificativa.

A relação discursivo-argumentativa expressa por meio da explicação ou da justificativa “pode ser indicada por meio dos operadores **pois, porque, que** quando estes iniciam um argumento para uma tese/opinião ou atitude expressa no enunciado anterior” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 136, grifos das autoras). Nesse sentido, percebe-se que nas sequências explicativas, considerando o conceito de Adam (2019), a conjunção explicativa ou operador argumentativo que introduz a justificativa ou responde ao problema da sequência orienta argumentativamente o texto e contribui para a compreensão global.

Assim, nessas sequências, o movimento explicativo do texto torna-se importante para a compreensão à medida que os operadores argumentativos introduzem justificativas e reformulações às proposições que os precedem ou os sucedem.

Aspectos metodológicos

O *corpus* da pesquisa é constituído de dois textos de curiosidade científica coletados em revistas on-line (Recreio e Ciência Hoje das Crianças). Do primeiro texto, serão analisados dois excertos, enquanto o segundo será analisado integralmente.

Para isso, parte-se da pesquisa qualitativa, uma vez que tem como função “explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação [...] (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 73). Ainda segundo Godoy (1995, p. 21), esse tipo de pesquisa “permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Análise do texto

Os textos de curiosidade científica são eventos marcados pela busca pelo conhecimento a partir de uma problematização ou de um questionamento, pretendendo explicar ou justificar o objeto que está sendo discutido ou investigado. Diante dessa perspectiva e para uma melhor compreensão desse gênero textual, as análises apresentadas estão enviesadas pelos estudos acerca das sequências textuais, principalmente as sequências explicativas; pelos estudos de abordagem sociocognitiva, em que processos envolvendo a linguagem e os aspectos sociais se relacionam e pela contribuição dos articuladores discursivo-argumentativos. Eis o texto.

Texto 1

Vírus: Entenda como ele age no seu corpo

Diversas doenças, como gripe e febre amarela, são causadas por vírus. Veja como ele atua no nosso organismo

Ao contrário do corpo humano, que é repleto de células, os vírus são organismos acelulares. Ou seja, não têm células, apenas DNA (substância que possui todas as informações necessárias para reprodução) ou RNA (substância que também guarda informações) ou até mesmo DNA e RNA. A ciência conhece cerca de 3600 espécies de vírus, que afetam seres humanos, animais e plantas.

Vistos apenas por meio de microscópios, os vírus sobrevivem em contato com outras células, já que sozinhos não respiram, não se alimentam e não se locomovem. Funciona assim: eles pegam carona nas células do corpo hospedeiro (por exemplo, o ser humano) e as controlam. Daí, ele infecta a célula (ela deixa de realizar as próprias funções), multiplica-se e a destrói. Em seguida, os vírus que foram multiplicados se espalham por outras células do organismo e o processo de destruição vai se repetindo.

As gotículas de saliva servem de transporte para o vírus – quando alguém que está doente tosse ou espirra, o vírus passa para o ar e pode infectar outras pessoas. Dar um aperto de mão ou utilizar objetos manuseados por alguém que está infectado são outras formas de contágio. Além disso, o vírus pode estar hospedado no organismo de um mosquito e, ao sermos picados, ficamos doentes – é o caso da febre amarela.

Além da febre amarela, outras doenças como gripe, resfriado, sarampo, catapora, raiva (quando algum animal está doente e morde você) também são alguns exemplos do que um vírus pode nos causar. É muito difícil matá-lo, já que ele se hospeda no organismo e ali se reproduz.

Alguns hábitos diminuem o risco de ser infectado, como lavar as mãos ao sair do banheiro e antes de se alimentar. Dormir bem e ter uma alimentação adequada mantém nossa imunidade alta. Se seu amigo está resfriado, só use o mesmo copo que ele depois de lavar. E, claro, existem vacinas para algumas doenças.

Disponível em: <<https://recreio.uol.com.br/ciencia/virus-entenda-como-age-no-seu-corpo.phtml>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

De modo geral, o texto explica o que são vírus, apresenta as características e o modo como eles agem no organismo de seus hospedeiros, como se transmitem de uma pessoa para outra e quais doenças podem causar e quais cuidados podem ser tomados para evitá-los. Essas informações apresentam-se no texto de curiosidade científica a partir de sequências textuais distintas, uma vez que os textos são composicionalmente heterogêneos. Dentre elas, a sequência explicativa, conforme veremos no excerto a seguir.

Excerto 1

Ao contrário do corpo humano, que é repleto de células, os vírus são organismos acelulares. Ou seja, não têm células, apenas DNA (substância que possui todas as informações necessárias para reprodução) ou RNA (substância que também guarda informações) ou até mesmo DNA e RNA. A ciência conhece cerca de 3600 espécies de vírus, que afetam seres humanos, animais e plantas.

Considerando o esquema de Adam (2019) para o estudo das sequências explicativas, percebe-se que a *esquematização inicial*, enquanto fato complexo, de difícil compreensão e daí a necessidade de ser explicado, é “*os vírus são organismos acelulares*”. Dessa esquematização inicial, surge um problema, geralmente associado a uma pergunta, mas que nesse caso, está implícita: “*Por que os vírus são organismos acelulares?*”. Observa-se a necessidade de se explicar o enunciado que gera a pergunta ou o problema. Essa *explicação*, no excerto, ocorre a partir do operador argumentativo “*ou seja*”, que introduz a explicação ou a justificativa ao enunciado anterior. Implicitamente, a explicação ou justificativa pode ser obtida através da relação entre o Se...é porque, conforme se verifica: *Se os vírus são organismos acelulares é porque* não têm células, apenas DNA (substância que possui todas as informações necessárias para reprodução) ou RNA (substância que também guarda informações) ou até mesmo DNA e RNA. Como *ratificação-avaliação* à esquematização inicial, entende-se que apesar de os vírus não possuírem células, eles afetam os seres humanos, animais e plantas porque estes possuem as células de que os vírus precisam para se reproduzirem e sobreviverem.

Para atingir a explicação, a recorrência a operadores argumentativos, mesmo que implícitos, é necessária para a compreensão da sequência explicativa, já que importa também identificá-la no texto, de modo geral. Além disso, a esquematização desse tipo de sequência é necessária, pois mesmo sem os marcadores que introduziram a justificativa, o leitor consegue distinguir os elementos constituintes da sequência. Pois, nesse caso, o leitor é levado a acionar conhecimentos sobre a utilização adequada de operadores que justifiquem as proposições presentes no excerto, isto é, recorre à estratégia inferencial no plano contextual para identificá-los e torná-los possíveis à compreensão das sequências explicativas.

Excerto 2

Vistos apenas por meio de microscópios, os vírus sobrevivem em contato com outras células, já que sozinhos não respiram, não se alimentam e não se locomovem. Funciona assim: eles pegam carona nas células do corpo hospedeiro (por exemplo, o ser humano) e as controlam. Daí, ele infecta a célula (ela deixa de realizar as próprias funções), multiplica-se e a destrói. Em seguida, os vírus que foram multiplicados se espalham por outras células do organismo e o processo de destruição vai se repetindo.

Nesse excerto, a sequência explicativa mostra como os vírus sobrevivem e agem num corpo hospedeiro. Para isso, precisa-se entender como os enunciados se conectam para tal explicação. Primeiro, observa-se uma afirmação que se apresenta como incontestável: “*os vírus sobrevivem em contato com outras células, já que sozinhos não respiram, não se alimentam e não se locomovem*”, isto é, os vírus precisam de um hospedeiro para sobreviverem. Essa proposição é chamada de *esquematização inicial*, pois põe em evidência o seguinte problema “*Se eles não podem sobreviver sem um hospedeiro como fazem para existir?*”. Esta pergunta requer uma justificativa, carece de ser explicada, ou seja, se o texto parasse nessa parte, o leitor não teria as informações para o questionamento, ficando sem o complemento textual, sem compreender o texto em sua totalidade, apesar de que operador argumentativo que aparece na esquematização inicial não consegue explicar toda a sequência explicativa, mas somente justificar o enunciado anterior. A *explicação* que justifica a esquematização inicial ocorre em: “*eles pegam carona nas células do corpo hospedeiro (por exemplo, o ser humano) e as controlam*”. Quanto à *ratificação-avaliação*, que reformula a esquematização inicial, tem-se que “*os vírus para sobreviverem infectam as células e depois se multiplicam e em seguida as destroem e assim sobrevivem*, como pode ser visto “*os vírus que foram multiplicados se espalham por outras células do organismo e o processo de destruição vai se repetindo*”.

Do ponto de vista sociocognitivo, a relação entre linguagem e aspectos sociais do leitor é essencial para a construção de sentidos do texto, já que o leitor precisa acionar conhecimentos diversos para compreender o excerto e identificá-lo como uma sequência explicativa a partir de seus elementos constituintes. Em termos discursivos, os dois pontos no texto assinalam a introdução de uma explicação, o que substitui, de algum modo, uma conjunção explicativa. O operador argumentativo *já que* introduz uma justificativa para explicar não a sequência em si, mas para contribuir na formulação da esquematização inicial.

Texto 2

Héstia, a deusa do fogo

Como forma de mostrar sua devoção, os gregos mantinham a tradição de acender suas lareiras e se reunir em torno delas, acreditando que assim guardavam parte do fogo sagrado de Héstia em suas casas. O fogo tinha um significado tão importante que aqueles que retornavam depois de longas viagens primeiro contemplavam a chama perpétua exposta em vários pontos da acrópole, para depois se dirigirem aos seus lares.

Héstia era também a deusa que tinha a chave do Olimpo dada por Zeus. Era responsável por cuidar da cidade sagrada e de lá nunca sair. Por isso, quando uma cidade era fundada, o fogo de Héstia era aceso, para que a localidade fosse protegida das guerras, das doenças e da fome.

A cidade de Olímpia, famosa por sediar os jogos olímpicos na Antiguidade, conserva o templo de Héstia, onde a chama é mantida acesa. De lá também vem o fogo da tocha olímpica, acesa no templo de Hera, esposa de Zeus.

Disponível em: <<http://chc.org.br/acervo/hestia-a-deusa-do-fogo/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Na análise deste texto, observa-se que as sequências explicativas se diferenciam das apresentadas acima, porque não trazem operadores argumentativos de explicação, os verbos estão principalmente no pretérito, a relação entre pergunta (pronomes interrogativos) e resposta (conjunção explicativa) não está explícita no

texto, mas pode ser inferida no contexto em que o texto se apresenta e que é condição necessária para a construção de sentidos do texto.

Assim, a sequência *“como forma de mostrar sua devoção, os gregos mantinham a tradição de acender suas lareiras e se reunir em torno delas”* é a proposição de *esquematização inicial*, já que esse enunciado requer um complemento: o *problema*, ou seja, o elemento que junto à esquematização inicial implica numa pergunta: *“por que os gregos tradicionalmente acendiam e mantinham acesas suas lareiras?”*. A explicação a esse problema está posta em dois momentos: o primeiro refere-se a *“o fogo tinha um significado tão importante que aqueles que retornavam depois de longas viagens primeiro contemplavam a chama perpétua exposta em vários pontos da acrópole, para depois se dirigirem aos seus lares”*; e o segundo em: *“Héstia era também a deusa que tinha a chave do Olimpo dada por Zeus. Era responsável por cuidar da cidade sagrada e de lá nunca sair”*. Já o trecho *“por isso, quando uma cidade era fundada, o fogo de Héstia era aceso, para que a localidade fosse protegida das guerras, das doenças e da fome”* reformula a esquematização inicial, de modo a complementar a informação, isto é, os gregos mantinham suas lareiras acesas para terem a proteção da deusa Héstia das guerras, das doenças e da fome.

Diferentemente do texto 1, este texto apresenta as sequências explicativas como dominantes, que o faz um protótipo da sequência explicativa.

Considerações finais

Discorrer acerca das sequências prototípicas explicativas possibilita compreender a organização estrutural dessas sequências, além de verificar o imbricamento de informações que as constituem, partindo de proposições, ou nas palavras de Adam (2019), macroproposições. As sequências nem sempre apresentam elementos explícitos, como questionamentos e operadores argumentativos, mas, como visto nas análises, podem ser inferidos e para isso recorrer a

aspectos sociocognitivos necessários à produção de sentidos à compreensão do protótipo explicativo e do texto de modo geral.

É importante mencionar a importância dos estudos do texto – Linguística Textual – para entender que os sentidos são construídos na interação entre autor-texto-leitor, sob o viés de contextos também construídos subjetivamente pelo leitor. Nas sequências explicativas, os aspectos linguísticos fornecem as condições básicas para despertar no leitor o interesse, a curiosidade pela investigação ao tema proposto. Isso implica dizer que cada enunciado traz uma informação distinta das demais, embora todas se reportem ao que é proposto na esquematização inicial da sequência, cabendo ao leitor mobilizar conhecimentos para entendê-las, agrupá-las e compreendê-las.

Com isso, o gênero de curiosidade científica possibilitou o estudo desenvolvido, considerando que a exigência pelo conhecimento, por se tratar de um texto de curiosidade, demanda a explicação e/ou a justificativa do que é tematizado, embora nem sempre esse gênero contenha o protótipo textual explicativo como dominante, como foi o caso do primeiro texto, diferentemente do segundo que as sequências explicativas sustentavam o texto. Observou-se também uma flutuação dos operadores argumentativos, que ora são explícitos, ora são implícitos. Essa flutuação torna o texto complexo quando não estão explícitos, pois requer do leitor adentrar no campo dos implícitos, pressupondo diferentes estratégias leitoras.

A informação de cada enunciado não permite compreender a sequência explicativa, não atende ao propósito comunicativo do texto. As informações de todos os enunciados que constituem a sequência prototípica são quem fornecem, juntamente com os conhecimentos prévios do leitor, os sentidos do texto, isto é, a explicação sobre o que precisa ser explicado, justificado no âmbito global da sequência. Assim, todos os elementos textuais, dentre eles os argumentos que explicam o fato que aparece como incontestável, pois aparentemente surgem como um fenômeno complexo, desempenham funções relevantes para o desenvolvimento da explicação. Koch e Elias (2017, p. 9) afirmam que “argumentar é humano. Oralmente ou por escrito, em nossas interações,

estamos argumentando”. Sendo assim, a argumentação está presente nas sequências explicativas, ajudando-as a organizar a justificativa do texto.

Diante dessas considerações, entende-se que os textos de curiosidade científica são bons exemplos para estudar as sequências explicativas e que estas desempenham funções textual-discursivas ao lado das demais sequências prototípicas – narrativa, descritiva, argumentativa e dialogal.

Referências

ADAM, J. M. *Textos: tipos e protótipos*. São Paulo: Contexto, 2019.

BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n.3, Mai./Jun. 1995, p. 20-29. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

GONÇALVES, J. C. A curiosidade no ciclo gnosiológico. In: *Revista Multidisciplinar da Unesp: Saber Acadêmico*, n. 09, Jul. 2010, p. 106-117. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403121959.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HAMBURGER, E. W. Apontamento sobre o ensino de ciências nas séries escolares iniciais. In: *Estudos Avançados*, 21 (60), 2007, p. 93-104. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a07v21n60.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2017.

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.49-78.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M.; CABRAL, A. L. T. Plano de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Orgs.). *Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2008.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2017.

CAPÍTULO 4

O FENÔMENO DA RECATEGORIZAÇÃO EM VOTAÇÕES ORAIS DURANTE O IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Emanuelle Maria da Silva Piancó

Considerações iniciais

O principal objetivo deste capítulo é analisar como os processos referenciais, em especial a recategorização, possibilitam o acontecimento do gênero votação oral durante o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Para cumprir tal objetivo, pretende-se buscar, nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Textual, numa vertente sociocognitivo-discursiva, embasamento acerca dos processos referenciais, bem como do próprio texto enquanto lugar de interação e negociação de sentidos.

O motivo de estudar o gênero votação oral surge da necessidade de analisar processos referenciais que organizam esse gênero da oralidade e como consegue cumprir o seu propósito comunicativo, qual seja, dar um voto (sim ou não) durante uma sessão plenária no domínio discursivo político. Além disso, surge também a necessidade de estudar a própria oralidade, no contínuo tipológico das práticas comunicativas (MARCUSCHI, 2008), visto que o gênero destacado é pertencente à modalidade de língua oral.

Assim, a pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e interpretativista teve como base teórica os pressupostos de Apótheloz e Reichler-Béguelin (1995), Cavalcante; Custódio Filho; Brito (2014); Charaudeau (2018); Custódio Filho (2011, 2017); Koch (2017); Lima (2009, 2017); Lima e Cavalcante (2015); Mondada e Dubois (1995); Marcuschi (2003, 2008).

O estudo se desenvolveu por meio da seguinte pergunta norteadora: Como os processos referenciais, em especial a recategorização, estão presentes no gênero votação oral de esfera política e de que maneira esses processos efetivam o acontecimento do citado gênero? É com o interesse de responder ao referido questionamento que se realiza a presente pesquisa, além de mostrar a importância dos elementos referenciais analisados para a efetividade da votação oral no domínio discursivo político.

Para o cumprimento desse objetivo, o capítulo é subdividido em quatro seções. Na primeira, discorremos sobre a referenciação. Na segunda, apresentamos o fenômeno da recategorização sob a ótica das abordagens textual-discursiva e cognitivo-discursiva, com ênfase nesta última. Na terceira seção, definimos o gênero votação oral de esfera política, discorrendo sobre sua organização e funcionamento discursivo. Na quarta, apresentamos os procedimentos metodológicos e a análise textual das votações orais.

Considerações acerca da referenciação

Na contemporaneidade, o fenômeno da referenciação tem ganhado destaque nos estudos da Linguística Textual. Os estudos da referenciação apresentam uma nova proposta teórica de analisar como um mesmo objeto de discurso é apresentado e representado no texto e na mente dos interlocutores. Essa perspectiva ganhou evidência a partir dos estudos pioneiros de Mondada e Dubois (1995), visto que as autoras foram responsáveis por considerar os elementos extralinguísticos que circundam o texto e defender a natureza dinâmica de construção dos referentes, os quais se consolidam por meio das atividades discursivas. Abandonam, assim, a definição clássica de referência – concepção que privilegiava a relação entre as palavras e as coisas.

Com os estudos de Mondada e Dubois (1995), entendemos a referenciação como perspectiva fundamental para a construção de sentidos nas pesquisas da Linguística de Texto. A referenciação investiga “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas,

estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA; DUBOIS, 1995, p.276 *apud* LIMA, 2017). Desse modo, a partir do caráter dinâmico da referenciação entende-se que as experiências compartilhadas, o meio social e a situação interativa são pilares para a construção do texto.

Nesse sentido, os postulados de Cavalcante; Custódio Filho; Brito (2014, p. 27) ressaltam que a referenciação corresponde a uma “proposta teórica que salienta o caráter altamente dinâmico do processo de construção dos referentes em um texto”. Assim, a referenciação permite introduzir e reconstruir um objeto de discurso (referente) por meio de informações compartilhadas, as quais não precisam necessariamente de uma marcação lexical, pois são produzidas através da negociação entre as estratégias textuais, os elementos linguísticos e os fatores contextuais que direcionam a atividade discursiva.

A referenciação, para Koch (2017), orienta as atividades discursivas realizadas a partir de situações reais, que implicam na negociação de sentidos com o outro e se constroem na interação com o meio social. Nessa perspectiva, Koch (2017, p.67) destaca que:

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. [...] os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer dizer. Os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com os entornos físico, social e cultural.

Apoiando-se em Koch (2017), compreende-se que a referenciação possui algumas características que lhe são específicas, as quais são relevantes para o estudo do texto. Aspectos como a recriação discursiva dos interlocutores, as intenções colocadas no contexto comunicativo, os referentes dispostos na superfície textual, tudo isso possibilita várias interpretações.

Desse modo, a referenciação é vista como a habilidade que permite ao locutor o jogo comunicativo entre as escolhas linguísticas e as influências do contexto para organização textual, em função das intenções comunicativas. A referenciação, então, permite a utilização de elementos durante o texto, observando o que foi dito e retomado.

Assim, entendemos que a referenciação dispõe de elementos que atuam na organização de sentidos, com o intuito de garantir significação entre a produção e a recepção de um texto. Os processos referenciais, de acordo com Marcuschi (2008), direcionam tanto a produção quanto a compreensão textual, pois, para o autor, “os sentidos fundam-se numa atividade de interação e coprodução em que os conhecimentos são partilhados têm um papel crucial” (MARCUSCHI, 2008, p.139-140). Isso significa que a referenciação contribui para organizar e desenvolver uma atividade comunicativa, fundamentada na “relação entre linguagem, mundo e pensamento” (MARCUSCHI, 2008, p. 142).

De acordo com essas proposições, destacamos as três características fundamentais da referenciação: a) a (re)elaboração da realidade, que se refere à possibilidade dos sujeitos (re)criarem os referentes, segundo as intenções e o contexto; b) é resultado de uma negociação, visto que se trata de um processo dinâmico, no qual os objetos de discurso podem ser modificados para alcançar a compreensão dos sujeitos que participam da ação discursiva; c) é um processo sociocognitivo, pois os fatores sociais, as experiências adquiridas e os conhecimentos cognitivos contribuem para a construção significativa de um texto (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014).

Nesse sentido, as construções referenciais passam por adaptações, pois um referente sofre transformações e pode ser interpretado de formas variadas a depender das condições enunciativas. Para Lima (2007, p. 80) “os referentes ou objetos de discurso não são dados a priori, mas construídos no discurso”. Desse modo, Lima (2007) defende a natureza dinâmica dos processos referenciais, que se

concretizam na ação extralinguística e permitem a transformação de sentidos em um texto.

No que diz respeito à realidade, defendemos que ela não é estável, pois há sempre uma intenção argumentativa que contribui para as diversas apresentações de um referente, os quais podem ser (re)formulados/(re)interpretados através do contexto. Para Custódio Filho (2011), o papel da referenciação não é expressar fielmente a realidade, mas construir versões e suscitar interpretações variadas de eventos discursivos.

Os estudos da referenciação fundamentam-se na vertente sociocognitiva da Linguística de Texto, uma vez que se concentram na compreensão dos objetos de discurso que são elaborados a partir de aspectos sociais, históricos e interativos, bem como na atividade cognitiva que permite o processamento de sentidos por meio dos fatores acionados na mente, de forma intelectual. Por isso, para compreender um texto, é necessário ativar as estruturas do conhecimento cognitivo partilhado. As experiências culturais, sociais, históricas e políticas são significativas e mobilizam a promulgação de sentidos.

Para Custódio Filho (2017, p. 64), “a referenciação é compreendida como uma estratégia textual-discursiva orientada por postulados de natureza sociocognitivista, interacionista e discursiva”. Diante dessa definição, entendemos que a representação dos referentes é de ordem sociocognitiva e, por isso, requer um conhecimento de mecanismos cognitivos adquiridos e construídos nas relações sociais.

As experiências no meio social que um falante possui configuram o sentido de um texto, à medida que os elementos cognitivos também atuam na maneira de produzir e/ou receber um texto, devido à bagagem mental de cada falante (KOCH, 2017). Assim, por meio da referenciação, é possível não só construir os objetos de discurso, mas também elaborar, no decurso da interação, sua proposta de sentido e participar integralmente da relação indireta com o mundo, a partir da interpretação dos fatores físicos, sociais e culturais que o envolvem.

Além disso, as estratégias referenciais contribuem para a produção e compreensão de um determinado referente, o qual se constrói no discurso sob o viés sociocognitivo. A tessitura do texto é garantida pela “retomada de elementos textuais por meio de expressões nominais (expressões referenciais)” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 25).

Conforme o exposto, as estratégias referenciais e os elementos sociocognitivos contribuem para a elaboração de informações significativas, entretanto, sabemos que todo texto é movido por expressões referenciais estratégicas e os sentidos podem ser reformulados durante as negociações. Logo, os fenômenos referenciais e as pistas cognitivas engatilham os sentidos de um texto, que podem estar expressos ou ser recuperados pela memória discursiva.

Intrínsecas à referenciação, existem outras categorias referenciais, como a dêixis, as anáforas, a recategorização, entre outras. Porém, esta última, a recategorização, será tomada como categoria principal de análise por se apresentar de maneira textual, cognitiva e até mesmo discursiva. Assim, trataremos, na próxima sessão, da recategorização.

O fenômeno da recategorização

Considerando o caráter dinâmico da referenciação e a característica negociável entre os interlocutores para a construção de sentidos, entendemos a maleabilidade dos referentes, os quais podem ser transformados ou (re)formulados de acordo com a situação discursiva. Essas adaptações sofridas pelos referentes foram denominadas inicialmente, por Apótheloz e Reichler-Béguelin (1995), como recategorizações. Tal estratégia textual foi inicialmente descrita como processo de (re)elaboração dos referentes no plano do texto, se constituindo por anáforas diretas recategorizadoras.

No entanto, essa abordagem se apresenta como reducionista e discussões atuais ampliam a definição desse processo referencial. Nesse sentido, Lima e Cavalcante (2015), admitindo a vertente sociocognitiva

da Linguística Textual, constataam que, contemporaneamente, as pesquisas devem levar em consideração os aspectos textuais, discursivos e cognitivos nos estudos da recategorização.

Por isso, nesse estudo, a recategorização é entendida como “um processo que se dá cognitivamente e que não se trata de um outro tipo de processo referencial, mas de algo que ajuda a constituir todas as retomadas anafóricas diretas, encapsuladas e indiretas” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 99-100).

A recategorização pode ser estudada sob o olhar da abordagem textual-discursiva e da abordagem cognitivo-discursiva. A primeira segue os postulados iniciais dos estudos da recategorização; a segunda assume investigações mais amplas e atuais dos estudos da recategorização. Embora essas vertentes não sejam antagonicas, cada uma atribui naturezas distintas para a transformação dos referentes.

Nesse sentido, nos propomos a delinear a recategorização sob o enfoque das referidas abordagens, com ênfase na perspectiva cognitivo-discursiva.

A recategorização numa abordagem textual-discursiva

Como frisamos anteriormente, os precursores da recategorização nos estudos da Linguística Textual foram Apótheloz e Reichler-Béguelin (1995), os quais concebiam esse processo referencial como estratégia de transformação dos referentes no plano enunciativo. Os referidos autores, para Lima e Cavalcante (2015, p.297), são “adeptos de uma concepção de referência não extensional, eles assumem a dinamicidade dos objetos de discurso, que não são dados *a priori*, mas construídos *no e pelo* discurso”.

Nesse sentido, para Apótheloz e Reichler-Béguelin (1995), os referentes são construídos e reconstruídos durante a interação para atender os propósitos comunicativos dos interlocutores. Os sujeitos escolhem, assim, dentro do próprio repertório lexical que a língua oferece as possibilidades significativas que melhor se adequam à situação discursiva. Para os autores, esse processo acontece no plano do

texto, pois, os sujeitos se utilizam de elementos que retomam termos já mencionados, reformulando, por exemplo, um objeto de discurso, por meio de anáforas diretas, indiretas, encapsuladoras.

O fenômeno da recategorização atua nas transformações referenciais como marcas, pistas manifestas ou não no texto uma vez que, de acordo com Lima e Cavalcante (2015, p.298), na abordagem textual-discursiva da recategorização, defende-se que as recategorizações se configuram “por escolhas lexicais por parte de um enunciador. Essas opções lexicais, por sua vez, estão relacionadas a uma intencionalidade desse enunciador”. Dessa maneira, à medida em que o discurso se desenvolve, as recategorizações funcionam como uma modificação do referente com a finalidade de garantir significação e organização textual.

Entretanto, apesar da relevância dessa abordagem para o estudo da recategorização, nas pesquisas da Linguística Textual, percebemos que esta perspectiva “[...] ainda se faz reducionista quando atrela a realização desse processo de ocorrências de retomadas anafóricas, alcançando apenas a dimensão textualmente manifesta do fenômeno” (LIMA; CAVALCANTE, 2015, p. 298). De acordo com as autoras, os estudos da recategorização avançaram e, atualmente, passou-se a considerar os elementos cognitivo-discursivos.

A recategorização numa abordagem cognitivo-discursiva

Os estudos da recategorização foram ampliados, visto que os postulados iniciais não consideravam os aspectos cognitivos, as interações discursivas e o conhecimento de mundo, elementos que se tornaram imprescindíveis para os estudos da recategorização.

Segundo Lima e Cavalcante (2015), o fenômeno da recategorização não se prende à língua, pois as (re)elaborações/(re)interpretações dos referentes são influenciadas pelas questões sociais, políticas e ideológicas. As pistas co(n)textuais contribuem para a construção de sentidos de um referente e a

recategorização não acontece somente por meio de elementos lexicais manifestados na superfície textual, ou seja, no cotexto.

Nessa proposição, observamos que nas investigações iniciais da recategorização sob a ótica cognitivo-discursiva, Lima (2009) destaca que a recategorização se constitui em duas vertentes. A primeira denomina-se **recategorização metafórica manifestada lexicalmente**; e a segunda chama-se **recategorização metafórica não-manifestada lexicalmente**. Assim, temos, respectivamente, estratégias da recategorização, em que o sentido se constrói ou por retomadas do referente no próprio texto ou as retomadas aparecem na mente dos atores sociais.

A **recategorização metafórica manifestada lexicalmente** “define-se como a retomada total de um referente (anáfora direta correferencial), seguida de uma recategorização cognitiva, por metáfora, desse mesmo referente [...]” (LIMA, 2009, p. 90). Dessa maneira, observa-se que um referente pode ser retomado lexicalmente no texto, ao mesmo tempo em que as metáforas empreendidas para atribuir novos sentidos a um dado objeto de discurso dependem dos conhecimentos cognitivos dos sujeitos para que o sentido metafórico seja alcançado.

A **recategorização metafórica não-manifestada lexicalmente** ocorre quando “o referente recategorizado ou, por vezes, a própria expressão referencial recategorizadora não aparece explicitamente na superfície textual, ficando a sua (re)construção na dependência das inferências geradas a partir das pistas co(n)textuais” (LIMA, 2009, p. 41). Percebemos que o referente pode aparecer apenas na mente dos atores sociais, bem como, as recategorizações metafóricas são de caráter cognitivo e dependem, além da organização textual, do contexto para que se construa significação.

Compreende-se, desse modo, que a recategorização não só se efetiva pelos elementos da superfície textual, mas decorre, primordialmente, pela ativação daqueles que se encontram na subjacência do texto. Nesse viés, para Lima (2009), a recategorização pode ser entendida a partir dos aspectos:

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009, p. 57).

Consoante ao exposto, entendemos que os estudos da recategorização apresentam um novo olhar para análise do referente. Assim, um referente pode ser representado na mente dos interlocutores por meio de conhecimentos cognitivos adquiridos socialmente, os quais contribuem para a (re)construção interpretativa e garantem evolução de um mesmo referente.

Além disso, um referente pode ser expresso no texto ou apenas recuperado pela situação discursiva. Para Custódio Filho (2011), essa ocorrência da recategorização pode ser definida como “recategorização sem menção referencial”. Entendemos, assim, que além dos recursos não-verbais ou imagéticos, os conhecimentos cognitivos partilhados, históricos e sociais, podem engatilhar as inferências significativas e garantir a (re)elaboração de um referente não mencionado no texto.

Ademais, a recategorização sem menção referencial se concretiza “quando nem o referente nem a sua recategorização são homologados na superfície textual, mas ambos os elementos são inferidos a partir da ancoragem em modelos cognitivos evocados pelas pistas textuais” (LIMA; CAVALCANTE, 2015, p. 312).

Além disso, para Lima e Cavalcante (2015), a proposta de recategorização sem menção referencial, inicialmente postulada por Custódio Filho (2011), pode ser entendida como *recategorização sem menção de expressão referencial*, visto que, segundo as autoras, nessa nova visão de recategorização, os referentes não são apresentados na superfície do texto, mas ancorados em modelos cognitivos, suscitados por pistas linguísticas.

Nesse sentido, a recategorização acontece a partir da negociação entre os interlocutores de um determinado texto. A abordagem cognitivo-discursiva dos estudos da recategorização permite-nos compreender que a recategorização pode ser estudada de diferentes maneiras, já que, conforme Lima e Cavalcante (2015), um referente pode ser construído, mantido e alterado pela forma como sociocognitivamente, o sujeito interage com o mundo. Portanto, o processo de recategorização não é neutro, pois os sentidos discursivos são construídos por meio das influências ideológicas, políticas e sociais que instauram a significação.

O gênero votação oral de esfera política

Neste estudo, entendemos o texto como um lugar de interação e negociação de sentidos entre atores sociais. Dessa maneira, o texto (oral e/ou escrito) configura-se num processo de atividade interativa, em um contexto social e cognitivo definido pelos interlocutores que negociam sentidos diversos. Seguindo esse pensamento, observamos a língua numa perspectiva sociointeracionista, entendendo que os atores sociais do gênero votação oral são os próprios políticos votantes (deputados federais); e o evento comunicativo em questão configura-se na própria votação oral, que é o gênero investigado neste estudo.

Para Marcuschi (2010, p. 19)], “os gêneros textuais caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos, surgindo emparelhados as necessidades e atividades socioculturais”. Partindo desse entendimento, as discussões aqui expostas se desenvolvem perante abordagens teóricas que estudam e definem os gêneros textuais, com destaque para o gênero votação oral, objeto a ser estudado nessa pesquisa. Um ponto importante é o fato de a votação ser na modalidade de língua oral, por isso esse estudo recorrerá ao contínuo tipológico das práticas comunicativas (MARCUSCHI, 2003) em que a fala e a escrita não são dicotômicas, mas sim complementares, indissociáveis.

Ademais, partimos do pressuposto de que este gênero, a votação oral de esfera política, se trata de um evento comunicativo organizado, já que a oralidade pode ser estudada tal como a escrita, porque dispõe de elementos organizacionais tanto quanto a escrita. Nesse sentido, propomos uma definição provisória acerca do gênero votação oral de esfera política. Defendemos que é um gênero da oralidade, pertencente ao domínio discursivo político, inscrito predominantemente na tipologia argumentativa, que tem como principal função decidir favorável ou não acerca de questões postas em julgamento durante sessões de votações na câmara dos deputados, no senado ou em qualquer outro espaço social de esfera política.

Assim, amparando-se nos pressupostos de Marcuschi (2008), compreendemos que um domínio discursivo se constrói por meio de cada “esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, **política**, [...]), na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão” (MARCUSCHI, 2008, p.194, grifo nosso).

O gênero votação oral de esfera política é um gênero decisivo a partir de questões propostas em julgamento. Dessa forma, trata-se de um gênero muito importante, pois no âmbito social tem o poder de direcionar a vida de todos os cidadãos. Discursivamente, esse gênero produz efeitos de sentido capaz de persuadir e/ou seduzir os interlocutores.

De acordo com Charaudeau (2018) o discurso político é:

por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano (CHARAUDEAU, 2018, p. 10).

Percebemos, dessa forma, que a característica primordial do discurso político é a persuasão. Os sujeitos, atores de uma atividade discursiva, utilizam recursos linguísticos, cognitivos e levam em

consideração as condições de produção para elaborar estratégias que convençam os interlocutores sobre a veracidade de suas proposições. Para Charaudeau (2018), o “jogo de máscaras” condiz ao jogo de significações, uma vez que os atores sociais constroem seus discursos para sobressair aos adversários políticos e para isso é necessário conhecimento prévio dos valores sociais, da ética e do comportamento dos eleitores que se pretende convencer.

Na votação oral de esfera política, os políticos participantes do evento discursivo não apenas apresentam sua decisão (sim ou não), mas expõem justificativas na tentativa de explicar aos interlocutores as razões de uma dada decisão. Assim, nesta investigação, defendemos que o gênero votação oral se organiza por meio de processos referenciais, os quais podem aparecer de diferentes maneiras. A análise nos permitirá entender de que maneira esses processos efetivam o acontecimento do citado gênero e observar como os referentes/objetos de discurso se (re)apresentam no texto e no nível cognitivo.

Análise do gênero votação oral de esfera política

Este estudo segue a abordagem qualitativa porque trabalha com os dados em processo, seguindo uma linha descritiva e interpretativista. Por meio dessa perspectiva, buscamos interpretar determinadas opiniões e percepções, pois a pesquisa qualitativa “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição, gravação” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 73).

A ênfase desta pesquisa está na investigação sobre como os processos referenciais, em especial a recategorização, organizam o discurso dos deputados votantes. Metodologicamente, seguiu-se os seguintes passos: primeiro, ocorreram os levantamentos e fichamentos dos estudos em Linguística Textual; segundo, a seleção das votações orais proferidas por deputados federais para a composição do *corpus*; terceiro, a transcrição do *corpus* da pesquisa de acordo com as normas

de Marcuschi (2003); quarto, a descrição dos elementos referenciais no *corpus*; e o quinto, a interpretação dos dados da pesquisa e apresentação dos resultados.

A aquisição das votações orais de domínio político foi realizada a partir da transmissão no Youtube, no canal da TV Câmara dos Deputados Federais, pois a sessão do *impeachment* de 2016 foi transmitida ao vivo e permanece arquivada na referida plataforma. Então, as votações analisadas neste estudo são parte da composição do *corpus* desta pesquisa. Para este momento, selecionamos as votações de três deputados federais.

Os informantes são os políticos votantes que, diante da sessão plenária realizada na câmara dos deputados federais, procederam ao voto (sim ou não) e até justificativas para definir o propósito do voto a favor ou contra o *impeachment* de 2016 da ex-presidente Dilma Rousseff. Após a descrição e interpretação dos dados, apresentamos os resultados, com os quais se espera responder aos questionamentos que direcionam esta pesquisa.

É válido recapitular que em 2016 ocorreu o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Nesse evento comunicativo, muitos sentidos foram evocados durante a votação; por vezes, falava-se em nome de Deus, evocava-se nomes de familiares, os nomes dos respectivos estados. Observemos, assim, os discursos orais selecionados dos deputados federais:

Votação oral I (Deputado federal Paulão/PT)

“Companheiros e companheiras parlamentares... povo brasileiro... eu queria discutir um dos princípios fundamentais da constituição de oitenta e oito que o poder emana do povo... e a referência... era o velho Ulisses Guimarães... o verdadeiro brasileiro... que recepcionou na sua carta magna a soberania nacional... a defesa pelo Brasil... agora veja uma vergonha... a casa... tá sendo presidida pelo *sacripanta*...que não tem amor ao Brasil... até porque suas contas... não são no Brasil... é na SuíÇA e no Panamá... É por isso... que independente desse resultado... honrando o povo brasileiro... no sangue e na a luta do Zumbi... agradecendo os movimentos sociais... a LUTA continua... NÃO AO GOLPE... NÃO AO GOLPE”.

(Fonte: YouTube -TV Câmara dos Deputados Federais).

Na votação I, temos o deputado federal Paulão (PT/Alagoas) como informante. Neste evento discursivo, o deputado enunciou do seguinte modo: “*suas contas não são no Brasil é na Suíça e no Panamá*”, permitindo a recategorização de Eduardo Cunha como *corrupto*.

Para que o sentido possa ser apreendido, é preciso ativar algumas pistas das estruturas do conhecimento cognitivo partilhado. Primeiramente, é necessário conhecer quem presidia a sessão plenária; em seguida, observar que o presidente da sessão plenária foi recategorizado metaforicamente como *sacripanta*, sendo caracterizado como indigno, que não tem credibilidade para exercer o cargo de presidente da câmara dos deputados federais, nem tem credibilidade para estar conduzindo a citada sessão de votação.

Em seguida, verificamos que políticos, a exemplo de Eduardo Cunha, que possuem contas secretas no exterior, provavelmente, não estão legalizados no Brasil e estão omitindo/escondendo o recebimento de valores indevidos, fruto de corrupção, propina. Então, ocorre a recategorização sem menção de expressão referencial, porque *corrupto* não está presente no texto, mas por meio de pistas cognitivas é possível verificar esses sentidos suscitados por meio das pistas textuais e cognitivas.

Votação oral II (Deputada Federal Alice Portugal/PCdoB):

“O Brasil já tem a prova de que não há crime... se não há crime de responsabilidade não há justificativa para impeachment e é golpe... um tribunal de asserção foi montado com um *inquisidor* na frente seu *Eduardo Cunha*... como na Bahia se diz com tiranos não combinam... brasileiros corações... e o Brasil não engolirá a sua *tiranía*... e nem o *cretinismo parlamentar*... é NÃO::: ao golpe.. NÃO::: ao golpe:...”

(Fonte: YouTube -TV Câmara dos Deputados Federais).

A deputada federal votante Alice Portugal (PCdoB/Bahia), na votação oral II, afirma: “um tribunal de asserção foi montado com um *inquisidor* na frente seu *Eduardo Cunha*...”. Percebemos que a deputada

recategoriza o referente Eduardo Cunha como *inquisidor*. Ela se utiliza de uma recategorização metafórica manifestada lexicalmente para construir uma imagem negativa do deputado Eduardo Cunha.

Por meio dessa metáfora (*inquisidor*) explicita-se que o referente é visto como soberano, responsável pela condução das votações orais. Além disso, as pistas cognitivas permitem compreender a crítica direcionada ao presidente da sessão plenária, já que o processo de *impeachment* estaria acontecendo em razão da aprovação e condução de Eduardo Cunha como uma forma de se vingar dos partidos de esquerda, os quais votaram contra o presidente da câmara durante uma sessão do conselho de ética.

Durante a votação, a deputada Alice Portugal também recategoriza o referente como “tirano” e “cretino parlamentar”, atribuindo uma imagem negativa ao objeto de discurso. Ao mencionar “não engolirá a sua *tiranía*”, a deputada elucida que diante da posição de presidente da câmara, Eduardo Cunha atua como tirano, impondo sua vontade, seu poderio como autoridade máxima, acima daquilo que se considera justo. Desse modo, ocorre a recategorização metafórica com menção lexical, pois o referente é retomado no texto e recategorizado pela expressão metafórica “tirano”.

Para manter a imagem negativa do referente, a deputada votante ainda se utiliza da expressão “*cretinismo parlamentar*” para caracterizar o perfil de Eduardo Cunha. A referida recategorização metafórica com menção lexical confere ao presidente da sessão plenária uma imagem de cinismo, de alguém que não respeita a moral, reforçando, desse modo, a crítica direcionada ao referente. Percebemos que embora as marcações lexicais e os referentes estejam explícitos no texto, a recategorização só é apreendida a partir de aspectos cognitivo-discursivos que são evocados pelo sujeito enunciador.

Votação oral III (Deputado federal Maurício Quintella Lessa/PR)

“*Senhor presidente* senhoras e senhores deputados... meus queridos... amigos do estado de alagoas... do litoral ao sertão do meu estado... quero dizer que quando esse processo começou... eu não tinha opinião formada...eu fui pra comissão especial... lá sentei ao lado do Jovair Arantes... do Rogério Russo Cabos Sampaivos... de todos aqueles companheiros... ouvi com toda atenção os denunciantes... dissequei a defesa... e fiz meu convencimento... e quero aqui dizer... companheiros que *a presidente da república* não cometeu um crime de responsabilidade... ela cometeu um ROL de crimes de responsabilidade... ela atentou contra o orçamento do país... ela atentou contra a competência do congresso nacional... ela atentou contra a própria democracia... mesmo mesmo o meu partido tendo uma orientação diferente... eu não podia liberar/liderar a minha bancada/a maioria da minha bancada pelo menos para o *precipício*... RENunciei a liderança da minha bancada para chegar a esse momento aqui em PAZ com o meu travesseiro que é o melhor amigo da minha consciência... VOTO SIM pelo impeachment... VOTO SIM pelo afastamento da presidenta”.

(Fonte: YouTube -TV Câmara dos Deputados Federais).

Na votação oral III, o deputado federal Maurício Quintella Lessa (PR/Alagoas), utiliza-se de recategorizações com menções lexicais para atribuir sentido a sua justificativa de voto. Inicialmente, recategoriza o referente Eduardo Cunha como “*Senhor presidente*”, propiciando um tratamento polido, respeitoso. Embora o referente não esteja explícito no texto, é possível recuperá-lo pelo conhecimento cognitivo, porque a sessão plenária do *impeachment* foi presidida por Eduardo Cunha.

Em seguida, o deputado votante recategoriza o referente Dilma Rousseff como “*a presidenta da república*”. Notadamente, o referente também não se apresenta lexicalmente no texto, mas é percebido cognitivamente. Após esse tratamento polido, o votante afirma: “a presidente da república não cometeu um crime de responsabilidade... ela cometeu um ROL de crimes de responsabilidade...”

Com essas asserções, constatamos que o deputado votante recategoriza Dilma Rousseff como criminosa pelo fato de ela, supostamente, ter cometido “um ROL de crimes”. Com isso, o deputado Quintella cria uma imagem negativa de Dilma e transmite essa ideia diante de um evento comunicativo que chamou a atenção de todo o Brasil e do mundo, provocando efeitos irreparáveis, a exemplo do afastamento da presidenta.

Ao final da sua votação, o deputado reforça: “*pelo afastamento da presidenta*”, dessa forma, mantém a recategorização do referente Dilma Rousseff e utiliza-se da recategorização metafórica com menção referencial para referir-se ao governo da presidenta como um “*precipício*”. Assim, cria-se uma imagem de que a gestão de Dilma corresponde a algo perigoso e negativo para o país, razão pela qual deveria ser retirada do poder, mesmo que fosse por um processo considerado ilegítimo.

Considerações finais

Compreendemos, portanto, que para a eficácia comunicativa do gênero votação oral, os aspectos referenciais, em especial a recategorização (que se apresenta de maneira textual, cognitiva e até mesmo discursiva) foram fundamentais para a garantia de sentidos, os quais só se efetivam por meio de processos referenciais.

Verificamos, assim, que a recategorização – sem menção referencial manifestada lexicalmente e não manifestada lexicalmente –, se apresenta de maneira estratégica na enunciação das votações orais, razão por que contribuem decisivamente para a construção de sentidos e argumentação dos deputados votantes.

Analisar e interpretar o gênero votação oral de esfera política à luz de processos referenciais, em especial da recategorização, contribuiu significativamente para a empreendermos como os sentidos são construídos e reconstruídos no referido gênero.

Referências

- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BEGUELIN, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. (Eds.) *Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 331p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. *Revista de Letras*, Fortaleza: UFC, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução a linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Contexto, 2017.
- LIMA, Silvana Maria Calixto de. A recategorização de referentes numa perspectiva cognitivo-discursiva. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador/BA, v. 57, p. 225-240, julho-dezembro de 2017.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo dos processos de recategorização*. 2009. 204 f. (Tese de Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2009.

LIMA, Silvana. Maria. Calixto de. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. *In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães. et al (Orgs.). Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

LIMA, Silvana Maria Calixto de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015. Salvador: p. 295-315.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, n. 23, 1995. p. 273-302.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE. Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2008.

CAPÍTULO 5

A RECATEGORIZAÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO JAIR BOLSONARO: EM TELA, AS POSTAGENS DE CIRO GOMES NO *FACEBOOK*

Natália Luczkiewicz da Silva
Max Silva da Rocha

Considerações iniciais

A Linguística Textual é uma área que tem se desenvolvido de forma avultosa nos últimos tempos. A preocupação saiu dos estudos das frases isoladas e enfocou o estudo do texto, entendendo-o como um construto de sentidos incompletos, que são construídos à medida que ocorrem inferências por parte dos interlocutores.

Os estudos da frase restringiam uma visão apenas superficial, atribuindo significados a partir da materialidade do texto, mas de forma restrita. Essa visão perdurou por muito tempo, até que se começou a pensar o texto como um todo, que sofre interferências do contexto e que possui uma complexidade que extrapola as estruturas lexicais.

No Brasil, os estudos textuais têm ganhado espaço, sobretudo, com os estudos da referenciação, que cada vez mais testam teorias, analisam possibilidades e agregam novos olhares para os fenômenos linguageiros. Alguns autores que se destacam são Cavalcante (2003), Custódio Filho (2011), Lima e Cavalcante (2015), Lima (2009, 2017), entre outros.

Ao adotarmos os gêneros textuais como objetos para a análise, criamos uma oportunidade real de compreender como os sentidos dos textos se constituem, já que os gêneros estão presentes em nossa comunicação diária, nas mais diversas atividades que realizamos

(MARCUSCHI, 2008). Assim, entendemos que o autor do texto não é o único responsável por contribuir na construção dos sentidos, mas também o sujeito destinatário, pois é parte integrante de todo o processo.

Com base nisso, escolhemos o gênero textual *Postagens do facebook*, partindo da página pessoal do ex-ministro Ciro Gomes, com o intuito de verificar como este sujeito enunciador se utiliza de recursos referenciais para construir uma imagem negativa do referente Jair Bolsonaro, principalmente, no tocante aos problemas no período da pandemia.

No atual momento, possuímos pouco contato físico com outras pessoas a fim de evitarmos aglomeração e disseminação da COVID-19. Uma das formas para nos aproximarmos das pessoas foi a utilização de recursos tecnológicos. Nesse sentido, utilizamos as redes sociais, em nossas páginas pessoais, para expormos nossos pensamentos em relação às situações que estão em xeque em nossa sociedade. Entre essas situações, podemos citar os problemas advindos da pandemia da COVID-19, os processos econômicos e as desigualdades sociais que presenciamos ou vivenciamos. Esses fatores nos direcionam a uma temática maior – a política.

Na esfera política, decisões impensadas causam consequências diretas em todas as outras esferas sociais e é justamente sobre essas discussões que o ex-deputado federal Ciro Gomes vem discutindo, de forma mais densa, desde 2020, em sua página pessoal no *Facebook*. As postagens desse político têm repercutido muito entre os usuários da plataforma. Muitos apoiadores defendem as ideias expostas por ele e as propagam, enquanto outros utilizam o espaço da mídia para se posicionarem contra as alegações realizadas por ele.

Este trabalho se justifica pela necessidade de analisar os discursos propagados na página pessoal de Ciro Gomes, no *Facebook*, que desafiam as normas de polidez esperadas de um político ao referir-se a outro político – o presidente da república –, atribuindo a este a responsabilidade pelo alto índice de mortes, em decorrência da pandemia. Além de compreendermos como ocorre o processo de

recategorização de Jair Bolsonaro, nas publicações de Ciro, essa análise mostra quais são as mobilizações que estão ocorrendo e o quanto elas se relacionam ao contexto social contemporâneo.

No trabalho em tela, temos como objetivo analisar a recategorização do objeto de discurso “Jair Bolsonaro”, em postagens da página pessoal do ex-governador do Ceará, na rede social *Facebook*. O *corpus* de análise é composto por quatro postagens de Ciro Gomes na citada plataforma midiática, as quais foram divulgadas durante o mês de janeiro de 2021.

Esta investigação é de cunho qualitativo, descritivo e interpretativista e está centrada na Linguística Textual, mais especificamente, no estudo dos processos de recategorização, com foco na abordagem da segunda tendência, defendida por Custódio Filho (2012), Lima e Cavalcante (2015), Lima (2017), entre outros. Dessa forma, analisamos os dados considerando a recategorização do referente com e sem menção lexical e como a relação entre cotexto e contexto evidencia os sentidos do ato linguageiro.

Os aportes teóricos utilizados foram Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), pois são os precursores dos estudos de referenciação, com o foco nas análises do sintagma nominal; Cavalcante (2003), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Lima e Cavalcante (2015), Custódio Filho (2011, 2012), Lima (2009, 2017), os quais são autores que vêm desenvolvendo novas possibilidades de análise do referente, comprovando teorias que partiram das situações mais simples e que caminham em direção às mais complexas, acerca do fenômeno de referenciação em múltiplas perspectivas.

Este trabalho está dividido em três seções: na primeira, realizamos uma discussão em relação aos estudos do texto e da referenciação; na segunda, discutimos sobre o fenômeno da recategorização, como ele ocorre, quais são as perspectivas evidenciadas pelos estudiosos, além de definir a tendência mais consistente para a análise do *corpus* que compõe esse trabalho; na terceira, expomos o nosso percurso metodológico e partimos para a

análise dos dados. Por fim, apresentamos as nossas considerações com base no objeto de estudo e na referenciação/recategorização.

A Linguística Textual e os estudos da referenciação

Os estudos da referenciação têm ganhado destaque nas pesquisas em Linguística Textual. Isso porque esse fenômeno interfere diretamente na coesão, na coerência do texto e na interligação entre os seus elementos e, como consequência, a compreensão dos sentidos. A referenciação atua sobre o objeto de discurso. Nesse sentido, depreendemos que “os objetos de discurso são, portanto, altamente dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, reconstruídos, recategorizados no curso da progressão textual” (KOCH, 2017, p. 83).

Mondada e Dubois (2003) foram as responsáveis pela criação do termo *referenciação* para denominar a função da referência, buscando compreender a relação entre linguagem e mundo – como os processos cognitivos, humanos e linguísticos podem interferir na orientação de sentidos do texto e do mundo, pois com o termo referência, muitas questões deixavam de ser abordadas em um nível cognitivo, social e discursivo.

A tendência de compreender o texto e a coerência como instâncias bastantes dinâmicas também teve impactos na maneira como se compreende a referência, já que processos sociocognitivos altamente complexos e multifacetados apresentam funções e realizações múltiplas. Daí se passou a falar em referenciação – proposta teórica que salienta o caráter altamente dinâmico do processo de construção dos referentes em um texto (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 27).

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), o processo de referenciação não ocorre apenas de uma forma, existem elementos que direcionam esse processo, tais como: a introdução

referencial, as dêixis, as anáforas, e o mais importante que destaca o caráter complexo do fenômeno de referenciação é que “além da parte verbal, as imagens, os sons e as outras ‘fontes de percepção’ também proveem conteúdo para a produção e a interpretação” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 42).

Isso significa que o texto deve ser considerado em todas as suas partes, sejam elas verbais ou não, todas interferem no processo da referenciação a partir de diferentes semioses, como bem explica Custódio Filho (2011) em seu trabalho de doutoramento, no qual o autor perscruta um objeto multimodal por meio de imagem e texto.

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) destacam que a referenciação parte de três princípios imprescindíveis, que são a negociação, a reelaboração da realidade e o processo cognitivo. O princípio da negociação é fundamentado na ideia de que os sujeitos participam interativamente da produção de sentido do texto, negociando constantemente, testando os referentes, realizando reformulações. Isso agrega uma visão dinâmica da referenciação.

O princípio da reelaboração da realidade segue vinculado ao princípio da negociação, pois nesse ato os interlocutores evidenciam reformulações diversas sobre um mesmo referente. Assim, a referenciação possibilita também entender “o poder que a linguagem possui de criar e mesmo de transformar esse real conforme a intenção daquele que fala, envolvido em um contexto que será também fundamental para essa produção e também reprodução” (LEAL, 2018, p. 40).

O princípio de que a referenciação é um processo cognitivo é pautado no fato de a referenciação ser um processo intersubjetivo, ou seja, as negociações de reelaboração do referente ocorrem baseadas na bagagem social e discursiva dos interlocutores, no ato da negociação dos sentidos do texto.

A referenciação se reafirma como um processo discursivo por intermédio da construção de várias versões de uma mesma realidade no plano textual-discursivo, em uma interação colaborativa entre os

interlocutores à formação dos sentidos, sob uma perspectiva sociocognitiva de construção de objetos de discurso, demonstrando, portanto, como a referenciação é um fenômeno dinâmico (SILVA, 2013, p. 41).

A dinamicidade do fenômeno da referenciação demonstra o seu caráter multifacetado. No discurso, estamos a todo o momento referenciando e reelaborando os referentes, isso faz parte da interação comunicativa e é ponto basilar para a compreensão dos objetos de discurso presentes no texto. Nesse cenário, é preciso pensar se a perspectiva adotada pelos estudos referenciais contempla toda a complexidade que esse fenômeno possui.

As duas perspectivas mais comentadas do estudo desse fenômeno são a perspectiva textual-discursiva e a perspectiva cognitivo-discursiva. Na primeira, o referente é condicionado a sua homologação na materialidade textual, não sendo possível explorar explicações que vão além dessa condição; na segunda, tem-se um avanço e o referente pode ser apreendido não somente no plano textual, mas também cognitivo. Lima (2009, p. 85), aponta que “é preciso dizer ainda da possibilidade da construção de referentes não homologados na materialidade textual, mas inferidos pela ancoragem em modelos cognitivos evocados a partir de pistas verbais e imagéticas”.

Diante disso, podemos citar dois tipos de processos de referenciação: o que está preso às amarras do texto, em sua materialidade; e a perspectiva que busca extrapolar o léxico, tomando como suporte a cognição e as pistas linguísticas deixadas no cotexto. Neste trabalho, defendemos que a referenciação é um processo muito complexo e não pode ser restrita apenas à materialidade lexical. Assim, adotamos os pressupostos de que a referenciação demanda conhecimento cognitivo e social e pode ser realizada a partir de inferências resultantes de pistas linguísticas. Desse modo, propomos uma análise que verifique tanto as manifestações através do léxico como as que extrapolam esse nível.

Entre as tendências de referenciação, destacamos o processo de recategorização. Esse processo é inerente ao fenômeno citado, justamente pelo fato de contribuir na reelaboração do referente, deslocando-o para uma categoria diferente da qual ele assumia em primeira instância. Na próxima seção, nos atentaremos a esse processo textual, discursivo e cognitivo.

O processo de recategorização sob os enfoques textual-discursivo e cognitivo-discursivo

A recategorização é um processo de referenciação que ocorre quando um referente, que assume uma categorização, passa por uma transformação categórica, na qual deixa de assumir a categoria inicialmente apontada e passa a assumir outra diferente. “Se a construção da referência é um processo dinâmico, isso implica que os objetos de discurso podem passar por remodelações ou reformulações de acordo com o propósito discursivo dos enunciadores”. (LIMA, 2017, p. 56). Isso ocorre por uma necessidade discursiva que o sujeito, no ato da interação, tem de reelaborar o objeto de discurso, a fim de progredir textualmente e construir mecanismos que suscitam sentidos diversos ao que é dito.

Os estudos da recategorização partiram das discussões dos pesquisadores Apothéloz e Reichler-Béguelin em (1995), quando perceberam que um objeto do discurso, que interfere na coesão do texto, passava por diversas reformulações em sua categoria, que iam desde o início do texto/discurso até a sua conclusão. Esses autores consideravam que esse fenômeno ocorria por meio de situações de correferencialidade, ou seja, quando esse mesmo referente era retomado ou reformulado por meio de anáforas diretas.

Em estudo pioneiro, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) designam tal estratégia como recategorização. Entretanto, o tratamento por eles dispensado à descrição desse mecanismo fica quase restrito aos casos de recategorização lexical, isto é, aqueles casos em que há

uma remodulação de um referente homologado na materialidade do texto confirmada por uma expressão referencial. Ocorrências desse tipo são também designadas na literatura como anáforas diretas recategorizadoras (LIMA, 2017, p. 56).

As discussões pautadas na ideia de referenciação, segundo a primeira tendência, repercutiram por muitos anos. No Brasil, os estudos da referenciação apontam para dois tipos de trabalhos. Custódio Filho (2012) chama atenção para os trabalhos realizados por Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2000), Koch (2003) e Cavalcante (2003, 2004), que propõem um quadro geral das estratégias referenciais e têm, entre outros objetivos, mostrar propostas classificatórias das estratégias referenciais; e os trabalhos do segundo tipo são os que tratam de uma estratégia de referenciação específica, como o encapsulamento (ou rótulo), a dêixis, a anáfora recategorizadora e a anáfora indireta.

Os estudos que seguem o viés da recategorização estão caminhando de forma a abranger novas explicações que a primeira tendência não dava conta. Ao se restringir ao sintagma nominal, os trabalhos que focalizavam a tendência conservadora não conseguiam explicar os fenômenos pelos quais o referente passava. A necessidade de compreender o texto para além das suas relações internas moveu muitos estudiosos pela busca de maiores explicações sobre esse processo.

A segunda tendência do fenômeno de recategorização aborda a perspectiva sociocognitiva-discursiva, pautada em três princípios basilares: o sociocognitivism, como agente considerável para a construção dos sentidos do texto; o entendimento do texto como um construto multifacetado; e o privilégio à interação, como uma das principais formas de depreciação do sentido, uma vez que os interlocutores realizam remodelações no texto a partir de seus atos discursivos. Custódio Filho (2012) destaca que:

Os pressupostos sociocognitivistas investem no entrecruzamento de aspectos culturais e cognitivos para as explicações dos fenômenos relacionados à produção e

transformação do conhecimento. Esse modelo é o mais bem preparado, até o momento, para dar conta da necessária explicitação de como o fenômeno da representação de entidades se efetiva, discursivamente, a fim de que a interação linguística se processe (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 839).

O autor defende que a segunda tendência do fenômeno de recategorização é a que melhor explica como ocorrem os processos da representação das entidades discursivas. Nessa perspectiva de análise, observamos que a construção da referência caminha por diversos fatores, desprendendo-se das amarras do sintagma nominal e se articulando, muito mais, aos processamentos linguísticos, cognitivos e sociais que ocorrem no ato da interação discursiva.

Segundo Custódio Filho (2012, p. 853), “a ênfase no aspecto sociocognitivo do fenômeno possibilitou explicações bastante coerentes sobre como as necessidades contextuais configuram os usos linguísticos”. Além disso, ampliou as possibilidades de estudos desse fenômeno, que tem sido caracterizado como fundamental para os estudos da Linguística Textual na contemporaneidade.

Apesar de as duas tendências apresentarem métodos diferentes para o trato da recategorização, ambas podem ser consideradas complementares, uma vez que sem os estudos iniciais de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), não teríamos uma configuração inicial sobre os processos de referenciação e a importância do objeto de discurso para a coesão do texto. Esses estudos iniciais colaboraram de forma ímpar para a Linguística Textual.

São tendências *complementares*, principalmente porque abraçam os mesmos pressupostos. O que muda é o foco de análise (e a conseqüente ampliação da noção de texto/discurso), no que diz respeito à participação e integração dos elementos linguísticos e não linguísticos na construção da referência (CUSTÓDIO FILHO, 2012, p. 840, grifos nossos).

As duas tendências são consideradas complementares, pois tratam do mesmo objeto de estudo, entretanto, em perspectivas diferentes. O surgimento de uma nova teoria para explicar o processo de recategorização é resultado da necessidade de novas explicações sobre o fenômeno, uma vez que o estudo da estrutura textual já não contemplava todas as situações apreendidas na reelaboração de um referente. Em relação à segunda tendência, podemos citar alguns elementos que direcionam de forma mais bem elaborada as discussões pautadas até o momento:

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA; CAVALCANTE, 2015, p. 57).

Lima (2009) justifica os estudos da segunda tendência ao analisar que a recategorização nem sempre pode ser explicada a partir dos elementos presentes no sintagma nominal; sinaliza que em muitos casos a recategorização pode ocorrer através de implicaturas cognitivas, entretanto, esse aspecto interativo não resulta em uma interpretação solta, mas que possui interligação com pistas presentes no cotexto, para que não haja outros avanços; e como um terceiro elemento, bem pontuado pela autora, a recategorização pode ocorrer em diversos graus de explicitude; diante disso, a teoria de segunda tendência apresenta explicações contundentes para demonstrar como ocorrem processos desse nível.

A partir dessas constatações, consideramos que as teorias atuais sobre os processos de recategorização têm explicado de forma mais satisfatória as reformulações que os referentes sofrem dentro de um discurso no ato de linguagem. Ao se pautar nos aspectos

sociocognitivos articulados aos discursivos, depreendemos melhores explicações para um fenômeno que vem sendo discutido arduamente entre os estudiosos da Linguística do Texto.

Visamos uma análise que utilize os elementos disponíveis a partir da materialidade lexical, mas que não esteja presa, exclusivamente, a esses elementos, pois nem sempre o referente será retomado apenas por elementos textualmente explícitos. Defendemos as duas tendências como complementares, como ratifica Custódio Filho (2012).

O percurso metodológico

Este estudo insere-se na pesquisa de abordagem qualitativa com um olhar descritivo e interpretativista (OLIVEIRA, 2010). O *corpus* é composto por quatro postagens realizadas pelo candidato presidencial Jair Bolsonaro em sua página pessoal no *Facebook*. Essas postagens ocorreram ao longo do mês de janeiro de 2021, cujo o principal ponto de discussão versa sobre os supostos crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro e por políticos apoiadores do atual governo. A escolha do *corpus* se deu por ser um tema atual sobre a pandemia e por ser de relevância social.

Escolhemos a plataforma *Facebook*, pois se configura no ambiente em que Jair Bolsonaro tem postado com mais frequência e tem interagido com o público. A natureza das postagens é de cunho político, mostrando um posicionamento desfavorável ao atual presidente da república, Jair Bolsonaro, utilizando elementos recategorizadores que vão de encontro ao esperado, em nível de polidez, em relação a maior autoridade da política nacional.

Esta investigação está centrada na Linguística Textual, com o foco na referenciação, por meio do fenômeno de recategorização. Para isso, escolhemos realizar uma análise pautada nas duas tendências, mas com foco na segunda, pois evidencia a relação entre as esferas sociocognitivas e as discursivas. Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, vamos discurtir, brevemente, sobre o gênero textual

postagens do *Facebook*, a fim de que possamos entender a natureza do *corpus* e a sua representação social.

Mídia em foco: gênero textual postagens do *Facebook*

No contexto atual, em que vivemos isolados em consequência da pandemia da COVID-19, as pessoas estão muito mais conectadas. Para não ficarem de fora das discussões que permeiam a nossa sociedade, os indivíduos utilizam esses espaços virtuais para se posicionarem. Nesse sentido, a plataforma *Facebook* tem ganhado espaço entre os internautas.

Goularte (2017, p. 11) destaca que, para a empresa, o principal objetivo dessa rede social é propiciar às pessoas “o poder de compartilhar e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado [...] para manter contato com amigos e parentes, descobrir o que está acontecendo no mundo e compartilhar e expressar o que é importante para elas”. Na plataforma *Facebook*, os usuários podem criar suas páginas pessoais, adicionar “amigos”, com os quais pretende compartilhar conteúdos, interagir e discutir assuntos que estão em destaque. O usuário tem a liberdade de escolher quem ele deseja que veja as suas postagens, se quer que alguém compartilhe, curta ou comente.

O *Facebook* não é um gênero textual como muitos podem pensar. Ele é caracterizado como um suporte de gênero, ou seja, um meio pelo qual vários gêneros textuais são fixados. Marcuschi (2008, p. 174, grifos do autor) é categórico ao afirmar que o suporte textual se refere a “[...] um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. [...] suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”. Portanto, conforme as ideias do autor, o *Facebook* é um suporte textual.

Em relação aos gêneros textuais, eles sofrem alterações a depender dos objetivos dos interlocutores, da situação comunicativa e da necessidade de interação. Os gêneros aparecem “emparelhados a

necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). As inovações tecnológicas demandam práticas que vislumbrem a interação, visto que os usuários estão separados por telas.

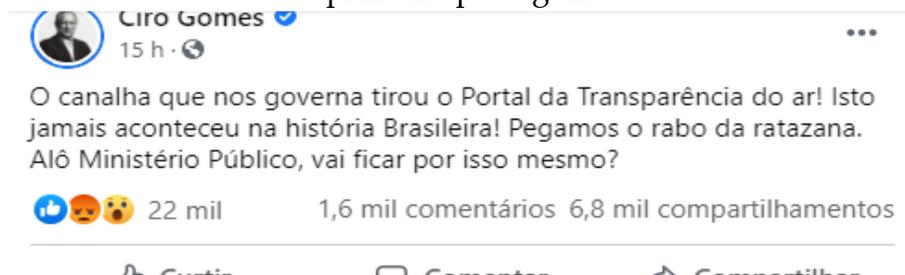
As “Postagens do *Facebook*” possuem uma prática social e discursiva, pois são criadas por um sujeito enunciador que visa um sujeito destinatário e pode ser considerada como um gênero textual. Bernardo (2014) enfatiza que a mesclagem de linguagens amplia a significação textual, característica típica dos textos multimodais. Essa condição é evidenciada por meio do gênero textual “postagens da rede social”, pois repercutem textos que utilizam esse recurso com mais amplitude.

O autor supracitado defende que as “postagens da rede social” podem ser entendidas como um gênero textual de natureza híbrida, pois apesar da diversidade de configurações, carregam um mesmo objetivo textual. Na composição do nosso *corpus*, privilegiamos as postagens em formato de texto, pois são as que mais contribuem para a recategorização do objeto de discurso analisado – o presidente Jair Bolsonaro –, na página pessoal do sujeito enunciador *Ciro Gomes*.

Análise da recategorização nas postagens do *facebook*

Imagem 1

primeira postagem



Fonte: Página pessoal de *Ciro Gomes*, no *Facebook* (2021).

Na primeira postagem, observamos que o sujeito enunciador **Ciro Gomes** recategoriza o referente **Jair Bolsonaro** como um “canalha”. Isso ocorreu pelo fato de o presidente da república ter autorizado a retirada do portal da transparência do ar, justamente no momento em que informações de gastos desnecessários do governo federal com chiclete, leite moça, cerveja, entre outros produtos, foram publicizados pela mídia brasileira, gerando críticas ao atual presidente. Como forma de esconder essas informações, o atual governo bloqueou o portal da transparência, razão por que **Ciro Gomes** formulou uma imagem negativa do presidente **Jair Bolsonaro**.

Ademais, **Ciro Gomes** faz uso da dêixis pessoal em “nos governa”, demonstrando proximidade com os leitores de sua página virtual e a população brasileira, tendo em vista que **Jair Bolsonaro** é o presidente de todos os brasileiros, inclusive do próprio **Ciro**. Assim, percebemos um antagonismo entre o elemento recategorizador “canalha” e a ação de “governar” que, por sua vez, carrega uma imagem negativa do presidente, construída ao longo do texto da postagem em tela. Infere-se que temos um governante canalha, ou seja, alguém que não tem nenhuma capacidade para ocupar o principal cargo de um país democrático.

O uso do demonstrativo “isto” em “Isto jamais aconteceu na história Brasileira!” funciona como uma anáfora encapsuladora, pois retoma não somente um referente, mas um enunciado completo: “O canalha que nos governa tirou o portal da transparência do ar!”. Esse uso engendra a progressão textual e a progressão temática, razão por que contribui decisivamente para a construção de sentidos manifestados no cotexto e no contexto enunciativos.

Em seguida, **Ciro Gomes** afirma: “pegamos o rabo da ratazana. Verificamos a recategorização metafórica (LIMA, 2009) do referente **Jair Bolsonaro** como um rato, que é um animal astucioso, rápido, sorrateiro. Observamos, também, que **Ciro Gomes** se inscreve no ato enunciativo, pois enuncia o verbo na primeira pessoal do plural (pegamos), o que autoriza pensar que **Ciro** faz parte de um grupo que

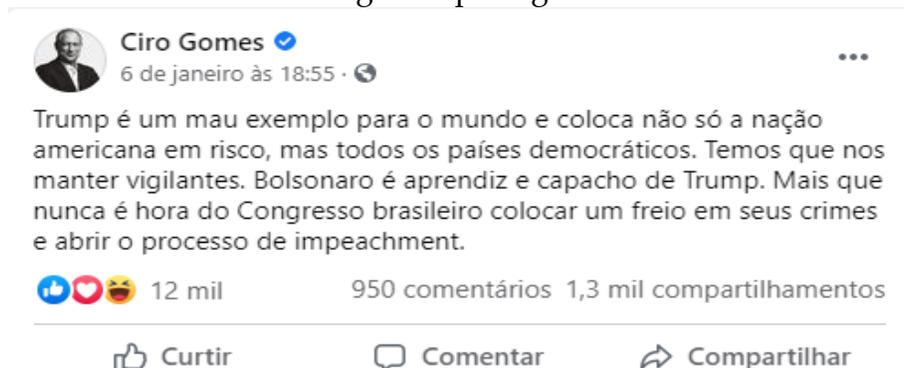
está de olhos atentos nas ações indevidas do atual presidente da república.

No mesmo momento enunciativo, é possível constatar outro elemento recategorizador, haja vista o uso da expressão “rabo”, a qual indica a “descoberta de possíveis crimes” praticados pelo governo bolsonarista. À frente, ainda identificamos que o referente “Ministério Público” é recategorizado como “a solução do problema”, pois é chamado e indagado sobre pedidos de posicionamento quanto aos possíveis crimes cometidos pelo presidente do Brasil.

Observamos que, em nenhum momento, o referente Jair Bolsonaro é manifestado lexicalmente no texto, mas conseguimos identificá-lo por meio das pistas sociocognitivas compartilhadas a partir do texto em destaque. Logo, o sujeito enunciador Ciro Gomes se utiliza desses recursos para construir uma imagem negativa do atual presidente e disseminar essa imagem, pois constatamos que a postagem recebeu (até o momento em que selecionamos), 22 mil curtidas, 1,6 mil comentários e 6,8 mil compartilhamentos, o que atesta o alcance de um grande público.

Imagem 2

segunda postagem



The image shows a screenshot of a Facebook post by Ciro Gomes. The post is dated January 6th at 18:55. The text of the post reads: "Trump é um mau exemplo para o mundo e coloca não só a nação americana em risco, mas todos os países democráticos. Temos que nos manter vigilantes. Bolsonaro é aprendiz e capacho de Trump. Mais que nunca é hora do Congresso brasileiro colocar um freio em seus crimes e abrir o processo de impeachment." The post has received 12 mil likes, 950 comments, and 1,3 mil shares. At the bottom of the post, there are three buttons: "Curtir" (Like), "Comentar" (Comment), and "Compartilhar" (Share).

Fonte: Página pessoal de Ciro Gomes, no *Facebook* (2021).

Nesta publicação, observamos que Ciro Gomes cria uma imagem negativa do ex-presidente dos Estados Unidos da América, recategorizando-o como um “mau exemplo” e como um “criminoso”. Provavelmente, era mau exemplo porque demonstrava ser autoritário, ditador, perseguidor e extremista e criminoso porque colocava as pessoas de seu país e de outros países em risco, provocando conflitos com outras nações, a exemplo da Venezuela, da Coréia do Norte, da China, entre outras.

Após trazer o exemplo de Donald Trump, Ciro Gomes argumenta que Bolsonaro é “aprendiz” e “capacho” de Trump. Se o ex-presidente dos EUA é um criminoso e Bolsonaro é uma espécie de aluno, é possível concluir que Bolsonaro é recategorizado como um criminoso em formação, tendo como professor Donald Trump. Não é difícil recordar que Jair Bolsonaro atacou de forma vociferada a Venezuela e a China apenas para concordar com os ditames preconizados pelo governo dos EUA.

Além disso, Ciro Gomes assevera que Bolsonaro é um capacho de Trump. Novamente, temos a ideia de que se trata de um capacho de criminoso, ou seja, aquele que faz de tudo para agradar seu superior e deseja se igualar a ele. Não foram poucas as vezes que Bolsonaro declarou obediência e submissão ao governo de Donald Trump, chegando, inclusive, a bater continência à bandeira do país norte-americano, enquanto a nação brasileira sofria com a pandemia da COVID-19. Portanto, a recategorização de Bolsonaro como capacho mostra uma ideia de subserviência e bajulação ao governo dos EUA.

Por último, o referente “Congresso Brasileiro” é recategorizado como “salvador da pátria”, pois é a ele delegada a função de frear os possíveis crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro. Uma das alternativas, segundo Ciro Gomes, é por meio do processo de *impeachment*, a fim de afastar o atual presidente do seu cargo.

Imagem 3

terceira postagem



Ciro Gomes ✓

16 de janeiro às 12:05 · 🌐



Enquanto isto, o energúmeno que nos governa atrapalha no que pode a vacinação de nosso povo e condena muitos à morte!

Fonte: Página pessoal do *Ciro Gomes*, no *Facebook* (2021).

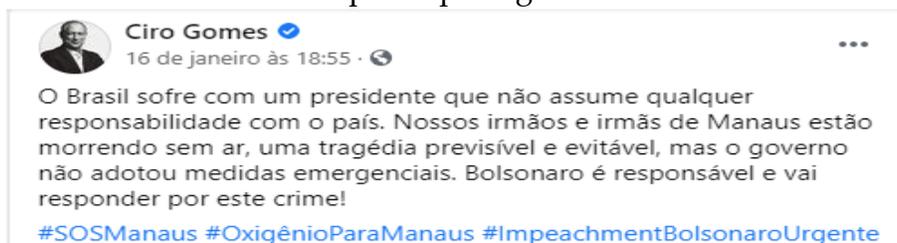
Nesta postagem, *Ciro Gomes* recategoriza o referente “*Jair Bolsonaro*”, não explícito lexicalmente no texto, como um “energúmeno”, ou seja, como alguém que não tem capacidade alguma para governar o Brasil. Em seguida, o enunciador utiliza a dêixis pessoal “nos”, aproximando-se dos leitores da postagem, além de se colocar como pertencente ao “povo brasileiro”, o qual sofre os duros impactos da política nacional pelo fato de não agilizar o processo de vacinação contra a COVID-19.

Ciro Gomes mostra um possível antagonismo entre as ações de governar e atrapalhar a o país. O presidente *Jair Bolsonaro* é quem governa a nação brasileira, no entanto, conforme aponta o discurso do sujeito enunciador, essa atuação governamental está servindo para atrapalhar o processo de vacinação. Desse modo, *Ciro* suscita uma contradição do governo bolsonarista, pois ao invés de colaborar com a imunização, o que faz é justamente o contrário, impedindo a agilidade do processo de vacinação.

Ademais, o enunciador utiliza a dêixis pessoal “nosso”, em “nosso povo”, com o objetivo de se aproximar dos leitores brasileiros, principalmente àqueles que são favoráveis à vacinação. Observamos que *Ciro Gomes* recategoriza *Bolsonaro* como “assassino”, pelo fato de atrasar a vacinação, condenando “muitos à morte”. Ora, a vacinação é essencial para combater a pandemia. Impedir que as pessoas sejam vacinadas pode colaborar com a morte, a exemplo das mais de 250 mil vidas brasileiras já ceifadas atualmente.

Imagem 4

quarta postagem



Fonte: Página pessoal de Ciro Gomes, no *Facebook* (2021).

Nesta última publicação, o referente Jair Bolsonaro é recategorizado como “irresponsável”, a partir do trecho: “não assume qualquer responsabilidade”, característica atribuída a uma pessoa que não cumpre a sua função. Observamos a categorização dos moradores de Manaus como “nossos irmãos e irmãs”, estabelecendo uma proximidade entre Ciro Gomes e o povo de Manaus, como uma forma de demonstrar empatia, zelo, pelas pessoas que sofrem por causa da irresponsabilidade do atual governo.

Em seguida, há a recategorização do referente “morte” como uma “tragédia previsível e evitável”. Ciro Gomes mostra que o governo era o responsável por adotar medidas e não as adotou, apesar da tragédia ser previsível e evitável. Assim, Ciro recategoriza o governo como “criminoso”, mesmo que esse elemento não esteja explícito na configuração lexical do texto. O sujeito enunciador credita ao governo bolsonarista a culpa pela tragédia ocorrida em Manaus, pois pessoas morreram por falta de cilindros de oxigênio. Ou seja, algo simples que poderia ter sido resolvido antes do referido colapso.

O governo brasileiro é conduzido pela figura de Jair Bolsonaro, pelo fato de ocupar o cargo mais importante da política nacional, sendo referido como o responsável direto pelas mortes em Manaus, por meio dos termos recategorizadores, a exemplo de “assassino” e “criminoso”, reforçando uma imagem negativa do atual presidente. Ciro Gomes se utiliza de um discurso contundente e faz uma crítica arrojada ao modo de governo apresentado pelo atual presidente da república. As

recategorizações propiciam as construções de imagens negativas do referente Jair Bolsonaro.

Considerações finais

O processo de recategorização vem sendo muito discutido em pesquisas atuais sobre a Linguística Textual. Esses estudos não se esgotam, pois a cada nova investigação são descobertos outros mecanismos que interferem nesse processo. Na primeira tendência do processo de recategorização, vimos que o foco era na estrutura lexical do texto, considerando o fenômeno da recategorização apenas por meio dos casos de correferencialidade; na segunda tendência, observamos que os estudos desse processo foram se desenvolvendo de forma a atender as relações entre o texto e o contexto, mostrando que nem sempre todas as respostas estarão na superfície textual.

Caminhamos em direção à defesa da segunda tendência como a que melhor explica como os referentes são remodelados. Visando uma maior amplitude analítica, consideramos que as duas tendências são complementares (CUSTÓDIO FILHO, 2012). Assim, o nosso foco de análise foram quatro postagens realizadas por *Ciro Gomes*, em sua página pessoal, na plataforma midiática *Facebook*, publicizadas ao longo do mês de janeiro de 2021. O *Facebook* tem se mostrado uma plataforma bastante importante para as discussões políticas e sociais da atualidade brasileira.

Ciro Gomes se aproveita desse ambiente virtual para disseminar informações, posicionamentos e denúncias políticas que, de alguma forma, ganham a rede, pois os internautas, em sua maioria, são participantes da política nacional e interessados em dialogar sobre essa temática, seja concordando ou discordando. As postagens dizem respeito ao posicionamento de *Ciro Gomes* sobre as atitudes do presidente *Jair Bolsonaro* frente à pandemia da COVID-19, no Brasil, alegando crimes de responsabilidade contra a vida dos brasileiros – categoria sobre a qual se inclui, constantemente, por meio de elementos

dêiticos. O cunho temático dessas postagens caminha em direção ao pedido de *impeachment* do atual presidente do Brasil.

A partir da análise, verificamos que o referente Jair Bolsonaro é recategorizado por diversos elementos, os quais corroboram para a mudança de postura do referente. Mesmo nos momentos em que Ciro Gomes fez uso da dêixis social “presidente” para referir-se ao objeto de discurso, ele se utilizava de outros elementos presentes na esfera lexical e sociocognitiva, para recategorizá-lo como corrupto, enérgumeno, assassino, genocida, entre outros termos. A nosso ver, essas recategorizações desconstroem a polidez esperada no tratamento para com maior representante de uma nação, como é o caso de um presidente, e engendra uma imagem negativa do presidente da república.

Referências

APOTHÉLOZ D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de laréférence et stratégies de désignation. *In*: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). *Du syntagme nominal auxobjets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de linguistique de l’Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71.

BERNARDO, J. C. O. *Hipertexto, diversidade e gênero textual no facebook*. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Uberaba – MG, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Processos de referenciação: uma revisão classificatória*. Comunicação apresentada no XIX ENANPOLL. Alagoas: UFAL, 2004.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 329f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 839-858, set./dez. 2012.

GOULARTE, Bruna Santana Pimentel. *Textão do facebook: Análise de uma nova modalidade textual*. Universidade de Brasília Instituto de Letras Departamento de Teoria Literária e Literaturas/ Monografia Em Literatura. Brasília, 2017.

KOCH, Ingedore. *Introdução à linguística textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.* [online], v. 14, n. especial, 1998.

KOCH, Ingedore. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEAL, Deborah Andrade. *De vítima a vilã: a referenciação a favor do assassino*. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

LIMA, Silvana Maria Calixto de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br].

LIMA, Silvana Maria Calixto de. A recategorização de referentes numa perspectiva cognitivo-discursiva. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador/BA, v. 57, p. 225-240, julho-dezembro de 2017.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita do português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHONBERGER, A. (Orgs.). *Estudos de Linguística Textual do português*. Frankfurt e Main: TFM, 2000. p. 79-107.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. In: *Revista FACEVV*, Vila Velha, nº 4, jan./jun. 2010, p. 22-27.

SILVA, Franklin Oliveira. *Formas e funções das introduções referenciais*. 2013. 127f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2013.

CAPÍTULO 6

TEXTO, LÍNGUA E DISCURSO EM DIÁLOGO COM A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Júlia Vieira Correia

Considerações iniciais

Consolidada no exterior e recentemente difundida no Brasil, a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, cuja origem é francesa, foi criada pelo linguista Patrick Charaudeau, da Universidade Paris-XIII. Trata-se de uma corrente teórica, dentro do campo da Análise do Discurso (AD), que amplia a perspectiva de análise dos enunciados. Consideram-se, para tanto, os contextos do uso, como o social, o histórico, o psicológico e outros. Como a Teoria permite e sugere interfaces, ancora-se comumente a fundamentação em alguns desdobramentos além da Linguística. Isso é estipulado e estimulado pelo professor-criador.

Pretende-se explorar, neste capítulo, algumas teorias iniciais de Charaudeau. Perpassa-se, principalmente, pelas definições de “texto”, “língua” e “discurso”, sob a ótica da Semiolinguística, a fim de que tais termos não se confundam entre si ou com os usos de outras linhas e áreas de pesquisa. Em conjunto, objetiva-se discorrer brevemente sobre conceitos complementares, como “imaginário sociodiscursivo” e “sequência narrativa”.

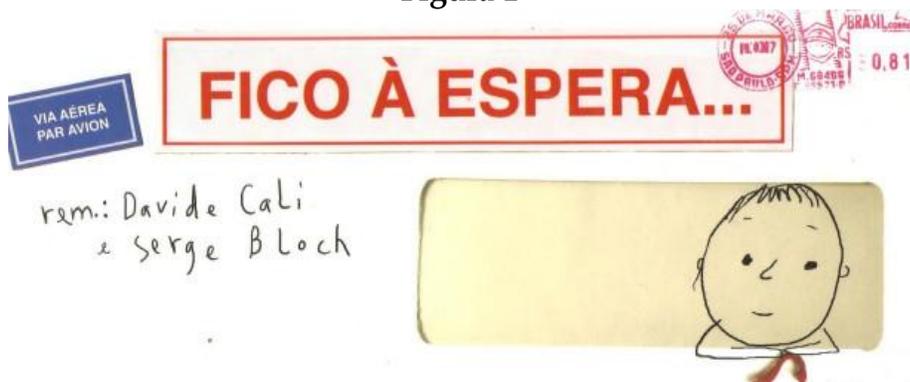
Ademais, busca-se uma aplicação prática no *corpus*, composto por um livro ilustrado intitulado *Fico à espera...* (2007), cuja autoria é de Davide Cali, com ilustrações de Serge Bloch. Trata-se de um original francês, publicado no Brasil pela editora Cosac Naify e traduzido pelo poeta paulista Marcos Siscar. Embora as ilustrações sejam extremamente importantes, haja vista sua manutenção nas diversas traduções mundo afora, o autor da parte visual da obra não recebeu tanto

destaque: na ficha catalográfica, figura apenas como ilustrador e não como autor.

Esse apontamento se faz crucial, uma vez que a obra-prima se apresenta como um livro ilustrado e não *com* ilustração, de modo que as parcelas textuais – uma verbal e outra visual – compõem a narrativa, mostram-se intrinsecamente ligadas e igualmente necessárias. Para corroborar, Feres (2016, p. 10) afirma, em relação a livro ilustrado, que “‘texto’ (...) deveria ser o termo usado em referência à totalidade verbo-visual da obra, e não mais em relação exclusivamente à sua parcela verbal”. Isto é, não há texto verbal e texto visual, mas sim texto verbo-visual composto por duas parcelas textuais, uma verbal e outra visual.

Isso inclusive será exposto na análise, em que constarão exemplos com o objetivo de comprovar a relação palavra-imagem como peça-chave para o sentido discursivo que se atribui às estruturas verbais, as quais são compostas por língua e configuram um texto ou uma parcela textual.

Figura 1



(CALI, 2007, capa)

O livro, como se pode observar na figura 1, tem um formato diferenciado. Em retângulo, medindo 28cm por 11cm, remete o leitor a um típico envelope de cartas, com carimbos e remetente. Narrada em primeira pessoa, a obra conta a história de um menino desde a sua infância até a velhice. Cada fase da vida se inicia com a expressão

verbal “Fico à espera...” e, assim, são descritos os momentos mais marcantes de cada idade. São eles: infância; juventude com a busca pelo amor; ida à guerra; casamento (e filhos); casal sem filhos e com uma doença; perda da esposa e anúncio do neto. Outro detalhe importante é o fio vermelho de linha que liga as páginas e os acontecimentos. Em cada um, ele assume um formato diferente, mas sempre está ali.

Texto, sentido de língua e sentido de discurso

É válido ressaltar, de início, que os termos “texto”, “língua” e “discurso”, embora estabeleçam relações, possuem conceituações distintas. Primeiramente, para ilustrar essas diferenças, cita-se Rebello (2017, p. 1120): “o sujeito que interpreta um texto não busca apenas o sentido intrínseco das palavras (significado referencial), mas seu valor social e seu peso na troca interativa”. Aqui, houve uma citação direta à palavra *texto*, além de haver “significado referencial” estabelecendo um paralelo com “língua”; enquanto “valor” e “peso” estabelecem outro com “discurso”.

Dessa maneira, uma definição de “discurso” se mostra delicada, porque, dentro da Linguística, autores postulam teorias divergentes e não necessariamente complementares sobre o termo. Este, segundo a teoria de Charaudeau (2001), não deve ser compreendido como unidade que ultrapassa a frase, como prega a tradição – embora essas unidades possam ser portadoras de um discurso –, nem “assimilado à expressão verbal da linguagem” (CHARAUDEAU, 2001, p. 24). Esta seria, para ele, um código semiológico, um conjunto estruturado de signos, podendo estes serem de diversas naturezas, incluindo-se a iconicidade. O discurso em si, para o autor, “ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Elaborando, ainda, uma definição, Charaudeau (2001, p. 26) propõe que existam dois sentidos:

Em um primeiro sentido, discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem. Esta encenação depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, que representa o lugar do *fazer psicossocial* (o situacional) e um circuito interno que representa o lugar da *organização do dizer*. Reservaremos o termo *discurso* ao domínio do dizer. (com grifos no original)

Além desse sentido, Charaudeau (2001, p. 26, com grifos no original) discorre sobre um segundo:

Discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os *discursos sociais* (ou imaginários sociais) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto sociocultural e como são racionalizadas em termos de valor: sério/descontraído, popular/aristocrático, polido/impolido, etc.

Não se pode, portanto, limitar que discurso seja apenas uma manifestação verbal, já que ele circula em uma esfera social e subjaz ao texto. Como se observa no segundo excerto, as noções de discurso, ademais, ligam-se naturalmente ao conceito de “imaginário sociodiscursivo”, também estipulado pelo autor-criador da Teoria Semiolinguística. Tendo em vista que esse conceito é importante, cita-se:

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais (CHARAUDEAU, 2018b, p. 207).

Para somar, traz-se Monnerat (2012, p. 309), que segue a mesma corrente de Charaudeau:

Os imaginários sociodiscursivos veiculam imagens mentais pelo discurso, configurando-se explicitamente (palavras ou expressões) ou implicitamente (alusões). Dessa forma, esses imaginários – imersos no inconsciente coletivo tecido pela história – podem contribuir para o estabelecimento de crenças numa determinada sociedade, orientar as condutas aceitas numa dada época e desempenhar o papel de responsáveis pela constituição do sujeito com fins de adaptação ao meio ambiente e de comunicação com o outro.

Embora o conceito de “imaginário sociodiscursivo” não seja o foco principal, sua apresentação é chave para o aprofundamento na teoria e, em específico, na análise, que exige conhecimentos extratextuais que dialogam com os imaginários sociais e discursivos.

Retornando ao texto, ele é, à vista disso, uma materialização do ato de linguagem ou da comunicação. Isto é, “o texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de *circunstâncias* de produção particulares” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25, sem grifos no original). Desse modo, percebe-se que um mesmo texto pode, inclusive, ser atravessado por mais de um discurso. Em somatória, cabe pontuar que essa materialização – isto é, o texto – pode ser verbal, visual ou verbo-visual, como é o caso do objeto analisado aqui. Deve-se dar destaque ao termo “circunstâncias” utilizado pelo autor, uma vez que essa característica de levar em consideração o *momento* e outras especificidades é típica e quase uma “marca registrada” da Semiologia.

Tendo como viés os estudos de Peter Hunt (2010, p. 287), crítico e teórico de literatura infantil, o termo texto “pode ser usado para significar potencialmente qualquer forma de comunicação”. Essa proposição, embora de outra área de conhecimento – a Literatura –, dialoga com a Linguística, principalmente com a de Patrick Charaudeau. Junto disso, essa complementação se faz relevante, pois o *corpus* de análise é um texto não só verbo-visual, mas também filiado à área da Literatura Infantil e Juvenil.

A separação entre esses dois termos se faz muito prudente no campo dos estudos linguísticos. Assim, entende-se, por exemplo, que “gêneros textuais” e “gêneros discursivos”, embora usados comumente como sinônimos, filiam-se a teorias diferentes. Além disso, o próprio criador da Teoria Semiolingüística de Análise do Discurso frisa a distinção entre “análise de texto” e “análise de discurso”, pois a primeira

consiste em analisar um texto (qualquer que seja sua configuração) – que é o resultado de uma combinação (o produto) de certas condições de produção com as operações de discursivização –, em seu desenvolvimento linear, de modo simultaneamente progressivo e recorrente (CHARAUDEAU, 1996, p. 40).

Sobre a outra, de real interesse para este trabalho, o autor escreve:

A segunda se dirige a um *corpus de textos* semelhantes em nome de um tipo de situação (contrato) que as sobredetermina, e das quais estudamos as constantes (para definir um *gênero*), e as variantes (para definir uma tipologia de *estratégias* possíveis). Frequentemente se diz *análise de discurso de um texto*; convém, então, precisar se o texto constitui um fim em si ou se se trata de um simples pretexto (CHARAUDEAU, 1996, p. 40, com grifos no original).

Para finalizar, em relação ao termo “língua”, Charaudeau (2016) tem uma visão diferente de outra, bastante difundida nos estudos linguísticos. Vê-se, correntemente, língua como ferramenta de comunicação, como meio pelo qual as ideias se constroem e se propagam. Contudo, o autor aqui estudado ultrapassa essa concepção. Para ele, conhecer a língua é fundamental, no entanto apenas isso muitas vezes não basta para a compreensão de um sentido completo, pois “o receptor busca nos enunciados produzidos não tanto o sentido das palavras ou o resultado da simples combinação entre elas, mas o seu sentido comunicativo e social” (CHARAUDEAU, 1999, p. 29). Dessa

forma, fica clara a visão de que a ideia de língua está mais atrelada aos sentidos dicionarizados, como proposto por Rebello (2017) anteriormente. Esses sentidos mais referenciais, todavia, podem não ser suficientes para uma comunicação satisfatória – que envolve, naturalmente, circunstâncias.

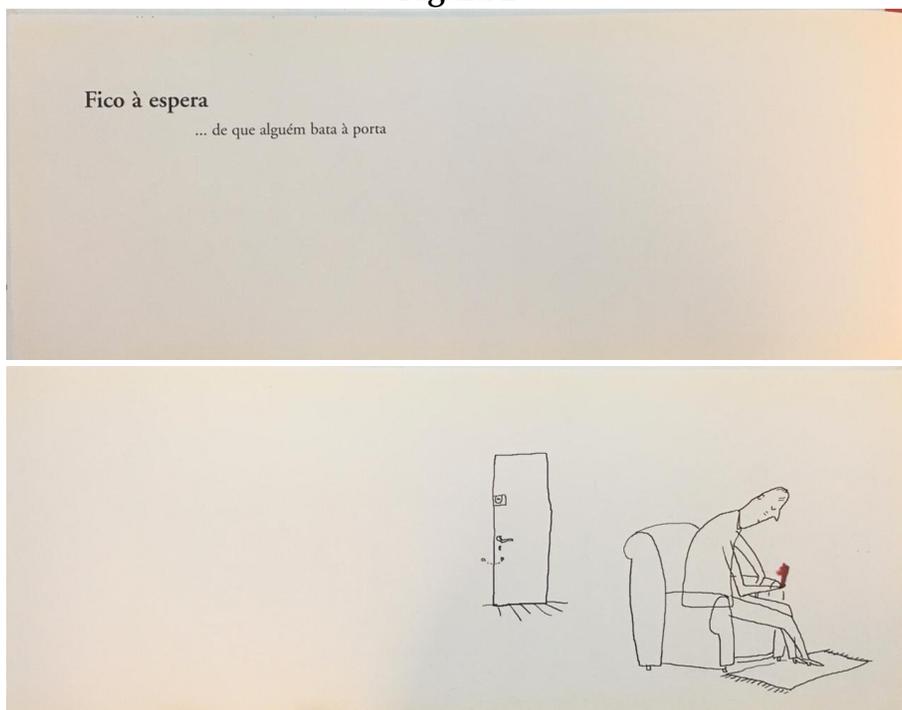
Por fim, Charaudeau (1999, p. 29-30) acrescenta a seguinte noção a esse ponto de vista: “os vocábulos, assim como os enunciados produzidos, não significam em si mesmos, pois eles só se tornam interpretáveis quando são relacionados a um «*ailleurs*» mais ou menos sobredeterminante, espaço de um «condicionamento» do ato de linguagem”. Ou seja, palavras isoladas ou somente palavras – língua isolada ou somente a língua – não dão conta de um todo. Nesse sentido, fica claro que “o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação” (CHARAUDEAU, 1999, p. 30).

Com base nisso tudo, é evidente que a língua é vista como um fator referencial e objetivo. O discurso, por outro lado, não é tão transparente, estabelecendo uma relação de opacidade entre a língua (ou a linguagem) e o mundo a ser significado. Para finalizar, cita-se mais uma vez Charaudeau (2016, p. 33), que esclarece:

Não se pode negar que as palavras detêm um sentido mais ou menos estável, que faz com que não sejam intercambiáveis. Quando ouvimos “Feche a porta”, compreendemos que não foi dito “Abra a janela”, e isso ocorre até mesmo quando não temos à nossa disposição *Circunstâncias de discurso* precisas (com grifos no original).

Um exemplo que se encaixa bem à proposição anterior de Charaudeau (2016) está em *Fico à espera...*, de Cali (2007). Na figura 2, lê-se, no verbal, “Fico à espera / ... de que alguém bata à porta” (CALI, 2007, p. 44). Entende-se perfeitamente que foi dito que há a espera de que alguém bata à porta, e não à janela, por exemplo.

Figura 2



(CALI, 2007, p. 44-45)

É importante destacar, nesse caso, que a expressão discursiva “bater à porta” tem um sentido muito mais forte do que aquele que a língua carrega. Não se trata, então, de esperar que *qualquer* pessoa bata à porta, nem que a ação seja apenas essa. “Bater à porta” já sugere, discursivamente, que haverá uma visita: alguém baterá, depois passará pela porta e fará uma aguardada e ilustre visita, movimentando a vida solitária do homem.

Nesse livro, é narrada a história de um personagem desde a sua infância até a sua velhice. Após encontrar um amor na juventude, ele se casa, cria os filhos e depois os vê crescendo e saindo de casa. Posteriormente, sua esposa é diagnosticada com uma doença e, por fim, falece. Na sequência, vêm as páginas da figura 2. Na construção desse discurso verbo-visual intenso, esperar que alguém bata à porta significa esperar pela visita dos filhos e dos netos, já que nesse momento o

protagonista se encontra extremamente solitário – dado que é corroborado pelo curto segmento de linha vermelha nas suas mãos, que ele admira, pensativo e cabisbaixo. Logo, ratifica-se a noção de texto, nesse caso verbo-visual.

Análises

Partindo da explanação teórica destrinchada anteriormente, chega-se às análises. Nesta seção, o objetivo é aplicar alguns conceitos da Teoria Semiolingüística e ratificar os posicionamentos defendidos ao longo do capítulo.

Na figura seguinte, que compõe uma página dupla, há duas cenas muito recorrentes na vida de crianças e adultos: a espera para que uma receita fique pronta e a espera para que a chuva passe.

Figura 3

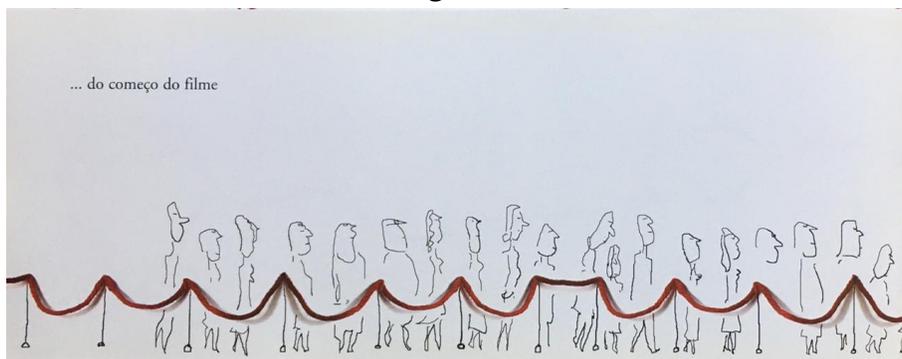


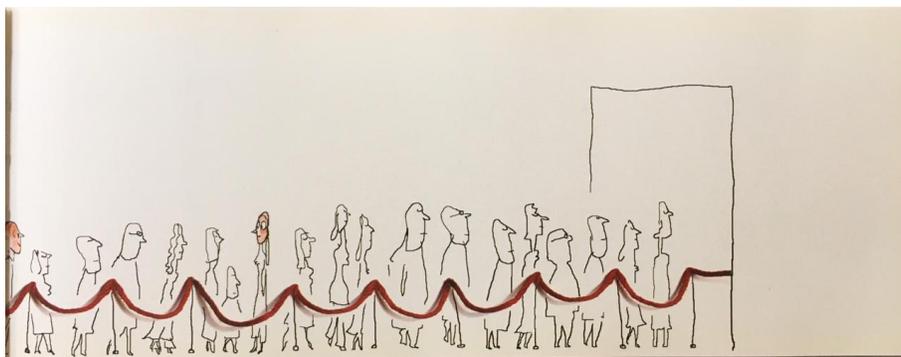
(CALI, 2007, p. 06-07)

É importante lembrar, *a priori*, que as estruturas verbais resgatam, implicitamente, o “fico à espera...”, do título e do início de cada ciclo da vida. Crianças e adultos, de modo geral, não muito habituadas à cozinha têm o costume de não esperar muito ou de não querer esperar pelo tempo ideal das receitas. Inclusive, abrir o forno muitas vezes “para ver como está” pode solar um bolo ou estragar uma receita. Há até um ditado popular que permeia o imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU, 2018b): “apressado come cru”. Aqui, sentido de língua e sentido de discurso parecem estar mais próximos, pois a previsibilidade é mais forte que a transgressão – tão comum. Mesmo assim, vale mencionar que há uma noção metafórica a qual pode representar mais e aprofundar ideias.

Já o segundo enunciado não representa apenas a espera pela interrupção da chuva. A parcela verbal diz isso, mas a visual apresenta um menino a olhar pela janela, querendo sair à rua, para brincar, encontrar os amigos etc. Então, embora a língua apresente uma ideia referencial de que se trata apenas de esperar a chuva passar, o discurso (CHARAUDEAU, 2001) e o imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU, 2018b) vão muito além e isso é construído, principalmente, pela ilustração do menino – ainda uma criança – corroborando também a ideia de que é, de fato, um livro ilustrado.

Figura 4





(CALI, 2007, p. 12-13)

O exemplo anterior já é do segundo ciclo ou da segunda sequência narrativa⁵ (CHARAUDEAU, 2016). O primeiro foi sobre a infância e a busca pelo crescimento, este é sobre a juventude e a busca pelo amor. Nas imagens, e a partir da motivação do trecho verbal, é possível inferir que se trate de uma fila de cinema, mesmo que não esteja escrito explicitamente. O fio assume a forma de cordão que organiza a fila, muito comum também em teatros e justamente na cor vermelha. Dois personagens da fila se olham, com as faces coradas, e se ligam também pelo fio, de certa forma. A cor, em um livro inteiramente preto e branco, com apenas um fio colorido, tem a finalidade de significar algo. Pode-se entendê-la como uma forma de destacar esses dois personagens, que nas páginas seguintes terão ainda mais destaque, ou também uma maneira de demonstrar o nervosismo do momento da paquera, em que é comum ficar com o rosto avermelhado.

Essa fila do cinema antecede o momento do encontro e, possivelmente, do beijo, visto que o cinema é um dos lugares mais comuns para encontros românticos e primeiros encontros. Isso só é sabido, mais uma vez, devido aos conhecimentos pertencentes ao

⁵ Segundo Charaudeau (2016), no modo narrativo, há uma tríade que norteia as sequências narrativas: (1) estado inicial de falta; (2) atualização para a busca; (3) estado final da busca – êxito ou fracasso. Sendo assim, o livro, tipicamente filiado ao modo narrativo da Semiolinguística, apresenta seis ciclos da vida e, dessa forma, ainda seis sequências narrativas, com buscas, atualizações e êxitos ou fracassos.

imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU, 2018b). As páginas anteriores às da figura 4, no livro, mostram a espera pelo amor e as posteriores apresentam o termo “reencontro”, por isso, infere-se intratextualmente (CHARAUDEAU, 2018a) e confirma-se que o cinema foi o local de um encontro amoroso.

Quase nada disso está escrito com palavras. As ilustrações e seus detalhes, que permeiam a obra, suscitam no leitor ou tu-interpretante (CHARAUDEAU, 2016) essas formas de interpretar e de compreender o texto. Para entender a tonalidade no rosto e o sentido discursivo (CHARAUDEAU, 2001) da expressão linguística “ficar à espera” como um momento de tensão, ansiedade e nervosismo, é preciso estabelecer ligações extratextuais e resgatar conhecimentos comuns ao imaginário sociodiscursivo (CHARAUDEAU 2018b).

Considerações finais

Em suma, o foco maior da análise foi dado ao discurso, devido ao seu caráter de particularidade – em cada caso, há um sentido diferente e, muitas vezes, imprevisível. Nesse contexto, mostrou-se como a língua, assim sendo, se relaciona com o discurso e se distingue dele, pois traz uma ideia mais referencial e denotativa. A língua é, portanto, a base para o texto e o discurso, mas não são sinônimos, não têm a mesma função e conhecer *apenas* a língua não é suficiente para uma compreensão satisfatória de enunciados e textos. É por intermédio da língua como *ferramenta* que um texto é criado; e o discurso, em meio a isso tudo, fica subjacente ao texto e à língua, quase como um “modo” de dizer. O texto é, finalmente, o resultado de um ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2016), a expressão ou o registro da comunicação, podendo ser verbal ou não.

No caso do *corpus*, observou-se um texto misto e muitas inferências que remetiam aos conhecimentos do imaginário coletivo ou sociodiscursivo. Sob essa ótica, constata-se que o sentido discursivo exige esses conhecimentos “externos” para que as camadas de possibilidades de interpretação sejam desmistificadas e compreendidas.

Referências

CALI, Davide. *Fico à espera....* Trad. Marcos Siscar. Ilustrações: Serge Bloch. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. FALE/UFMG, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Compréhension et interprétation. Interrogations autour de deux modes d’appréhension du sens dans les sciences du langage. In: G. Achard-Bayle, M. Guérin, G. Kleiber et M. Krylychin (dir.) *Les sciences du langage et la question de l’interprétation (aujourd’hui)*. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2018a.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de. (Orgs). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

FERES, Beatriz dos Santos. A função descritivo-discursiva da verbo-visualidade em livros ilustrados. *Elos. Revista de literatura infantil e juvenil*, n. 3, 2016, pp. 5-31.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. As herdeiras de uma evolução: imaginários sociodiscursivos e estereótipos. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVI, nº 04, t.1, 2012 - Anais do XVI CNLF (p.306-316).

REBELLO, Ilana Silva. Do signo ao texto, da língua ao discurso: de Saussure a Charaudeau. *Gragoatá*, Niterói, v.22, n. 44, p. 1103-1122, set.-dez. 2017.

CAPÍTULO 7

“ELA NÃO FOI ESTUPRADA, ELA CONSENTIU A FESTINHA”: O DISCURSO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS REDES SOCIAIS

Samuel Barbosa Silva
Ketiley Giovana Araujo Menezes

Considerações iniciais

A violência contra mulheres é um problema social estruturado a partir dos processos de dominação e subordinação que acontecem nas relações sociais, com maior recorrência, entre mulheres e homens, sendo essa sustentada pela ideologia do patriarcado, capitalismo e do conservadorismo. Nesse sentido, esses processos não são dados ao léu, são respaldados em uma divisão social dos corpos, que dita, por sua vez, qual deve ser o lugar/papel desempenhado por cada ser social, ou seja, homens devem ser patriarcas e mulheres devem cuidar do lar, assim como frisa Saffioti (1987).

Em decorrência disso, instaura-se, então, uma hierarquia e uma necessidade de poder e posse que caem sobre esse homem fazendo com que ideologicamente ele acredite ser dono da mulher, já que o patriarcado e o capitalismo a partir do seu funcionamento legitimam isso. Com isso, os discursos circulam e constituem a formação da práxis social e nessa perspectiva os lugares fazem com que esses corpos, antes mesmo do nascimento, sejam condicionados a rótulos, caixas e expectativas sociais. Esses lugares são efetivados discursivamente, pela igreja, pelo Estado, pela escola, pela família, pelos poderes e entre outras instituições sociais que funcionam para que tais papéis de gênero sejam seguidos.

Desse modo, pelo fato de a mulher estar condicionada a atingir tais modelos de feminilização causa um estigma social e uma obrigação

a atender esses padrões, porém quando uma mulher foge/burla esse modelo é marginalizada e colocada em posição de inferioridade sendo culpabilizada duas vezes mais. Com isso, a desigualdade entre os gêneros é gritante e isso recai, também, no que se refere à violência contra mulheres, fazendo com que tenham os seus corpos, objetificados, violados, abusados e mortos.

A violência contra essas mulheres é entendida como uma correção, já que ela não segue os padrões de gênero estabelecidos e se chegar a seguir, por ser propriedade privada já que o sistema brasileiro é capitalista, o homem tem a autonomia legitimada para fazer o que bem entender com essa mulher e com isso a violência se instaura. Mediante tais explicitações, esse escrito tem como ponto de partida analisar a culpabilização na vítima, através dos efeitos discursivos em comentários de 1 (um) caso de violência contra a mulher, circulados no *Facebook* e no *Instagram*, em 2016.

Desse modo, utilizamos como base-teórico-metodológica para a análise, a discussão da Análise de Discurso de linha francesa (AD) fundada e teorizada por Michel Pêcheux na França e trazida/desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil. Nessa perspectiva, o que a AD propõe é

[...] saber como os discursos funcionam e colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo de memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível, o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2012, s/p).

Com a AD, pode-se perceber como que os discursos funcionam e como estes são carregados de efeitos que estarão em constante movimento nesse jogo das relações sociais, visto que, esses sentidos são construídos no processo ideológico e histórico. Além disso, faz-se necessário, também, da teoria materialista histórica para entender essa correlação da história com os efeitos de sentido do discurso.

Análise de Discurso e seus entremeios

Na década de 70, a AD se fixa na França e passa a ter seus estudos desenvolvidos, tendo como fundador Michel Pêcheux, como supracitado, que promove novas descobertas dentro da conjuntura teórico-política, relacionando as condições de produção do discurso, rediscutindo a forma de se ler o texto – e as relações de sentido que se estabelece – e trazendo uma definição de discurso, sempre determinada e apreendida dentro de uma relação com a história, e, com isso, Pêcheux vai propor uma teoria do discurso em que se concebe o discursivo como uma materialidade ideológica, isto é, o discurso como efeito da ideologia.

A AD toma como objeto de estudo o próprio discurso, trazendo de uma maneira ressignificada, e o que interessa é como ele funciona na língua produzindo sentidos e isso acaba permitindo-nos analisar as unidades além da frase enquanto estrutura. Assim, como afirma Orlandi (2012, p. 15-16) “[...] a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar”.

A partir disso, o objetivo de Pêcheux com a AD é:

[...] transformar a prática das Ciências Sociais. Focalizando o sentido, que é o ponto nodal no qual a Linguística intersecta a Filosofia e as Ciências Sociais, Pêcheux reorganiza esse campo de conhecimento. Pelo confronto do político com o simbólico, a Análise de Discurso que ele propõe levanta questões para a Linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais questionando a transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam (ORLANDI, 2012, p.10).

Nessa perspectiva, a Análise de Discurso trata do seu objeto como uma palavra em movimento, fazendo sentido como trabalho simbólico – os fatos reclamam sentidos – e, com isso, concebe a linguagem como mediação entre o ser humano e a realidade social, uma

vez que, esse sujeito de linguagem é interpelado, fazendo-se entender que funciona pelo inconsciente e pela ideologia, que é descentrada, sendo afetado pelo real da língua e da história, sem controlar/perceber a dimensão dessa interferência.

É nesse sentido que Orlandi (2012, p.15) afirma: “[...] essa mediação é que torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”. Nessa perspectiva, vai trabalhar com a língua funcionando no mundo, significando e produzindo sentidos que causam efeitos em sujeitos de uma determinada sociedade, nesse sentido, na sociedade patriarcal, capitalista e conservadora.

O discurso é essencialmente ideológico e não é considerado apenas como ato da comunicação, mas também como jogo discursivo ideológico que funciona entre os sujeitos na sociedade. Além disso, como afirma Althusser (s/d, p. 44), os sujeitos não estão isentos da ideologia e isso faz com que haja essa relação de discurso e sujeito seja essencial para entender o funcionamento ideológico nas condições de produção que os discursos estão em circulação.

Além disso, é importante salientar que a sociedade que se fixa aqui é uma sociedade capitalista, patriarcal e conservadora e este funcionamento ideológico irá se filiar a essas condições de produção. Nesse sentido, a teoria lança algumas categorias que possibilitam o analista compreender tais questões, sendo estas: condições de produção amplas e estritas, formação discursiva e ideológica, memória discursiva, dito e não-dito, interdiscurso e intradiscurso.

É importante ressaltar que os sentidos não se findam e, como mencionado anteriormente, o sujeito e a língua estão em processo por conta da ideologia, e a linguagem fica na condição da incompletude, isto é, nenhum deles está fechado, feitos ou construídos, mas em movimento, causando deslocamentos e rupturas. Ademais, é necessário frisar que, quando se fala da materialidade está se referindo à forma material, não à forma abstrata e empírica, uma vez que não se separa forma linguística-histórica e significativa.

Nessas condições e entendendo que o discurso é uma práxis social que será compreendido nas contradições e nas relações sociais, assim como afirma Magalhães (2005, s/p), a análise se detém a entender como que a culpa recai na vítima em um caso de violência contra a mulher, pois, como já dito, os efeitos discursivos se filiam a interpelação que o sujeito discursivo sofre a partir das condições de produção amplas e estritas, criando assim, mecanismos e formas de lidar com o discurso a partir, tanto dos aparelhos ideológicos como das ideologias postas nos mais diferentes espaços que ele ocupa, ou seja, sua posição e sua condução discursiva enquanto sujeito será de acordo com essas relações que se estabelecem na sociedade.

Construção social sobre ser mulher brasileira do século XX-XXI

A história serve para grafar e marcar a vida em sociedade das mulheres, dos homens, das crianças, das famílias, da sexualidade, das classes sociais, do poder e de modo geral de tudo aquilo que faz parte da mesma. Dessa maneira, está associada, também, as relações sexuais, as repressões, as violências, o assédio, as posições e os lugares de fala e, neste escrito, é necessário entender a história da mulher no Brasil, marcada aqui a partir do século XX, para que se perceba como que toda construção social, cultural e histórica marca o lugar, o corpo e os espaços que essa mulher passe a ocupar. Dessa forma, será possível notar como todas as idealizações, discursivamente construídas, contribuem para situar o ser mulher e a história.

A partir do século XX, essa história pode ser compreendida em dois momentos que estão andando lado a lado, como afirma Pinsky (2015), na primeira metade do século são instaurados modelos de feminilização a partir daquilo que a sociedade impõe, entendendo modos, ações, lugares, jeitos, vestimentas e, acima de tudo, posição social que deve ocupar. Já na segunda metade, correspondendo ao período que as mulheres passam a conquistar espaço fora do lar, pois se tem cada vez mais a presença dos movimentos feministas lutando pela emancipação feminina, e outros modelos passam a ser instaurados,

todavia ainda se perpassava os modelos de feminilização advindos desse início e que se sustenta no imaginário social até o século XXI.

Com isso, para falar da mulher no Brasil é necessário fazer essa relação com a história e ver em quais pontos a mulher começa a ingressar em certos campos sociais e, como que o ideal do que seria ser mulher é construído pelo contexto sócio-histórico e ideológico da sociedade em questão, isto é, pautada no patriarcado que é a dominação do pai – seria o homem – sobre a mulher – considerando mãe, filhas e etc. – no processo histórico das relações sociais, ou seja, a dominação masculina sobre a feminina. E, também, no conservadorismo que é aquilo que foge a mudança, que é avesso ao que pode evoluir e torna-se diferente do estabelecido.

Além disso, é necessário entendermos que a questão da interseccionalidade deve estar presente quando se fala de/sobre mulher(es), pois aqui entendemos que a categoria mulher não deve ser entendida de maneira universal, como se todas as mulheres e as suas realidades fossem iguais. Levando em consideração as questões de gênero (cis, trans e bigênero), de sexualidades, de classes e de raças para entender a pluralidade que está categoria carrega.

Diante disso, fazendo o recorte temporal como supracitado, por estarmos em uma sociedade capitalista as opressões se dão, também, a partir da divisão (social) sexual do trabalho⁶, pois as mulheres passam a ter uma dupla jornada de trabalho a partir da Revolução Industrial, já que elas passam a ocupar trabalhos fora do lar. A divisão (social) sexual do trabalho resulta do sistema patriarcal capitalista, que irá fazer essa divisão por meio da hierarquização entre os gêneros, sendo uma das formas mais eficazes para a exploração do capital mediante o trabalho e, com isso, todos os aparelhos ideológicos do Estado vão agir dessa forma para o capital sair ganhando.

⁶ Para maiores leituras ver Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil, de Flávia Biroli (2018).

Nessa perspectiva, Engels (1977, s/p.) afirma que “[...] a primeira divisão do trabalho foi a existente entre a mulher e o homem para a procriação”. E dessa forma é visto como que os sujeitos são construídos para atender ao sistema patriarcal, capitalista e conservador e assim continuarem fazendo a manutenção do capital, pelo viés do condicionante biológico e/ou social, já que as mulheres transexuais podem sofrer violência de gênero, já que estas, por estarem na categoria mulher, acabam caindo na perspectiva da subordinação ao homem, já que a sociedade brasileira está pautada na cultura do falocentrismo, como coloca Saffioti (1992).

Com isso, é de extrema importância entender a divisão social (sexual) do trabalho, pois contribui para entender como os sujeitos são condicionados a rótulos que vão determinar o que seria ser mulher e homem nessa conjuntura social, política, cultural e história. Além de que os papéis sociais, como Saffioti (1987) coloca, são determinados e sustentados para que esse processo de dominação e subordinação sejam legitimados e reconhecidos por meio de discursos hegemônicos.

Então, por mais que as lutas feministas tenham se encarregado de fazer com que as mulheres passem a ocupar outras posições sociais e tenha garantido alguns direitos no campo da emancipação, ainda se tem a cultura hegemônica patriarcal impondo que essa mulher ainda ocupe o lugar do lar e cumpra o modelo de feminilização, uma vez que é algo dado naturalmente a ela pela ideologia patriarcal e capitalista.

Nesse sentido, qualquer mulher que fugir a essa regra sofrerá as consequências e estas são no campo da violência seja ela simbólica ou não. Para o capital é péssimo que uma mulher trabalhe fora de casa, pois o trabalho de dentro do lar não é remunerado, mas o de fora sim, uma vez que para o capitalismo o trabalho do lar não é visto como trabalho. Caso a mulher não siga e passe a trabalhar fora do lar, ela acaba sofrendo com a dupla jornada de trabalho, pois mesmo que ela saia quando voltar ao lar terá que cumprir com o trabalho da casa, pois sócio-historicamente isso, para o homem, não é imposto já que ele é visto apenas como o provedor da renda geral da casa e a mulher como aquela que “ajuda” em algumas contas da casa.

E com isso a estrutura social do capitalismo se mantém e se vincula à ideologia do patriarcado, sendo utilizada pelos aparelhos ideológicos, para sustentar, reproduzir e ressignificar discursos que vão de acordo com esses ideais, como, por exemplo, a legitimação da violência contra as mulheres que fugam a essa regra da obediência, da subordinação e da dominação.

O fato da mulher ser capaz de gerar continua sendo o ponto principal para sustentar o discurso sócio-histórico de que a mulher já está predestinada ao casamento e a maternidade, sendo sustentado, como afirma Silva (2016), “[...] sua função no seio social, reforçada pelas autoridades políticas e religiosas, ou melhor a mulher é predestinada ao casamento e a maternidade”. Com isso, entende-se que esses pontos não estão desassociados do ideal e que em todos os modelos de sociedade, pautados no patriarcado e no capitalismo, sustentam o supracitado, fazendo com que as mulheres acabem sendo as responsáveis e as culpabilizadas caso sofram algum tipo de violência.

Corpo rasgado pela sociedade: violência, culpa e impunidade

A violência é uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo e se apresenta de variadas maneiras na/pela população. No Brasil, não é diferente, a violência vem tomando grandes proporções e isso está causando grandes danos na sociedade como um todo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2015), a violência pode ser conceituada como:

O uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra, ou contra grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar uma lesão, morte, ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Dessa forma, entende-se que a violência acontece quando parte para agredir, prejudicar ou lesionar a si próprio ou a outro ser humano. Todavia, o que interessa neste escrito é fazer um recorte e entender a violência contra mulheres, ressaltando que é de extrema importância se pensar essa categoria pelo fato do Brasil ser um dos países que mais violenta, agride, manipula e mata corpos de mulheres, estando em 5º lugar na posição do ranking mundial de feminicídio, segundo o site da Agência Brasil⁷ em 2018.

A violência contra mulheres se desdobra em casos perversos e cruéis que partem de uma posição dominante daquele que a agride, isto é, a supremacia instaurada socialmente nas relações sociais entre os gêneros faz com que a violência seja acometida de forma mais hostil e problemática, já que em 90% dos casos a vítima se torna a culpada. Além disso, a violência contra a mulher é um dos grandes problemas sociais que está se agravando e sendo vista com cada vez mais recorrência.

Como supracitado, ela parte de uma problemática social que está instaurada nas relações sociais entre os gêneros, uma vez que se estabelece na sociedade patriarcal, conservadora e capitalista. Desse modo, se constata que esta não surge como uma predestinação biológica do homem para com a mulher, mas por existir e se sustentar um/no discurso social de que a mulher é propriedade submissa do/ao homem. Qualquer ação que ele desenvolva sobre ela é para corrigir e condicioná-la àquilo que ele acredita ser o correto e, assim, sustentar o sistema patriarcal, capitalista e conservador, uma vez que este legitima e naturaliza.

⁷ Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/ligue-180-registra-mais-de-740-casos-de-feminicidio-este-ano>>. Acesso em março de 2019.

A violência contra as mulheres pode acontecer de várias maneiras, sendo consideradas por lei:

Art 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A taxa, segundo o Panorama da Violência Contra a Mulher no Brasil realizado pelo Senado Federal até 2015, aponta que o Brasil tem 4,4 homicídios de mulheres por cada grupo de 100 mil habitantes. Ainda, segundo o Senado Federal e o serviço de Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM/PR), de acordo com o levantamento do mesmo

ano, dentre os atendimentos feitos, cerca de 76.651 mil eram relatos de violência contra a mulher e, dentro dessa ação, os tipos se qualificavam em: 50,16% violência física, 30,33% violência psicológica, 7,25% violência moral, 2,10% violência patrimonial, 4,54% violência sexual e 5,17% cárcere privado.

Além disso, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) divulgou dados sobre o feminicídio, em agosto de 2018, relatando que no primeiro semestre do mesmo ano contabilizaram-se 79.661 relatos de violência, através do Ligue 180. Sendo estes os maiores referentes: a violência física 37.396, a violência sexual 6.471 e a violência psicológica 26.525. No site do G1⁸, em agosto de 2018, o levantamento feito dos dados de 2017 é que 221.238 registros de violência, significando um total de 606 casos por dia, além do aumento de 6,1% de mulheres assassinadas em 2017, registrando 2 feminicídios em menos de 24 horas e os casos de estupros 60.018 que tiveram um aumento de 8,4% em relação a 2016, que foi de 54,9 mil.

Com uma expressão tão significativa dos dados supracitados, é notório como que a violência contra mulheres é algo muito recorrente e a cada ano que passa isso tem ficado mais visível nos dados. A violência é um ato de violar o outro e gerar todo um problema que se cria raízes históricas, culturais e sociais e, aqui em questão, a sociedade brasileira tem cada vez mais sido protagonista e contribuído para a morte de várias mulheres.

Infelizmente nos casos de violência ainda se procura alguém para pôr a culpa, desde que não seja o agressor, então esse alguém acaba sendo a vítima. Isso faz com que se tire toda a culpa do agressor e maquiando o fato de ser um problema de ordem social que precisa de correções. Então, nesse sentido Magalhães (2006) afirma que a violência contra a mulher deve ser questionada a partir da forma da estrutura social que predomina na história brasileira das relações.

⁸ Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/ligue-180-registra-mais-de-740-casos-de-feminicidio-este-ano>>. Acesso em março de 2019.

Nessas condições, o *corpus* discursivo desse escrito foi elaborado considerando as formações discursivas enunciadas através dos comentários, tomando como elemento fundante o discurso, pois é o elemento principal para a análise discursiva, já que o mesmo se materializa na língua através das relações sociais e históricas em determinadas condições de produção. Dessa forma, as condições de produção na elaboração do *corpus* são de extrema importância, pois permitem ao analista, a partir do gesto da interpretação, como afirma Orlandi (2012), fazer a análise partindo do processo social, histórico e ideológico na constituição do material.

Tendo como objetivo geral a compreensão dos efeitos de sentido que são gerados a partir do discurso acerca da culpabilização da vítima, isto é, como que os comentários colocam a culpa na vítima, acionando, como justificativa, posições, lugares, ações e até mesmo o próprio corpo. Ressaltando que esta análise não irá se deter em falar sobre o sujeito empírico e sim o discursivo⁹, anulando assim qualquer relação do comentário com aquele que escreveu.

Com isso, o *corpus* será dividido em 4 (quatro) materialidades discursivas (MD), sendo 2 (dois) da plataforma do *Instagram* e 2 do *Facebook*¹⁰, levando em consideração que as notícias foram postadas em ambas as plataformas vinham do G1, portal de notícias da Globo, em 2016. Ressaltando que as imagens dos casos não serão utilizadas para a análise, pois a pesquisa tem como foco analisar os efeitos de sentido dos comentários que culpabilizam a vítima. Os comentários foram escolhidos de maneira avulsa, sem restrições a gênero, sexo, classe, sexualidade e raça, todavia a limitação era apenas serem aqueles que jogam a culpa na vítima, visto que nas publicações também tinham comentários de apoio.

⁹ Para maiores leituras ver Orlandi (1999).

¹⁰ A plataforma do Instagram foi criada por Kevin Systrom e Mike Krieger e lançado em outubro de 2010 e o Facebook foi criado por Mark Zuckerberg, em 2003, mas expandido em 2005.

O caso de violência contra a mulher que deu fruto a esta pesquisa aconteceu em 2016 com a jovem chamada Beatriz. A violência sexual aconteceu no Rio de Janeiro, em uma comunidade da zona Oeste. Ela foi estuprada por 30 homens, incluindo o atual namorado na época. Beatriz teria ido à casa do namorado no sábado, dia 21, mas durante algum momento ele a dopou e a mesma só acordou no outro dia, domingo dia 22, em outra casa com 30 homens armados em cima dela.

Ela estava muito tonta e logo em seguida foi mandada embora e ordenada pelos homens para que permanecesse calada, pois caso contrário ela sofreria retaliações. Na terça, dia 24, ela descobriu que estava circulando na internet um vídeo em que aparecia nua e desacordada. Após toda investigação da justiça apenas 7 homens dos 30 foram indiciados pelo crime, visto que alguns eram menores de idade, e apenas 3 foram presos pelo crime. Entretanto, a polícia deixou em aberto o fato de poder ter tido o envolvimento de mais homens no caso. Como o vídeo foi exposto nas redes sociais, a repercussão foi muito grande e milhares de pessoas tiveram acesso. Embora tenha sido retirado das redes depois de uns dias, os comentários nas notícias eram cada vez mais severos com a Beatriz e a culpabilizavam a todo momento.

Materialidade Discursiva 1 e 2: Facebook

Comentário 1:
Genteeee!!! Ela não foi estuprada, ela consentiu a festinha. Uma "menina" d 16 com um filho e q não está nem aí pra nada, vive em meios d bandidos, traficantes, drogada e q convida a homarada para uma orgia, é vítima? Todas essas emissoras só querem ibope nada mais.
3 anos Curtir Responder Mais 17

Comentário 2:
N a julgo mas a própria mãe imaginava isso ou coisa pior pra filha, algo de errado têm. 16anos tem um filho de 3anos, cujo pai é traficante, vive em favela pq gosta, é usuária. Sinto muito mas achar q a culpa é só dos homens ta meio difícil.
3 anos Curtir Responder Mais 61

As sequências discursivas (SD) analisadas acima serão analisadas a partir das categorias de análise, como: memória, interdiscurso, intradiscurso e formações discursivas a partir das condições de produção amplas. Na SD1 há a negação do caso de

violência sexual, uma vez que ela, como afirma a SD1, “*consentiu a festinha*”, e como já tem um filho, aos 16 anos, tendo como pai do mesmo um “*traficante que vive na favela*”, ela – a vítima – abre espaço para que essa violência seja acometida. Além de que, uma jovem que esteja em uma favela, em meio aos traficantes e que já tenha um filho aos 16 anos, não atende as expectativas criadas para ela no seio social, como supracitado, e por isso a culpabilização a ela é certa, uma vez que foge aos padrões esperado para uma jovem de 16 anos.

Além de acionar o discurso de que quem mora na favela são pessoas apenas que cometem esses crimes, uma vez que são marginalizadas pela sociedade e colocadas como bandidos, estupradores, traficantes etc., ou seja, cria-se um discurso e um estigma social de que todos os moradores da favela são traficantes e que cometem esses crimes por simplesmente residirem naquele local. Com isso, o ambiente se torna condicionante para culpabilizá-la, já que, como se verifica a insistência nas duas SD sobre “*traficantes*” é repetida, reforçando, mais uma vez, o discurso de que apenas nessa relação pode acontecer a violência.

Além disso, quando na SD1 afirma que “*convida a homarada para a orgia, é vítima?*” É possível analisar que a partir de ideologias sustentadas através dos aparelhos ideológicos, os efeitos de sentidos que o discurso produz se dão pelo fato de não reconhecer que a ação dos agressores foi/é uma violência e, através da utilização do verbo (convidar), faz com que a jovem se torne a autora da ação já que ela está condicionada, pois não atendeu as expectativas sociais postas. Além do mais, embora ela esteja na posição de vítima, pois seu corpo foi violado sem seu consentimento, ela ainda continua sendo culpada, dado que estava em local, hora e com pessoas que, segundo os discursos hegemônicos, são condições suficientes para ela se tornar o alvo, mas não a vítima e sim a culpada.

Outro ponto na SD2 é quando o sujeito empírico enuncia, marca uma posição no sujeito do discurso,¹¹ inicia com “*N a julgo, mas...*” o fato de se utilizar da conjunção adversativa (mas) mostra que, através do discurso, a ideia de adversidade em relação à condição da violência é de responsabilidade da garota, uma vez que ela propõe, ou melhor, cria mecanismos para fazer com que a violência aconteça, como logo em seguida, o comentário é finalizado “*16 anos, tem um filho de 3 anos, cujo o pai é traficante, vive em favela pq gosta, é usuária*”.

Além disso, ainda na SD “*N a julgo*”, há uma negação do julgamento por parte do sujeito discursivo, todavia quando faz a utilização da conjunção adversativa isso já se anula, pois, a partir do momento que há uma posição esse sujeito já passa a fazer julgamento, seja a favor ou não da situação. Quando acontece isso podemos analisar que a formação ideológica atravessa a discursiva, pois esta parte de uma posição ideológica dominante e hegemônica que acredita que a moça não cumpriu com as expectativas sociais esperadas para ela, ou seja, não deveria ter filho aos 16 anos e estar na favela, fazendo com que duas questões sirvam como justificativa para culpabilizar a moça.

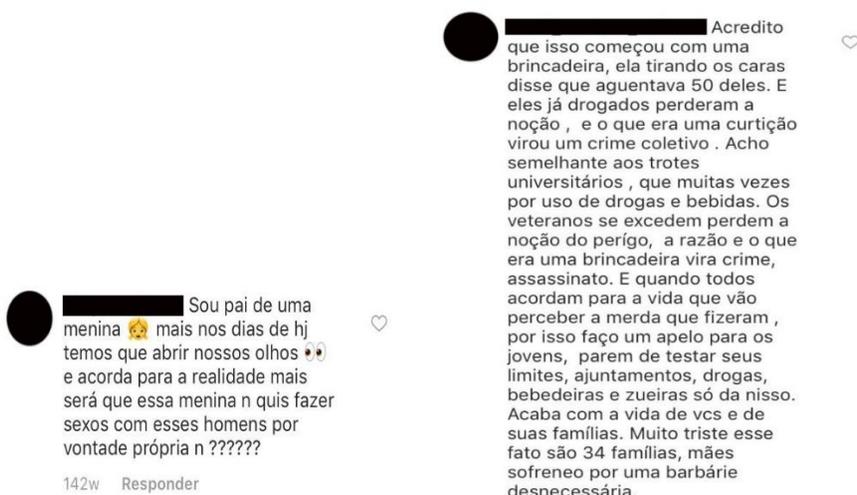
Outro fator, aparece imbricado no discurso da SD2, é quando aciona a memória discursiva, o interdiscurso e as formações discursivas é possível analisar, ao afirmar que “*Sinto muito, mas achar que a culpa é só dos homens é meio difícil*”. Nisso, vê-se que se tem algo consolidado, através do já-dito, de quem é a culpa da agressão, uma vez que como repercute os casos de violência contra mulheres nas grandes mídias e que, o culpado é o homem, esse comentário afirma que irão existir situações em que o homem não será o culpado, já que a mulher proporciona esses espaços para a violência. Todavia, se esquece de entender que a violência contra mulheres está extremamente relacionada às relações sociais, isto é, que os homens, por estarem

¹¹ Considerando o sujeito do discurso, através de do que Orlandi (1999) pontua, sendo este aquele que está para além do simbólico e colocando-o também no processo histórico e ideológico, isto é, ele é inscrito na/pela memória discursiva, que está inscrita nas formações discursivas, que são inscritas nas formações sociais, e que se constituem nas injunções ideológicas.

sustentados no patriarcado e no conservadorismo, não serão os culpados já que, socialmente, é dado para ele um lugar de provedor, portanto acabam naturalizando ações que advém dos mesmos sejam violentas ou não.

Ainda do mesmo caso, mas agora na plataforma do Instagram, através ainda das categorias de memória, interdiscurso, intradiscurso e formações discursivas que são acionadas para análise.

Materialidades Discursivas 3 e 4: Instagram



A sociedade patriarcal, capitalista e conservadora cria padrões para serem seguidos, tanto para mulheres quanto para os homens e essa cobrança é feita desde o nascimento, uma vez que quando se nasce com uma vagina e com um pênis, os seus lugares e posições de fala já são dados, assim como afirma Saffioti (1987). Desse modo, é apresentado como que na SD3 e na SD4, os discursos emergem de formas ressignificadas, uma vez que, na SD3 afirma-se “*Sou pai de uma menina, mais nos dias de hoje temos que abrir nossos olhos e acorda para a realidade...*”, o sujeito discursivo entende, a partir das formações ideológicas, que ser pai de uma menina é algo que já traz uma preocupação, pois o cuidado tem que ser dobrado e a atenção cada

vez maior, já que o sistema institui que a mulher precisa de proteção e a todo momento de uma figura masculina ao seu lado ditando aquilo que deve ou não ser feito, pois a mesma é vista como “o sexo frágil” e indefesa.

Desse modo, através, mais uma vez, da conjunção adversativa, *mas*, assim como nas SD acima, a culpabilização recai sobre a mulher, já que os olhos precisam estar abertos, ou seja, alertas, pois as violências irão acontecer, mas cabe à mulher e a sociedade saber conviver e reagir a ela, de maneira que não se ache uma culpa nas relações sociais, mas sim na vítima, visto que “*será que essa menina não quis fazer sexo com esses homens por vontade próprias não??????*”.

Ainda nessa perspectiva de análise, observa-se que o discurso de mudar o rumo da culpa do agressor para a vítima é parte de um processo histórico, podendo ser analisado nas entrelinhas do discurso, ou seja no não-dito e no interdiscurso, já que ele volta de forma ressignificada quando o sujeito discursivo passa a procurar se a vítima não quis fazer sexo por vontades próprias, dado que, atualmente, a mulher passa a ter mais independência em relação aos seus desejos, entendendo as pautas dos movimentos feministas que lutaram/am para que essa moral sexual seja de igualdade para os corpos.

Essa relação que o sujeito discursivo estabelece é de maneira inconsciente, visto que estará relacionada à memória discursiva. Outro ponto, que também aparece discursivamente nessa SD3, é o fato de ser mais fácil afirmar que existe uma vontade sexual aflorada na vítima, do que realmente culpabilizar o agressor pelo crime, já que se essa mulher não seguir os padrões estabelecidos pelo patriarcado ela está condicionada a ter essas atitudes.

Na SD4, é colocado que a atitude dos homens envolvidos no caso seria “*uma brincadeira, ela tirando os caras disse que aguentava 50 deles. E eles já drogados perderam a noção...*”. Nessa afirmação, o que elucida como efeito discursivo é o fato de tratar a violência sexual como uma brincadeira, visto que o ato de estuprar só é considerado socialmente dependendo da classe social que a vítima ocupe. Outra questão é que as piadas machistas, o assédio e o sexismo são tratados

como brincadeiras e não como violências sérias que estão instaladas/disseminadas no contexto social, histórico e cultural da sociedade. Ademais, tais questões precisam ser urgentemente encaradas como problemáticas sérias que causam um grande exercício das relações de dominação e subordinação, afirmando mais ainda que a culpa nunca será do agressor, mas da vítima.

Além disso, o fato do sujeito discursivo afirmar, através da formação discursiva, que “*ela tirando os caras*” dizendo que “*aguentava 50*”, faz com que ele – o sujeito discursivo – entenda que ela queria e permitiu ser violentada, pois, com essa “brincadeira”, fez com que o agressor entendesse que ela queria, assim, mais uma vez, dando liberdade para que ele justifique o ato. Todavia, o estupro é cometido quando não há consentimento e, se essa jovem não consentiu com os 30 homens, o ato não é considerado relação sexual consentida, mas sim um estupro. Isso a partir da memória discursiva, podemos entender que essa normalização da cultura do estupro vem acontecendo há anos.

Portanto, isso não pode ser colocado simplesmente como uma brincadeira e/ou como uma perda da noção. Outro ponto, que se relaciona com o início do comentário, acionado na SD4 “*que muitas vezes por uso de drogas e bebidas*”, mais uma vez se utiliza de uma condição para justificar o fato e tentar fugir do centro do problema, que seria as relações sociais de sexo, fora que busca nas drogas e no álcool uma justificativa bastante utilizada pelos agressores para tirar a sua autoria e sua culpa na/da ação.

Considerações finais

O discurso é atravessado por ideologias que vão delimitar, ditar, permitir, condicionar e não condicionar aquilo que pode ou não ser dito. Além disso, o discurso coloca em jogo esse movimento de perceber os seus efeitos e como que ele se constitui na sociedade. Desse modo, as SD aqui analisadas trazem uma carga daquilo que a sociedade patriarcal, capitalista, conservadora dita aos corpos que fazem parte

dela, isto é, os efeitos discursivos, seja nas entrelinhas ou não, mostram como que o sistema se apropria desses corpos para condicionar.

Os efeitos discursivos, no caso de violência contra a mulher em 2016, foram nosso objeto de análise pelo viés da teoria da Análise de Discurso pècheuxtiana, a partir da análise é possível, notar que a culpa recai sobre a vítima e não sobre quem proferiu a violência. Nesse sentindo, tais efeitos permitem perceber que essa culpa está cristalizada na sociedade, uma vez que a construção social, cultural e histórica faz com que essa mulher se torne a culpada e, nessa perspectiva, entende-se que o discurso será compreendido, como supracitado, nas contradições e nas relações sociais.

Mediante isso, é importante ressaltar que os discursos retornam e fazem sentindo, pois, em algum momento da história, eles já foram proferidos e isso faz com que o sentido seja estabelecido, como afirma Silva (2017, s/p.) “Nenhum discurso nasce do nada, todo discurso é uma resposta a outro discurso com quem dialoga”, ou seja, é necessário notar que todas as SD estavam em diálogo com esse modelo sustentado pelo sistema e são determinados em momentos sociais, históricos e culturais.

Com isso, a partir das sequências discursivas pode-se perceber que as justificativas para culpabilizar a vítima partem de ações, roupas, lugares, situações, relacionamentos, idade e comportamento destas. Fora que, é possível afirmar que mesmo as vítimas sendo violentadas ainda se tornam as culpadas por estarem propiciando o espaço para que tais violências acontecessem, já que elas não seguiram o modelo de feminilização e dos lugares/papéis que a sociedade ditou/dita para elas.

Através dos discursos, podemos observar, também, que apenas analisar o superficial não traz tantas problematizações, ou seja, analisar apenas a estrutura do discurso não traria essa problematização perante as relações sociais, o patriarcado, o machismo, o conservadorismo, uma vez que a análise apenas da estrutura não fará entender os efeitos e como que a ideologia opera mediante o discurso. Diante disso, a base teórica da AD faz com que observemos como há essa relação da língua com a história, como os discursos se constroem e, além disso, entender que a ideologia é fundamental para a construção dos discursos, porque vai

marcar essas relações e essas posições assumidas pelo sujeito do discurso.

Nesse sentido, é importante ressaltar que esses corpos continuarão sendo violentados, abusados, rasgados e manipulados se continuar sendo maquiada a problemática das relações sociais na sociedade, dado que não há consciência de que essa violência matará cada vez mais. Além de que, essa vítima acaba sendo violentada duas vezes mais, pois quando se há omissão há a concordância, e é isso que o Estado, a mídia, a família, a escola, a igreja e outros aparelhos continuam fazendo, pois, como mostram os dados supracitados, a violência contra a mulher só tem aumentado. Ressaltamos, mais uma vez que, a vítima não é culpada e que nenhuma ação deve ser utilizada para justificar a violência, dado que o único culpado é o agressor.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim Jose de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 de agosto de 2006, 185ª da Independência e 118ª da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em março de 2019.

ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

MAGALHÃES, Belmira. *As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica*. Maceió: Edufal, 2005.

MAGALHÃES, Belmira. Da fala da vítima ao discurso opressor. *ANPOLL*, nº 21, p.29-62, jul./dez. 2006.

Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. – N. 1 (2016); Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>>. Acesso em março de 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Samuel Barbosa. *A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do Capital*. 2017. 137f. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

CAPÍTULO 8

O ETHOS DO PASTOR EDIR MACEDO EM DISCURSOS DA MÍDIA

José Maria de Melo Sousa

Considerações iniciais

O objetivo desta pesquisa é compreender como os enunciados dos discursos do pastor Edir Macedo constroem a imagem de si (*ethos*) no discurso. A ideia é mostrar que o discurso religioso neopentecostal brasileiro se constitui em uma formação discursiva deslocada do protestantismo histórico. Assim, nesta investigação, levantamos um pano de fundo histórico da sociedade, pois, a própria existência da mesma pressupõe a relação entre indivíduos que, ao conviverem em uma quotidianidade, se utilizam da linguagem desvendando os funcionamentos discursivos que se dão pelo ato de argumentar, o que remete à construção de imagens (*ethos*) por interlocutores em uma determinada situação comunicativa. Em nosso cotidiano, revelamos hábitos que constantemente se manifestam em um processo de interação com o outro, interferindo em sua maneira de pensar, agir e sentir.

Aristóteles congregou o *ethos* em sua retórica ao lado do *pathos* e do *logos*, considerando-o como uma das provas retóricas pela qual o orador, ao tomar a palavra, faz uma demonstração de seus traços de personalidade. Para Aristóteles, ao construir o *ethos*, isto é, ao elaborar uma imagem de si, o orador pode não se ater à sinceridade, mas pode tomar por base apenas a boa impressão de seu discurso. A Análise de Discurso não nega o conceito de *ethos* de Aristóteles, mas considera que o *ethos* é construído não apenas no momento da enunciação (como quer Aristóteles), ou seja, tanto o orador quanto o auditório se valem de elementos preexistentes como pensava Cícero, o autor latino (CHARAUDEAU, 2017).

Desse modo, o estudo do *ethos*, em Análise de Discurso, está direcionado tanto para a perspectiva discursiva quanto para a perspectiva da argumentação e tem sido objeto de estudo de analistas do discurso de várias correntes. Não poderia ser diferente na abordagem de Ruth Amossy que considera o *ethos* manifestado no discurso enquanto um item da argumentação. A Análise de Discurso se constituiu no campo das ciências da linguagem cujo objetivo é desvelar as relações de sentido que estão subjacentes aos enunciados produzidos por interlocutores em uma determinada situação comunicativa.

Por se tratar de um estudo sobre o discurso religioso, concordamos com a proposta de Maingueneau (1997) para quem essa tipologia discursiva deve ser considerada como discurso constituinte, uma categoria de discurso cuja validação se dá pela fé, não dependendo de nenhum outro critério. Os discursos do pastor Edir, a saber: os que são postados na plataforma *Youtube* a partir dos quais tomaremos posse de nosso *corpus*, se constituem na *internet* e ganham sentido por uma escritura digital com que Gallo (2016 *apud* GRIGOLETTO, 2016) nomeia “Escritorialidade” cuja legitimidade se dá pela quantidade das visualizações. Portanto, trata-se de um discurso que nasce a partir dessa condição tecnológica mediante a qual o discurso torna-se público, o que para Adorno (2015 *apud* GALLO, 2016), tais textualidades inscritas no espaço do *Youtube* refletem a reprodução dos discursos de mercado, fato que caracteriza uma experimentação histórica se remetermos à figura do autor de livros impressos, no século XV, na medida em que a institucionalização dos discursos passava pelo crivo da autoridade do Rei e do Clero.

Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa interpretativa com a análise do *corpus* coletado. A partir de estudos sobre o neopentecostalismo de autores como Gaede Neto (1998); e da Análise de Discurso, principalmente da linguista francesa Ruth Amossy, procedemos com a análise dos discursos do pastor Edir Macedo postados na plataforma *Youtube*. Para definir o *corpus*, selecionamos três pronunciamentos do pastor Edir Macedo retirados de um de seus sermões publicados no *Youtube*. Os principais resultados da

pesquisa apontam que os enunciados dos discursos do pastor Edir revelam um *ethos* comerciante e empreendedor. O orador enuncia elaborando imagens sociais criadas pela teologia da prosperidade, o que reverbera uma barganha do fiel com Deus na medida em que ele entrega dízimos e ofertas em troca de prosperidade financeira.

Pontuações sobre a análise do discurso

O interesse pela Análise de Discurso remonta à segunda metade do século XX. Conforme expõe Paveau (2006), a expressão “Análise do Discurso” foi usada pela primeira vez pelo linguista Harris segundo o qual tal expressão tem a ver com a análise da dimensão transfrástica, isto é, além da frase. Harris, entretanto, usa a expressão “Análise do Discurso” concebendo um sentido que reflete uma aproximação com a Linguística Textual. Ele foi influente linguista que atuava no descritivismo formalista, via Estados Unidos. Na abordagem dos anglo-saxões, a Análise de Discurso propõe um conteúdo que repousa na análise conversacional. Paveau (2006, p. 202) explica que tal concepção tem a ver com “[...] o estudo de trocas verbais orais ou escritas, cujo postulado é que todo discurso é fundamentalmente interativo”. Diante disso, deve-se entender que a Análise de Discurso é, portanto, um componente das ciências da linguagem que se ocupa com o discurso.

Esse campo de estudo surgiu no fim dos anos 60 a partir dos trabalhos do filósofo francês Michel Pêcheux, tornando-se um campo do saber autônomo e, nas palavras de Paveau (2006, p. 202), a Análise de Discurso proveniente da Escola Francesa “[...] estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais de produção”, fato que caracteriza a forma como os discursos se materializam.

Assim é que, conforme Orlandi (2005), ao se constituir no campo das ciências da linguagem, a Análise de Discurso surge em três filiações, a saber: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Até o advento dos trabalhos de Pêcheux, a Linguística, no que concerne principalmente à filiação saussuriana, encava a linguagem como transparente. Pêcheux propõe a não-transparência da linguagem. A

Análise de Discurso concebe a linguagem não só como uma estrutura, mas como um fenômeno que está inscrito em determinadas condições de produção. Em relação à Psicanálise, por sua vez, Orlandi (2005, p. 19) explica que se buscou, com essa perspectiva de estudo, entender o “[...] deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história”.

Já o Marxismo serve à Análise de Discurso à medida em que o analista do discurso recorre a um método para estudar as condições materiais de sobrevivência dos indivíduos. Desse modo, a Análise de Discurso é uma outra forma de estudar a linguagem, ela não toma por objeto de estudo a língua, mas o discurso e, nesse caso, discurso não se define como língua, nem como texto ou fala. Em outras palavras, a materialidade do discurso se constitui no social advindo dos aspectos ideológicos e históricos, sem deixar de lado as questões de natureza linguística.

O arcabouço metodológico da Análise de Discurso coloca em xeque vários exteriores teóricos desvinculados da Linguística. A língua passa a ser vista não apenas como um sistema abstrato, como colocou Saussure, mas em seu uso, por isso estuda-se a língua funcionando para se observar a produção de sentidos. Nas posições de Saussure, não se analisava o discurso enquanto objeto sócio-histórico, porque se ocupava com a língua fechada nela mesma (ORLANDI, 2005).

O *ethos*, uma das provas retóricas definidas por Aristóteles, foi trazido para os estudos das ciências da linguagem por autores e autoras como Amossy (2018), Maingueneau (1997) e Charaudeau (2017) como um elemento que aparece no discurso. Portanto, o *ethos*, nesses vieses, é visto como uma imagem que o orador constrói de si ao fazer uso da palavra. À esta pesquisa interessa a noção de *ethos* enquanto item da argumentação, conforme propõe Ruth Amossy. A seguir, tratar-se-á de tal noção.

Considerações sobre a noção de *ethos*

A noção de *ethos* na argumentação foi trazida pela autora francesa Ruth Amossy. Essa autora, em seu livro “A argumentação no discurso”, dedica um capítulo para tratar do *ethos*. Para falar do *ethos* no discurso argumentativo, Amossy se alimenta das reflexões de Aristóteles em sua Retórica (AMOSSY, 2018).

A autora explica que o orador, na sua forma de exercer influência quando toma a palavra tanto na ocasião oral quanto na escrita, organiza a sua fala a ponto de o discurso acontecer levando em conta seus alocutários (aquele que fala em decorrência do discurso do outro). O orador, nesse caso, ao tomar a palavra, tenta imaginar como que seu auditório pensa acerca das coisas no mundo. Ao invés de interlocutor, a Análise de Discurso usa o termo alocutário. O locutor ou orador chamado também de sujeito comunicante, enquanto sujeito de ação, (aquele que organiza o discurso, é o sujeito real) imprime em sua fala as respostas das perguntas dos alocutários. O alocutário é aquele que se vê como receptor da mensagem (AMOSSY, 2018).

Nas ciências da comunicação, o alocutário é chamado também de destinatário. De acordo com Moura *et al* (2015; 2017), o alocutário não diz respeito ao ser empírico (ouvinte), é aquele que faz parte da enunciação, ele é linguisticamente representado no enunciado e não se confunde com o ouvinte, a pessoa de carne e osso. Tanto o locutor quanto o alocutário são intralinguísticos, os seres empíricos; já a pessoa que fala e o ouvinte são extralinguísticos. À medida que o enunciador se utiliza da língua, para influenciar de alguma forma a postura (comportamento) do alocutário, ele se atém a um aparelho de funções. O ponto essencial das retóricas antigas está no *ethos*.

Amossy retoma as noções de *ethos* desde Aristóteles até à pragmática contemporânea. Para Aristóteles, o *ethos* funciona como uma imagem discursiva. Quer dizer, o *ethos* funciona como uma técnica, na argumentação, capaz de tornar o discurso persuasivo. Aristóteles entendia o *ethos* como o caráter moral do orador por meio do qual o discurso se constitui persuasivo. Nessa forma de construir a

imagem de si, o orador passava confiança para o auditório. Ou seja, o auditório tem completa convicção de que as palavras proferidas são palavras de um ser humano do bem (AMOSSY, 2018).

A questão, hoje, conforme Amossy (2018), é tentar descobrir de onde se deriva o *ethos*: da imagem projetada pelo orador em sua fala ou da imagem que tem origem no conhecimento prévio do orador. Aristóteles, em sua Retórica, explica que o *ethos* é construído no discurso. Na Retórica de Aristóteles, o *ethos* se define em decorrência do modo como o orador se apresenta em seu dizer. Amossy afirma que nos manuais de retórica clássica, bem como nas reflexões contemporâneas, o *ethos* está definido na relação entre a autoridade moral e a pessoa do orador. Isso não exclui o orador do seu modo de experimentar a vida real. Ou seja, o *ethos* discursivo se tornará persuasivo se as qualidades do orador se expressarem em suas palavras. Após a discussão sobre a definição do *ethos* na Retórica de Aristóteles, Amossy direciona o *ethos* para os estudos das ciências da linguagem que dominam definitivamente os estudos do *ethos* no presente momento. Ela explica que as ciências contemporâneas da linguagem desviaram a noção de *ethos* para os estudos do discurso (AMOSSY, 2018).

A autora estuda o *ethos* examinando como o discurso constrói um *ethos*. Ela não se atém em primeira instância ao exterior do orador nem à imagem que ele constrói de si embora isso se manifeste em seu discurso. Ela observa o *ethos* fundado em dados pré-discursivos. Assim, a autora propõe o estudo do *ethos* a partir do *ethos* discursivo e *ethos* prévio. Na sua concepção, o *ethos* discursivo se origina da imagem que o locutor constrói deliberadamente ou não em seu discurso. É esse comportamento do locutor que apresenta o elemento da força ilocutória. No que concerne ao *ethos* prévio ou *ethos* pré-discursivo, Amossy toma por base componentes pré-existentes que na visão da autora, o locutor se vale de tais elementos para elaborar a imagem. Os elementos pré-existentes têm a ver com a ideia que o público faz do locutor antes do mesmo tomar a palavra.

Para Amossy, o *ethos* prévio ou imagem prévia, é a imagem que o auditório pode construir do locutor antes que ele tome a palavra. “*Ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa” (AMOSSY, 2018, p. 90).

O *ethos* prévio deixa marcas no discurso que podem ser identificadas tanto nas posições linguísticas como na ocasião de enunciação em decorrência da interação (trocas verbais).

No caso dos discursos do pastor Edir Macedo, o referido pastor se marca com o *ethos* prévio e *ethos* discursivo fazendo-se entender tanto como sujeito comunicante, isto é, aquele que prepara a fala (sermão) quanto como sujeito enunciador, isto é, aquele que fala não como sujeito de carne e osso, mas como um sujeito que, ao preparar o discurso, se utiliza de estratégias tais como a verificação das circunstâncias de discurso nas quais se encontram seus destinatários. Desse modo, quando o Eu-enunciador toma a palavra, ele constrói uma imagem do Eu-destinatário. A interação entre o pastor Edir Macedo e os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus se dá na medida em que ocorre um cruzamento de olhares, ou seja, os fiéis da referida Igreja têm uma visão de quem vai exercer o papel de pregador, outrossim, o mencionado pastor se vê como tal pregador e tem também um olhar dos referidos indivíduos, ou melhor: é um olhar daquele que fala sobre o modo como ele pensa que seus destinatários o veem. A isso, associa-se a ideia de *ethos* como imagem. O orador constrói a sua imagem com base na imagem elaborada pelo auditório em relação à pessoa que fala.

À guisa de metodologia, remetemos nossa temática a uma tipologia discursiva cujo funcionamento discursivo sofre a interpelação da mídia *internet*, pois o *corpus* foi construído de discursos configurados em plataformas audiovisuais provenientes do suporte *internet*. Trata-se de discursos do pastor Edir Macedo postados na plataforma *Youtube*, uma tipologia do discurso religioso cristão que, segundo Orlandi (1996), são discursos nos quais se instaura um sujeito interpelado por um Sujeito maior, a saber: Deus. Assim, selecionamos

três pronunciamentos do pastor Edir Macedo, retirados do sermão “*Direito à prosperidade*” o qual está publicado no *Youtube*.

Antes de construirmos uma hipótese, salientamos que as circunstâncias do discurso do pastor Edir Macedo remetem ao desenvolvimento da teologia da prosperidade que surgiu nos Estados Unidos da América em meados dos anos 1940. Segundo Gaede Neto (1998), essa teologia teve como principal representante Kenneth Haing e surgiu no Brasil orientando principalmente as igrejas neopentecostais. Para o autor, denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus, como uma igreja neopentecostal, se baseia nos teólogos da prosperidade.

Uma hipótese é que o *ethos* do pastor Edir Macedo não representa o Eu-enunciador submetido à voz de Deus, mas se mostra elaborando imagens sociais e interpelado pela ideologia religiosa da teologia da prosperidade.

A análise do corpus

Pronunciamento 1 (P1):

“Jó era um homem riquíssimo, o mais rico ... na sua ... naquelas redondezas. Mas ele não era rico porque roubava, ele não era rico porque usurpava os pobres, não, ele era rico porque Deus o abençoava, tá aqui escrito [...]”.¹²

Para compreendermos o primeiro pronunciamento (P1), afirmamos que essa enunciação revela a estratégia argumentativa do sujeito comunicante, o qual se apropria do conteúdo bíblico para reverberar um sujeito enunciador controlado pelos posicionamentos doutrinários. Seria o caso de lembrar do *ethos* prévio ou pré-discursivo (uma demonstração de si como quem atende a expectativa do auditório).

¹² **SERMÃO DE EDIR MACEDO** “Direito á prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

No que concerne ao *ethos* prévio ou *ethos* pré-discursivo, Amossy toma por base elementos preexistentes que, na visão da autora, o locutor se vale de tais elementos para elaborar a imagem de si. Qual é a ideia que o auditório faz de um pastor antes mesmo que ele tome a Palavra? O auditório imagina ser o pastor intérprete da Escritura, fiel a Deus, aquele que fala as Palavras de Deus.

Para Amossy (2018, p. 90), o *ethos* prévio ou imagem prévia, é a imagem que o auditório pode construir do locutor antes que ele tome a palavra. “*Ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu status e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa”.

Em outros termos, a autora defende que o *ethos* prévio, como uma imagem ou identidade do sujeito, tem a ver com “[...] o *status* institucional do locutor, as funções ou a posição no campo que confere uma legitimação ao seu dizer [...]”. (AMOSSY, 2018, p. 90).

Pronunciamento 2 (P2):

“Satanás disse: acaso não o cercaste com riquezas a ele, a sua casa a tudo quanto tem? A obra de suas mãos abençoaste e os seus bens se multiplicaram na terra, um?”

É necessário precisar que a construção do *ethos* discursivo, nos discursos do pastor Edir Macedo, não ocorre de forma abrupta. O sujeito enunciador tem o cuidado de não anular o *ethos* prévio no discurso. Isso quer dizer que a pertinência do *ethos* discursivo ao *ethos* prévio depende de ambas as enunciações, ocorrendo, portanto, um interdiscurso. O P2 retoma a enunciação do *ethos* prévio, isto é, o conteúdo gerador dos posicionamentos doutrinários. Com essa sequência discursiva, o orador propõe interligá-la com a sequência seguinte que possibilita a construção do *ethos* discursivo. Senão, observar-se-á.

Pronunciamento 3 (P3):

*“A obra de suas mãos abençoaste e os seus bens se multiplicaram na terra, um? É por isso que nós temos aqui as segundas feiras oração para as pessoas que querem prosperar, orientação para as pessoas que querem ser donas dos seus negócios, serem abençoadas. Porque nós cremos que Deus abençoa”.*¹³

O eu do locutor, nesse caso, o autor do sermão, faz uma alteração e integra tal alteração à enunciação bíblica em busca de uma autoridade doutrinária nova. Isso é chamado em Análise de Discurso de manobra do sujeito que, no discurso do sermão, se dá com a presença dos itens lexicais do P3. O discurso iurdiano (discurso da Igreja Universal) agora permite a instauração de outro sujeito. Quem assume a fala a partir de então enquanto sujeito é a própria Igreja Universal do Reino de Deus (daqui em diante IURD), o que possibilita a construção do *ethos* discursivo. Na concepção de Amossy, o *ethos* discursivo se origina da imagem que o locutor constrói deliberadamente ou não em seu discurso. O *ethos* discursivo tem a ver com “[...] a imagem que o locutor projeta de si mesmo em seu discurso, tal como ela se inscreve na enunciação, mais do que no enunciado, e a maneira como ele reelabora os dados pré-discursivos” (AMOSSY, 2018, p. 91).

O *ethos* teológico do sujeito enunciador, projetado no P3, é deslocado da enunciação bíblica. Isso se dá quando o orador funde o conteúdo bíblico com o conteúdo selecionado pelo próprio locutor (Edir Macedo), isto é, pela forma que a IURD reflete sobre fé e condição de existência dos indivíduos. O mais importante a partir de agora é pensar nas condições em que o discurso do sermão foi produzido.

Assim é que se se descobrir quais são as fontes de que possibilitam a configuração do discurso pastoral da IURD tornar-se-á evidente o conteúdo de tal discurso e chamar-se-á de *ethos* discursivo a identidade formatada no contexto das condições de constituição dessa

¹³ **SERMÃO DE EDIR MACEDO** “Direito á prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

pregação veiculada por um suporte midiático. O que está por detrás do *ethos* teológico do locutor/autor Edir Macedo? Sua fala é sincera em se basear na Bíblia? Ou será que a honestidade do orador com relação à enunciação bíblica se assenta nas imagens construídas e bem postas pelo sujeito enunciador?

O *ethos* de Edir Macedo, autor dos pronunciamentos analisados, se deriva de uma construção social e não individual. É em torno dessa noção de construção social que as imagens da teologia da prosperidade são criadas, o que remete à identidade do sujeito configurada a partir das representações sociais. Isso significa que o sujeito falante não fala senão pela enunciação permitida pelas representações definidas em uma dada parcela da sociedade.

O *ethos* do sujeito comunicante enquanto autor do sermão, ou seja, sujeito de ação é o resultado de interesse próprio que atende às propostas de Edir Macedo longe de ser um produto do Evangelho, pois o conteúdo das formações discursivas se deriva da teologia da prosperidade e modelos econômicos das sociedades exógenas, conforme se observa a chegada dos protestantismos no Brasil. O sujeito enunciador, nos discursos de Edir Macedo, abre espaço para outro sujeito falar, a saber: a sociedade capitalista.

Com base nas análises, os discursos do pastor Edir Macedo revelam um *ethos* prévio que dissimula o conteúdo bíblico apresentado aos fiéis dessa igreja. Nesse caso, segundo a teoria de Amossy sobre o *ethos* prévio, os fiéis da IURD precisam construir seu próprio *ethos* prévio, isto é, o conhecimento do conteúdo bíblico, bem como o conhecimento das estruturas sociais em que estão inseridos. Com o conhecimento dos posicionamentos doutrinários, os destinatários dos sermões não seriam levados a crer nessa pregação que não reflete a voz de Deus. Isso significa que um dos mecanismos de que esses indivíduos poderiam se valer, nada mais é do que a reconstrução de sua identidade (*ethos*). Amossy propõe reinvenção do *ethos*:

Porque para retornar às fontes de uma retórica que oferece compreensão sobre a ação cidadã e o poder, é preciso ultrapassar não somente as posições antigas que recusam à mulher (e ao escravo) qualquer acesso ao *logos*, mas também o ponto de vista moderno que não dá aos dominados acesso à palavra senão alienando o seu direito à diferença (AMOSSY, 2018, p. 102).

A autora defende no texto acima que as identidades dos sujeitos dominados foram formatadas a ponto de não poderem assumir um discurso. Isso porque tais sujeitos não têm acesso ao *logos*, ou seja, não têm acesso ao conteúdo planejado por alguém detentor do saber. Quer dizer, como assumir um discurso sem o acesso às palavras de que se compõe o discurso. Os destinatários da pregação da IURD poderiam realizar a reelaboração de imagens acerca do orador se os mesmos reconstruíssem um *ethos* intelectual (conhecendo o conteúdo bíblico, bem como a visão de sociedade capitalista) capaz de compreender as manobras do sujeito enunciativo. Amossy (2018, p. 102) indaga: “Como posso assumir por minha conta um *ethos*, uma personagem que não corresponde ao meu eu, que deforma e nega sob a capa da universalidade o que eu sou mulher – árabe, negro colonizado etc.?”.

Retomando os conceitos evidenciados por esta análise, a saber: interpretativa, o *ethos* do enunciativo nos discursos em análise está na ordem de uma enunciação organizada por um orador consciente da postura dos alocutários, isto é, os receptores de seu discurso. Isso quer dizer que o sujeito comunicante prepara o discurso em decorrência do discurso do outro, isto é, os receptores de um dado discurso. Esta pesquisa propõe pensar um *ethos* consciente do mundo ao seu redor capaz de interpretar a Palavra de Deus e os discursos que circulam na sociedade como práticas sociais.

Quando Sousa (2020) analisa os discursos do pastor Edir Macedo conclui que a IURD, entendida como um negócio de origem mercadológica, ressignifica as religiões que têm sido reconhecidas a partir da lógica de religião e economia. Para dizer teologicamente, não há como reconhecer a IURD como uma igreja evangélica, pois anuncia um evangelho estranho que considera a vida apenas na dimensão

transitória, isto é, terrena, mas não toma por base as doutrinas da salvação que estão associadas a outra vida, a espiritual. Tomando por base o sujeito que assume o discurso dessa igreja, torna-se evidente o fato de que os discursos do pastor em questão revelam conteúdos que se diferencia no quadro ao qual pertencem as igrejas consideradas evangélicas, uma vez que tais discursos identificam um Eu-enunciador enunciando a ponto de revelar um *ethos* empreendedor, deixando de lado a perspectiva profético-evangélica que marca o cristianismo.

Considerações finais

Os discursos do pastor Edir Macedo não apresentam um *ethos* de ministro de Deus como se reconhece nos demais ministros que, ao enunciarem, devem se submeter à voz de Deus manifestada na Escritura. É isso que Orlandi (1996) explica quando a autora aborda o discurso religioso cristão, aclarando que o sujeito defensor do Cristianismo, ao enunciar, se submete a um Sujeito maior (Deus). Ficou claro, nas análises deste trabalho, que o *ethos* do pastor Edir Macedo é comerciante e empreendedor, pois nega a Escritura e se apropria das imagens criadas pela teologia da prosperidade.

Com relação aos fiéis da IURD, constatamos que tais indivíduos são levados a assumir um tipo de fé pela qual o fiel faz um negócio com Deus na medida em que ele entrega dízimos e ofertas em troca de prosperidade financeira. Essa postura nada mais é do que aquilo que Amossy chama de identidade desfigurada, ou seja, os indivíduos vivem em condição de marginalização, logo não reconstroem seu *ethos*, por isso, ao enunciar, o Eu-enunciador, no caso, o pastor Edir Macedo, utilizando-se de manobras leva os fiéis dessa igreja a acreditarem em sua pregação.

Nos pronunciamentos analisados, percebemos que tais discursos alcançam sua legitimação devido à própria condição de existência dos destinatários. Esses destinatários são indivíduos que, grosso modo, sofrem o abandono pelas políticas públicas do Estado, tornando-os incapazes de usufruir dos bens sociais, dentre eles, a escolarização,

inclusive, são essas circunstâncias em conjunção com o desenvolvimento da teologia da prosperidade que permitiram a verificação das circunstâncias dos discursos do pastor Edir Macedo. Em outras palavras, a pesquisa provou que os fiéis da IURD, em geral, não realizam uma tomada de consciência para reconstruir seu *ethos*.

Referências

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2017.

GALLO, Solange Leda. Processo de legitimação no discurso de escritorialidade *In: GRIGOLETTO, Evandra. A Análise do Discurso em sua história: avanços e perspectivas*, Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

GRIGOLETTO, Evandra. *A Análise do Discurso em sua história: avanços e perspectivas*, Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

GAEDE NETO, Rodolfo. Teologia da prosperidade e diaconia. *In: BRANDENBURG, Laude Erandi; GAEDE NETO, Rodolfo; MEURER, Evandro Jair. Teologia da prosperidade e Nova Era*. São Leopoldo: IEPG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MOURA, João Benvindo de; BATISTA JÚNIOR, J. R. L.; LOPES, Maraisa. *Sentidos em disputa: discursos em funcionamento*. Teresina: EDUFPI, 2017.

MOURA, João Benvido de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. *Discurso, memória e inclusão social*. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PAVEAU, Marie-Anne. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

SERMÃO DE EDIR MACEDO “Direito á prosperidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=o+direito+%C3%A0+prosperidade+edir+macedo. Acesso em 5 de setembro de 2019 às 13h00.

SOUSA, José Maria de Melo. *O ethos no discurso pastoral do neopentecostalismo brasileiro*. Teresina: EDUFPI, 2020.

CAPÍTULO 9

A RETÓRICA: HISTÓRIA, DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Considerações iniciais

Deywid Wagner de Melo

Muito se fala em Retórica, porém pouco se sabe efetivamente o que é essa teoria do texto e do discurso, pois assim é possível dizer que seja. Ainda que discurso seja um termo multifacetado, precisando-se sempre situá-lo para não incorrer em incursões teóricas divergentes, arrisca-se dizer discurso, numa perspectiva de produção verbal. Claro que a Retórica, sendo uma disciplina que dialoga com outras áreas do conhecimento humano, já vem flertando as áreas do discurso, quer seja a Análise Pecheutiana, quer seja a de Discurso Crítica, além da Semiótica e das teorias textuais e de gêneros textuais/discursivos.

Este capítulo constitui parte de um apanhado teórico de uma pesquisa de natureza doutoral em que apresenta a Retórica desde a sua gênese aos principais conceitos. Objetiva-se apresentá-la como de fato é, buscando afastar conceitos e definições equivocados sobre ela, comumente proferidos por sujeitos diversos que fazem uso do termo retórica de forma elementar e pequena diante de sua grandeza conceitual, histórica e social.

Entre os tópicos a serem estudados adiante, apresentando-se apenas um recorte da Teoria Retórica, são eles: história da Retórica, a Antiga e a Nova Retórica; as definições que ela recebeu ao longo do tempo, destacando-se entre todas a que se adota nesta ocasião; e os conceitos de auditório, acordo e lugares da argumentação, constituindo, algumas das estratégias retóricas necessárias ao processo de persuasão. Com essa disposição anunciada, intui-se que a Retórica seja mais bem

conhecida e compreendida para que possa ser mais bem apreciada e, sobretudo, exercida.

A história da retórica: antiga e nova retórica

Não há como falarmos em Retórica e não recorrermos a sua história; não pretendemos, no entanto, fazer um longo percurso histórico, o que não quer dizer que a história não seja relevante; isso é notório e fundamental para o entendimento da Retórica; assim, construímos nossas reflexões sob a perspectiva perelmaniana¹⁴ da Retórica.

A respeito da origem histórica da Retórica, percebemos divergências entre autores; mas apontando para uma mesma origem, a chamada judiciária. Mesmo assim, apresentamos duas origens históricas baseadas em Abreu (2004) e Reboul (2004). Antes disso, referenciamos uma origem na mitologia grega, segundo Ferreira (2010).

Nessa perspectiva, Homero concebia a eloquência como uma dádiva divina, e quem a possuísse seria muito respeitado entre os homens, razão por que:

Júpiter, sensibilizado com a miséria humana, enviou Mercúrio para conduzir a Eloquência aos homens. Com ela, os mortais poderiam resolver seus problemas e viver melhor. Mercúrio – que se identifica com o logos, a palavra divina – ensinou os homens a falar para persuadir. Primeiramente, apenas os mortais mais inteligentes entraram em contato com a Eloquência e foram eles os criadores da sociedade, da indústria e de todas as artes (FERREIRA, 2010, p. 40).

Segundo Abreu (2004, p. 26), a Retórica surgia na “Grécia antiga, por volta de 427. a. C., quando os atenienses, tendo consolidado na prática os princípios do legislador Sólon, estavam vivendo a primeira

¹⁴ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

experiência de democracia de que se tem notícia na História”, ou seja, esse contexto político-social favorece o surgimento da Retórica associada à ideia de democracia, em que os cidadãos buscavam dominar a arte de bem falar e de argumentar com as pessoas para obter êxito nas assembleias populares e tribunais.

Isso viabiliza a chegada em Atenas de mestres itinerantes com o intuito de se dedicarem à arte de bem falar. Esses mestres se autodenominavam sofistas, os sábios que professavam a sabedoria, uma vez que faziam muitas viagens e que, por isso, conheciam diversos costumes humanos, o que lhes proporcionava uma perspectiva mais globalizante sobre o mundo, ensinando a seus alunos que uma questão pode apresentar vários pontos de vista. Todavia, os sofistas foram bastante criticados por “venderem” seus conhecimentos. Na verdade, como sábios, ensinavam o bom uso ou não da Retórica, assim houvesse quem os pagasse para tal.

Nesse sentido, a Retórica teve sua origem na Grécia Antiga em decorrência de um novo regime político, que é o primeiro registro da democracia na história de um modo geral, mas adquire melhores proporções na prática cotidiana do cidadão ateniense, tendo grande ênfase nas experiências jurídicas (nos tribunais), considerando que não havia advogados naquela época para realizarem defesas, cabendo aos retores tal função, por dominarem a técnica (Retórica) para esse fim.

Para Reboul (2004), a Retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465, após a expulsão dos tiranos, e sua origem não é literária, mas judiciária. Na verdade, os cidadãos buscavam recuperar seus bens por meio de conflitos judiciais, uma vez que os tiranos haviam sido expulsos. Por não haver advogados para defenderem tais causas, Córax, discípulo de Empédocles, junto a seu discípulo Tísias, publicaram uma coletânea de preceitos práticos, a chamada “arte oratória” (*tékhné rhetoriké*), para orientar as pessoas que precisassem recorrer à justiça. Córax, nessa obra, apresenta uma primeira definição de Retórica, “a criadora da persuasão”.

Surge a retórica judiciária, sem alcance literário ou filosófico, mas como necessidade extremamente social do ser humano. Os

cidadãos litigantes precisavam recorrer a alguém que pudesse ajudá-los, nesse caso, os logógrafos, escrivães públicos; eram os que redigiam as queixas que só tinham de ler diante do tribunal. Nesse contexto, aparecem os retores que oferecem aos litigantes e logógrafos um instrumento de persuasão, capaz de convencer qualquer pessoa de qualquer coisa; daí surge a Retórica que não argumenta a partir do verdadeiro, mas a partir do verossímil.

Isso se explica pelo fato de, “se no âmbito judiciário se conhecesse a verdade, não haveria mais âmbito judiciário, e os tribunais se reduziriam a câmara de registro” (REBOUL, p. 2-3). Nesse sentido, surge a questão de que para as más causas, precisa-se dos melhores defensores e, conseqüentemente, maior será o recurso à Retórica, o que, segundo o autor, é constrangedor, pois os retores que vencem as causas menos defensáveis em vez de se constrangerem, gabam-se por ganhá-las. Assim é até os dias de hoje.

A persuasão retórica, portanto, faz-se diante de um tema polêmico, em que há mais de um ponto de vista. Entre os temas, há um discurso que chama atenção: o do senso comum, que, por sua vez, permeia todas as classes sociais, formando opinião pública. Segundo Abreu (2004, p.31), “o discurso do senso comum não é um discurso articulado; é formado por fragmentos de discursos articulados”, como os ditos populares. Contrariar esse discurso não é algo fácil, pois exige técnica para esse fim. Os professores de Retórica usavam o que se chamava de “maravilhamento” ou “estranhamento” que consiste em fazer com que as pessoas se surpreendam novamente com o conhecido, com aquilo que o hábito torna comum.

Os sofistas “criaram a retórica como arte do discurso persuasivo, objeto de ensino sistemático e global que se fundava numa visão de mundo” (REBOUL, 2004, p. 9). Deve-se a eles os primeiros esboços de gramática e a prosa ornada e rebuscada. Para eles, a verdade nunca passa de acordo entre os interlocutores, resultando-se um acordo final de uma discussão.

Segundo o autor, o mundo do sofista é um mundo sem verdade, sem realidade objetiva capaz de criar o consenso de todos os espíritos.

Sem tal realidade, o *logos*, o discurso humano fica sem referente, o que lhe resta é o próprio sucesso que, por sua vez, é a aptidão para convencer pela aparência de lógica e pelo encanto do estilo. Para isso, a única ciência possível é a do discurso, a Retórica. O objetivo dessa Retórica “não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra, ela já está devotada ao saber, mas sim ao poder” (REBOUL, 2004, p. 10).

Platão é quem mais enfatiza o uso sofisticado da Retórica. Não admite que se defenda o justo bem como o injusto, considerando que a justiça é a suprema felicidade do homem. Entretanto, o que é mais irônico é que ele explora, em sua obra *República*, os mais diversos recursos retóricos que ele próprio condena, ou seja, Platão critica a Retórica, mas para criticá-la, utiliza a própria Retórica.

Todavia, o discípulo de Górgias, Isócrates, propõe uma Retórica mais plausível e moral que a dos sofistas, pois rejeita os malabarismos propagandistas e a aprendizagem automática. Seu ensino baseia-se na reflexão do aluno, mostrando que ele mesmo busque a origem de seus próprios discursos, e discuta com seu mestre. Moraliza a Retórica, afirmando categoricamente que ela só é aceitável se estiver a serviço de uma causa honesta e nobre e que não deve, em hipótese alguma, ser censurada pelo possível mau uso que alguns possam fazer dela, assim como se pode fazer de qualquer outra técnica.

O filósofo Aristóteles¹⁵ é o grande representante da arte da palavra, pois estudou a relação do homem com a linguagem. Esse estudo vem contribuindo para as modernas teorias linguísticas. Fundou uma escola, o Liceu, concorrendo com a de seu mestre. Sua grande contribuição à Retórica é integrá-la de início num sistema filosófico bem diferente daqueles dos sofistas, e depois transformá-la em sistema (REBOUL, 2004, p. 22).

Com a sua obra *Arte Retórica* inova e sintetiza as visões dos estudos retóricos de seu tempo, fornecendo um verdadeiro guia sobre

¹⁵ Discípulo de Platão e professor de Alexandre, o grande, nasceu em Estagira (atual Stravos) – aldeia macedônica, situada entre Salônica e o monte Atos, colonizada pelos gregos, onde se falava o dialeto jônico, no ano de 384 a. C., após 15 anos da morte de Sócrates.

como criar um texto persuasivo, trazendo ensinamento até hoje, como elementos de Gramática, de Filosofia, Filosofia da Linguagem, Lógica e Estilística.

Com tais ensinamentos, Aristóteles conseguiu atrair o interesse dos filósofos contemporâneos preocupados com uma possível lógica do discurso ou com a dimensão comunicativa da linguagem, lançando, dessa forma, as bases para uma retórica ocidental. Nesse sentido, Ferreira (2010, p.44) afirma: “Em termos teóricos, a evolução da retórica ao longo dos séculos apresentou muito mais um aperfeiçoamento da reflexão aristotélica sobre o tema do que trouxe construções verdadeiramente originais”.

Assim sendo, o entendimento acerca da Antiga Retórica pode ser conforme Santos (2011, p. 15), ao dizer: “a arte de falar em público, com os recursos provindos da oralidade, de maneira persuasiva. Tinha como auditório uma multidão que se reunia em praça pública com o intuito de se conseguir desta adesão para alguma tese que queria defender”.

Segundo Ferreira, (2010, p.45), “o tempo nos mostra que a retórica enfraquece nos governos autoritários e renasce, vigorosa, no ambiente democrático”. Além disso, a Retórica enfrenta adversários como o Positivismo, que a rejeita por privilegiar apenas a sua verdade científica, e o Romantismo, que também a rejeita por querer elevar a sua sinceridade a toda prova.

A Retórica, segundo o autor, desaparece do ensino francês em 1885, sendo substituída pela história das literaturas grega, latina e francesa. No entanto, nos anos 1960, “em oposição a uma concepção centrada na razão e no raciocínio, que se baseia o uso da demonstração, defendida pelos lógicos, aparece o *Tratado de Argumentação* [de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca]” (SANTOS, 2011, p.15), que, por sua vez, se volta ao estudo do ato de argumentar, vinculado à velha tradição, representado pela Retórica e pela Dialética gregas.

Assim, segundo a autora, “a nova retórica vem, pois, por meio de recursos discursivos, obter a adesão dos espíritos, servindo-se apenas daqueles que convençam e persuadam pela linguagem” (SANTOS,

2011, p. 16). Ao longo dos tempos, houve tentativas de recuperação da Retórica, mas foi no século XX que isso aconteceu.

A Retórica declinou ao longo dos tempos devido a críticas platônicas, fatos sofisticos, regimes não democráticos, fatores históricos e sociais. No entanto, não sumiu definitivamente, pois impossível desaparecer da vida do cidadão, pois a todo o momento o ser humano se apropria dela para obter seus propósitos. Dessa forma,

a retórica contemporânea veio cheia de saúde: não mais pretende, especificamente, ensinar a produzir textos, mas, sobretudo, objetiva oferecer caminhos para interpretar os discursos. Alargou-se e não se limita aos três gêneros oratórios, pois incorpora todas as formas modernas de discurso persuasivo. Apodera-se, também, das produções não verbais e invade o cinema, o cartaz, a música, as artes, enfim (FERREIRA, 2010, p. 46).

O pluralismo considerável da Retórica, não apenas preocupada com a arte de bem falar em público, mas com a interpretação do discurso¹⁶, inclusive daqueles outrora não ditos persuasivos como a poesia, apresenta, assim, um novo espírito de integração entre as ciências humanas e as dos discursos axiomáticos de demonstração.

Segundo o autor, a Nova Retórica observa que alguns domínios do discurso não se submetem ao arbítrio estrito do racional, mas, sim, a uma lógica do razoável, muito útil em Retórica para associar convencimento e persuasão.

Por fim, entende-se que a Antiga Retórica voltava-se muito para os ornamentos da oratória, da arte de bem falar em público, em decorrência das questões históricas e sociais, enquanto a Nova Retórica volta-se para uma argumentação eficaz que busca aumentar a intensidade da adesão, preocupada com o razoável e o explicável de forma ética e moral.

¹⁶ É aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. O discurso se realiza nos textos. (ROJO, 2005, p. 189).

Definições da retórica

A Retórica apresenta vários conceitos, quais sejam: as definições e os conceitos como acordo e auditórios retóricos, tipologia dos argumentos, funções, sistema retórico e figuras de linguagem que surgem com valor de argumento. Entre esses, destacamos as discussões das definições de Retórica e conceitos de acordo e auditórios, considerando a complexidade e o volume conceitual existente.

Conceituar ou definir Retórica não é tão fácil como se poderia imaginar, pois há várias acepções a seu respeito, inclusive algumas delas ganharam maiores ou menores proporções ao longo dos anos. Nosso entendimento acerca da Retórica parte da definição dos gregos que a consideram como teoria da argumentação, da ação sobre os espíritos por meio do discurso, sendo o campo da argumentação, o “do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1), sendo a palavra retórica originária do grego *rhetoriké*.

Nesse sentido, a Retórica não é do campo da verdade absoluta, daquilo que é preciso, exato, pontual, mas é do domínio da probabilidade, do verossímil, da inferência, conforme as pistas constituídas na interação verbal-discursiva dos sujeitos envolvidos em um evento social em que a linguagem é explorada numa perspectiva persuasiva.

Nessa perspectiva, abre-se a questão do que é a verdade em Retórica, considerando que todo ser humano defende seu ponto de vista diante de um fato e toma essa razão como a verdade. Os sujeitos, constituídos e construídos na interação verbal argumentativa, valem-se do discurso para justificar sua opinião, bem como tentar levar o outro a aceitar sua posição.

Diante disso, o universo da *doxa*¹⁷, em que se debatem as mais variadas opiniões possíveis sobre algo discutido, considera os agentes envolvidos no processo de persuasão em busca de uma definição final. Essa definição não é uma questão de natureza fácil, uma vez que exige reflexão, análise e reexame, pois o fato relaciona-se à problematização.

Tal fato refere-se à competência retórica que um sujeito deve possuir, seja em maior ou menor intensidade. Isso está associado ao fato de,

tendo a comunicação social assumido um papel cada vez mais marcante na esfera pública e no cotidiano das populações, intensificada pelos meios eletrônicos e pela crescente informatização, os novos modos de vida passaram a exigir o que se poderia chamar de competência retórica da parte de qualquer cidadão (MOSCA, 2004, p. 47).

Com relação à competência retórica, não cabe julgar esse fato ser positivo ou não, considerando os paradoxos que a retórica abrange, como Aristóteles já havia chamado atenção, ela é uma prática que pode apresentar um bom ou um mal uso, pois aqueles que teceram críticas sobre ela, fizeram-nas utilizando-se da própria retórica, fato esse bastante irônico.

Apresentamos as definições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Abreu (2004), Aristóteles (s/d), Reboul (2004), Ferreira (2010) e Meyer (2007). Por fim, o nosso conceito de Retórica, ou seja, o conceito que formulamos a partir das conceituações e questões epistemológicas deste trabalho. A Antiga Retórica preocupava-se com a ação oratória, enquanto a Nova Retórica está voltada para a estrutura da argumentação, não se detendo na maneira com qual a comunicação se efetiva.

¹⁷ Universo da problematidade em que se discutem as várias opiniões existentes acerca de um assunto.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 4), o objeto da teoria da argumentação “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. O âmbito da Retórica restringe-se aos elementos linguístico-discursivos, ou seja, ao uso da linguagem para convencer e para persuadir, não contemplando ações que visem a obter a adesão fora do campo da argumentação, sem nenhum uso da linguagem, servindo de apoio para a interpretação.

Argumentação só se faz por meio da linguagem. Etimologicamente, o termo “arg-” vem do grego que quer dizer brilho, luz (SILVA *et alii*, 2007). Assim, no processo de argumentação, tem-se a ideia de iluminar, de trazer luz para o que se expõe. Para Abreu (2004, p. 10), “argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. É também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro”.

Na realidade, o que se busca recorrentemente é a adesão do outro acerca daquilo que se apresente. E assim, o que caracteriza essa adesão é a variabilidade de sua intensidade com relação à identificação da evidência e da verdade, isto é, varia conforme o grau de adesão. Todavia, os aspectos relativos à verdade e à adesão devem ficar separados para que não se confundam, pois só, dessa forma, é possível desenvolver uma teoria da argumentação de alcance filosófico.

Quanto ao aspecto do convencimento e da persuasão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30) tratam que para quem se preocupa com esse caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. Aliás, essa característica racional da convicção depende dos meios utilizados, das faculdades às quais o orador se dirige. Afirmam, ainda, que quando utilizarem os termos “discurso”, “orador” e “auditório”, devemos entender, respectivamente como: aquilo que é apresentado, aquele que apresenta e aqueles a quem a argumentação se dirige sem se deter no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra oral ou pela escrita, sem distinguir discurso em forma e expressão fragmentária do pensamento.

A ideia de convencer ou de persuadir está associada à de auditório, que é composto pelos interlocutores a quem o orador se dirige e logo será conceituado dentro da Teoria Retórica. Mas, em se tratando da distinção que os autores se propuseram fazer entre convencer e persuadir vai explicar, ainda que indiretamente, o vínculo entre persuasão e ação de um lado e convicção e inteligência do outro. E devido ao caráter intemporal de certos auditórios, os argumentos que lhe são destinados não constituem necessariamente um apelo à ação imediata.

Na verdade, compreender essa questão entre os termos convencer e persuadir é bastante impreciso, e deve, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 33), continuar assim, “pois, ao passo que as fronteiras entre inteligência e a vontade, entre razão e o irracional, podem constituir um limite preciso, a distinção entre diversos auditórios é muito mais incerta”. Isso é devido ao fato de o modo como o orador imaginar o auditório ser o resultado de um esforço que está sempre aberto para ser retomado.

Esse ponto entre os termos explicitados são bastante tênues. Reboul (2004, p. XIV) já entende Retórica como a arte de persuadir pelo discurso. Na perspectiva do autor, discurso é “toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido”. E por esse motivo, segundo ele, a Retórica não é aplicável a qualquer discurso, mas somente àqueles que visem persuadir, pois para este autor, nem todo discurso intenta persuadir, como, por exemplos, poema lírico, tragédia, melodrama, comédia, romance, contos populares, piada, diferentemente de pleitos advocatícios, petições, alocação política, sermão, fábula, cartaz de publicidade, ensaio, panfleto, dentre outros.

A respeito dos termos convencer e persuadir, Reboul (2004) entende que persuadir é levar alguém a crer em alguma coisa, enquanto que convencer não seria fazer alguém crer em alguma coisa, mas a fazer compreender. Afirma ser uma questão filosófica, ou mesmo ideológica, até mesmo excessivamente dualista, pois opõe o homem de crença e de

sentimento à razão e à inteligência. Todavia, o autor renuncia a essa distinção. No entanto, destaca algumas considerações acerca do termo persuadir. Para ele, a persuasão retórica consiste em levar a crer, sem redundar necessariamente no levar a fazer. Se, ao contrário, ela levar a fazer sem levar a crer, não é retórica. Assim, Reboul (2004) entende a Retórica como arte de persuadir pelo discurso.

Quanto ao aspecto de ser uma *arte* é traduzido pelos gregos como *techné*. Logo, esse termo é repleto de ambiguidades. O autor aponta para as designações do termo como habilidade espontânea, bem como competência adquirida por meio do ensino, e como uma simples técnica. Todavia, há outra designação que contraria esta última, afirmando ser mais que uma simples técnica, pertencente apenas ao criador, “gênio”. No entanto, ao se dizer que Retórica é uma arte, estar-se-á pensando em todos esses sentidos. Em qualquer um desses sentidos, encontram-se os mesmos procedimentos, intelectuais e afetivos, que fazem da Retórica uma técnica.

A questão entre convencer e persuadir ainda continua, porém, não mais como uma discussão filosófica, mas apenas com fins didáticos, pois, segundo Ferreira (2010, p. 15),

o termo persuadir origina-se de *persuadere* (per + suadere). *Per*, como prefixo, significa ‘de modo cooperativo’. *Suadere* equivale a ‘aconselhar’. É, pois, levar alguém a aceitar um ponto de vista, é não se valer da palavra como imposição, mas, sim, de modo habilidoso. Persuadir contém em si o convencer (*cum + vincere*), que equivale a vencer o opositor com sua participação, persuadir o outro por meio de provas lógicas, injuntivas ou dedutivas.

Assim, por motivos didáticos, o persuadir refere-se ao mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, apelo às paixões do outro; e o convencer refere-se ao mover pela razão, pela exposição de provas lógicas, apelos ligados ao campo da racionalidade.

Analisando os teóricos da Retórica, acerca desse tópico de convencer e persuadir, verificamos que Perelman e Olbrechts-Tyteca

(2005) admitem a diferença, mas logo mostram a linha bastante tênue entre esses termos, deixando, de certa forma, a distinção, entendendo Retórica como a arte de argumentar. Reboul (2004) logo renuncia a tal distinção, mas chama atenção para o próprio termo persuadir. Ferreira (2010) faz a distinção apenas por questões didáticas e afirma que o persuadir contém o convencer. Não obstante, Abreu (2004) diz que convencer, etimologicamente, é vencer junto ao outro e não contra ele; e persuadir é falar à emoção do outro, estando sua origem ligada à preposição “per”, que quer dizer “por meio de” e *Suada* – deusa grega da persuasão. Para este autor, convencer e persuadir são distintos, enquanto este se refere à emoção; aquele, à razão.

Abreu (2004) entende Retórica também como arte de argumentar. Para ele (2004, p. 26), Retórica é “em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das idéias (sic), e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que não desejamos que ele faça”.

Conforme o autor, argumentar, ainda, é motivar o outro a fazer o que queremos, mas deixando-o fazer com autonomia, sabendo que suas ações são frutos de sua própria escolha, mesmo porque as pessoas não são máquinas para serem programadas. Salienta-se, assim, que todo mecanismo utilizado para persuadir deve ser ético.

Na tríade aristotélica, *logos*, *pathos* e *ethos*, a primeira dimensão, o *logos*, surge num quadro em que há uma pessoa que se dirige à outra e é destacado sobre as outras dimensões, pois para o filósofo a Retórica é tão-somente o estudo de técnicas destinadas a persuadir, ou seja, o estudo da argumentação propriamente dita, mas o *logos* ainda conserva a ideia de estilo agradável e emocional. Para Perelman (1997), após mais de dois mil e quinhentos anos, a Retórica continua sendo o estudo da argumentação, privilegiando o *logos*, porém tem-se um *logos* disciplinado, com o estilo esvaziado de emoção. Nesse caso, “estamos no quadro de uma racionalidade imanente do *logos*, mas tanto o orador como o auditório veem-se dessa vez explicitamente presentes na definição, ainda que contidos pela razão do razoável e do verossímil” (MEYER, 2007, p. 24).

Assim, percebemos as imprecisões que afetaram a definição de Retórica, pois aquela que remete ao agradar, agitando paixões, não parece a mesma que se empenha em convencer pelas razões. Desse modo, busca-se, segundo o autor, como desafio atual, uma definição abrangente, porém específica que permita acomodar tanto a argumentação judiciária quanto o discurso publicitário.

Surge, daí, uma nova definição, baseada no pé de igualdade entre *ethos*, *logos* e *pathos*, relacionada, respectivamente, a orador, argumentação e auditório para não cair numa concepção que exclua as dimensões constitutivas da Retórica, pois o retor, a linguagem e o auditório são essenciais. Nessa relação, o orador (*ethos*) e o auditório (*pathos*) negociam a diferença por meio da linguagem (*logos*), podendo essa diferença ser de natureza social, política, ética, ideológica, intelectual, entre outras. Nesse caso, deve haver o contraditório para que a Retórica se instale. A partir dessa perspectiva, Meyer (2007, p. 25) define Retórica como “a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma dada questão”.

Como se sabe, o contraditório sempre se instaura nas relações interpessoais no cotidiano humano; por esse motivo, a Retórica sempre se faz presente na vida dos sujeitos. Negociam-se, na relação entre as pessoas, a identidade e a diferença, seja a diferença da situação ou a dos outros, bem como o social que as enrijece, o político que as legitima, além do psicólogo e do moral que pairam sobre elas.

Diante de todas essas imprecisões e discussões ao longo dos tempos a respeito da Retórica, podemos dela formular um entendimento razoável. Assim, entendemos Retórica “como uma negociação entre sujeitos que apresentam suas diferentes opiniões ou suas diferenças em que o contraditório se constitui, e o ato de argumentar surge como meio de convencer e persuadir, por meio da linguagem, o outro, a fim de se obter adesão” (MELO, 2013).

Para que a Retórica se realize, é necessário que haja uma questão – *quaestio*, ligado a *quaerere* – indagar, investigar, procurar – que nada mais é do que um tema problematizável. Sobre uma questão, normalmente se têm, pelo menos, duas opiniões contrárias, o que

provoca a defesa das ideias por seus autores. A linguagem, nesse cenário, possui o papel principal, a nosso ver, por ser ela a responsável pela materialidade da argumentação.

O contraditório surge naturalmente, sendo que cada retor/auditório luta com as palavras para expressar em que acredita. Lembramos que, numa conversa polêmica, retor/orador e auditório/interlocutor trocam de posições a todo instante; ora o orador é auditório e vice-versa.

Em se tratando da qualidade da argumentação, pensa-se em dois pontos: a sua eficácia e a sua honestidade que, conforme Reboul (2004), nem sempre andam juntas. Para a argumentação ser eficaz, o orador deve considerar a natureza do auditório e conhecer as contingências restritivas e amplificadoras do contexto e do discurso. Quanto à questão da honestidade, vincula-se à causa, e a qualidade remete que ela não seja sofisticada, que vem do sofismo – um raciocínio de validade aparente. Na verdade, são premissas falsas que objetivam ganhar a adesão, legitimando amor-próprio e paixões.

Assim, corroboramos nosso conceito de Retórica como a negociação entre sujeitos envolvidos numa ocasião social em que se apresentam diferentes opiniões, constituindo o contraditório e o ato de argumentar como meio de convencer e persuadir o outro, por meio da linguagem, buscando-se obter a adesão do auditório (MELO, 2013). Os sujeitos interactantes, retores e auditório, constituem-se enquanto tais na relação retórica no contexto em análise.

Conceitos de acordo e auditório

Após essas conceituações acerca da Retórica, abordamos o auditório retórico, necessitando, para que haja argumentação, do acordo entre aquele que fala e aquele que ouve, com quem se interage.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 18 e 20), respectivamente, defendem que, para uma argumentação se desenvolver, é preciso que “aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”. É necessário “ter apreço pela adesão do interlocutor,

pelo seu consentimento, pela sua participação mental”, isto é, deve-se importar com o que o auditório/interlocutor pensa a respeito das premissas que lhe são apresentadas. Se os interlocutores com os quais se intenta interagir não valorizar o retor, aquele que profere com intuito de persuadir, não haverá argumentação, pois a regra básica é que haja, no mínimo, quem queira ouvir acerca de algo contraditório.

Os autores apresentam tipos de objetos necessários para que se estabeleça um acordo entre o orador e seu auditório, quais sejam: os fatos e as verdades, as presunções, os valores, as hierarquias e os lugares.

Com relação aos lugares, trata-se de fundamentar valores e hierarquias ou de reforçar a intensidade da adesão, recorrendo-se a premissas de ordem muito geral, ou seja, recorrendo-se a lugares fictícios que são “depósitos de argumentos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 94). Na verdade, é uma forma de classificar os argumentos. Segundo Abreu (2004, p. 81), “são premissas de ordem geral, utilizadas para reforçar a adesão a determinados valores”, ou seja. “locais virtuais facilmente acessíveis, onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade”.

Assim, Abreu (2007) relaciona-os, quais sejam: os lugares da quantidade que remetem as razões de quantidade, quer sejam as eleições no sistema democrático, em que aquele que vence é o que obtém maior quantidade de votos; os lugares da qualidade que remetem quando se contesta a virtude dos números, apresentam algo como difícil, raro, único, devendo-se, portanto, valorizá-lo. A vida humana é única, logo o sujeito deve zelá-la; os lugares da ordem que remetem às relações de superioridade do anterior sobre o posterior. Vence a corrida, quem chegar primeiro, por exemplo.

Há os lugares do existente que remetem às relações de superioridade daquilo que existe, que é real, sobre aquilo que é eventual, impossível. Quem ama tem que estar perto do seu amor, fazer-se presente, real, concreto; os lugares da essência remetem ao que se valoriza numa pessoa quanto à sua representação, ou seja, num concurso de canto, o que caracteriza essencialmente em um cantor: a

sua bela voz. Remetem também a coisas, do tipo: quer-se adquirir um produto eletrônico ou outro qualquer, logo se associa a uma marca famosa que melhor representa tal produto na sociedade consumista; e os lugares da pessoa que remetem, como o próprio nome sugere, à superioridade das pessoas sobre todas as coisas, o que é bastante recorrente nos discursos políticos, em que os servidores (seres humanos) sempre aparecem como favorecidos nas primeiras propostas das plataformas de governo.

Esses seis tipos de lugares ou *topoi*, conforme Aristóteles (s/d), constituem um estoque de argumentos que estariam potencializados, de forma sistematizada, para o seu uso dependendo das necessidades nas ocasiões em que se exija argumentação no cotidiano humano.

Diante disso, entendemos como se constitui um auditório e a sua natureza, pois, para que haja argumentação, é necessário que haja aquele que argumente, imbuído do acordo, e aquele(s) que preste(m) atenção, que valorize ao que se expõe, sendo preciso que esteja aberto para este fim. Sempre se argumenta para alguém, ainda que este alguém seja o próprio sujeito. Esse ou esses para quem se argumenta é o que se chama de auditório, pois o discurso não é um acontecimento isolado, ele nasce de outros discursos e aponta para outros, seja para complementar ou para se opor. Nesse sentido, o orador, que atua nos limites de uma área de valores aceitáveis, atribui aos membros de um auditório certas funções, como juízes, assembleia e expectadores.

Assim, no âmbito da Teoria Retórica, pode-se entender auditório como um grupo de pessoas que se quer persuadir, porém um auditório não é caracterizado necessariamente por um grupo de pessoas, mas também por uma só pessoa. A ideia de auditório é comum tanto à Retórica Antiga quanto à Nova, isso porque é em função dele que “qualquer argumentação se desenvolve” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 5).

A natureza desse auditório pode ser de três espécies: universal; formado unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; e a deliberação consigo mesmo ou o próprio sujeito. A natureza do auditório será responsável pelo sucesso de alguns argumentos pelo fato de determinar,

em ampla medida, o aspecto que estes assumirão quanto ao seu caráter e o alcance que lhes será atribuído. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 33), o auditório universal é “constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos normais”; o outro “é formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige”; e, por último, “o terceiro, enfim, é constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos”.

Quando o orador estiver diante de um auditório heterogêneo, ou seja, composto por pessoas de variadas funções ou posições sociais, diferenciadas pelo caráter, um auditório pluralista, deverá utilizar argumentos múltiplos a fim de conquistar os diversos elementos do referido auditório. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 24), “é a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador”.

É bom salientar que, apesar de se usarem os termos *auditório* e *interlocutor* como sinônimos, nem sempre o interlocutor constitui sozinho o auditório, como no caso de um repórter numa entrevista, pois o auditório não somente será o jornalista/repórter/entrevistador, mas o público do jornal/telejornal/revista para o qual aquele profissional trabalha.

Para Abreu (2004, p. 42), há dois tipos de auditório: universal e particular. O primeiro refere-se a “um conjunto de pessoas sobre as quais não temos controle de variáveis”, é um auditório genérico. O segundo refere-se a “um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos”, um auditório peculiar. Enquanto um remete a algo amplo, diverso (*lato sensu*) o outro remete a algo específico, pontual (*stricto sensu*).

Diante desses conceitos e classificações de auditório, podemos entender auditório como um grupo formado por uma pessoa ou várias pessoas que podem fazer parte de um mesmo domínio discursivo ou não, e que é responsável pelo caráter da argumentação que lhe é dirigida, bem como pelo comportamento que o retor/orador deve ter diante do auditório. É para quem uma argumentação se dirige, aquele(s) a quem o orador tem o intuito de influenciar com sua argumentação.

Assim, podemos classificá-lo de três tipos: universal, particular e o próprio sujeito. O universal constitui-se por um grupo de sujeitos bastante diversificados, seja em quaisquer aspectos, tais como político, religioso, social, cultural, entre outros. O particular constitui-se por um grupo relativamente homogêneo, pois, dizer que algo é homogêneo parece não adequado, considerando as ideologias e opiniões adversas que convivem simultaneamente na realidade humana; um grupo que, em linhas gerais, pode-se dizer que compartilha dos mesmos princípios, das mesmas ideias. O próprio sujeito constitui-se, como se sugere, pelo sujeito que fala para si mesmo, que analisa as suas próprias palavras, seu próprio discurso.

Quando um auditório constituir-se por um só sujeito, este poderá assumir um caráter mais universal ou particular, dependendo da posição que optar, ou seja, ele poderá encarar a argumentação como um homem comum, como um professor, como um médico, como pai, como achar que deve.

Considerações finais

Percebemos que a Retórica possui um arcabouço teórico bastante denso, ficando delicado fazer recortes teóricos, priorizar uns conceitos em detrimento de outros, pois todo o arcabouço tem sua funcionalidade peculiar no processo de convencimento e persuasão no jogo comunicativo entre os sujeitos interactantes.

Não obstante, buscamos nesse texto trazer os conceitos retóricos iniciais, começando pelo processo histórico com as diferentes gêneses da Retórica, porém focando na judiciária, apresentou as suas diversas definições, assumindo aquele que parecer ser mais contemplativa, além de outros conceitos basilares como a constituição do auditório e acordo, bem como sua discussão acerca desses pontos teóricos. Ainda há outros que necessitam ser explorados, sobretudo, a tipologia dos argumentos.

Por hora, a proposta nesse capítulo foi de trazer pressupostos teóricos, sem necessariamente ter que mostrar uma aplicabilidade,

apesar de ser notória a função desses elementos na interação humana que acontece cotidianamente na nossa vida.

Referências

ABREU, Antônio Soares. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro S. A., s/d.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, Deywid Wagner de. *Análise retórico-textual dos gêneros discursivos orais do judiciário: acusação e defesa*. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chain. *Retóricas*. Trad.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. *As marcas retórico-críticas no gênero editorial*. Maceió: Edufal, 2011.

ROJO, Roxane. Gênero do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In.: MEURER, J.L, BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, pp. 184-207.

SILVA, Hayla Thami da. *et alii. Operadores argumentativos: uma proposta produtiva de ensino*. Disponível em <www.filologia.org.br>, Acessado em 15 de março de 2007.

CAPÍTULO 10

O GÊNERO DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO À LUZ DOS ESTUDOS RETÓRICOS

Daiane dos Santos Rosendo Carnahúba
Sandra Araujo Lima Cavalcante
Max Silva da Rocha

Considerações iniciais

Este trabalho tem como principal objetivo realizar um estudo acerca do funcionamento dos argumentos persuasivos no gênero textual debate político televisionado, com base nos estudos da Antiga e Nova Retórica. Busca responder ao seguinte questionamento norteador: quais argumentos persuasivos fazem acontecer o gênero debate político televisionado? O questionamento será importante quando as análises propiciarem o entendimento do fenômeno da persuasão no gênero em estudo.

Os fragmentos do gênero em tela foram adquiridos no domínio público, ou seja, na *internet* e formam um total de três amostras. O debate político televisionado é um gênero que acontece apenas em períodos eleitorais e é decisivo para a conquista dos votos dos eleitores, já que, por meio do discurso (*logos*) os retores podem convencer e persuadir um eleitor quando eles estão debatendo em algum espaço midiático.

Outros trabalhos já foram realizados sobre o gênero debate político televisionado, mas acredita-se que este é um campo inesgotável de estudos sobre esse gênero dinâmico e plástico. Por exemplo, Silva (2018) em uma dissertação de mestrado mostra como acontecem as práticas argumentativas de debatedores políticos. O autor evidencia as técnicas argumentativas utilizadas pelos retores. Mesmo com o tributo do trabalho de Silva (2018), acredita-se que é importante a contribuição

de outros estudos acerca da investigação retórica do gênero em destaque.

A partir dessas contribuições, pretende-se, neste trabalho, também dar uma nova contribuição com os estudos retóricos e linguísticos sobre o gênero debate político televisionado, mas com um olhar voltado única e exclusivamente para a tríade aristotélica e para os quatro grandes grupos de argumento, a saber: os quase lógicos, os baseados na estrutura do real, os que fundam a estrutura do real e os que dissociam noções. Obviamente, esses argumentos possuem outros subtipos que serão explicados posteriormente.

O gênero debate político televisionado pertence à tipologia argumentativa e por isso fornece meios para que os debatedores abordem diversas questões e formem opiniões por meio dos argumentos convincentes e persuasivos. Por ser um gênero do domínio discursivo político, seus debatedores são fundamentais para o funcionamento desse gênero. Eles discutem e expõem suas ideias e opiniões sobre diversas temáticas na tentativa de convencer e persuadir o auditório (os telespectadores/eleitores) por meio dos argumentos retóricos.

Diante disso, busca-se entender como os argumentos se apresentam no gênero debate político televisionado. O trabalho está dividido em alguns pontos: o primeiro refere-se à pontuações acerca dos estudos retóricos; o segundo aborda a tipologia dos quatro grupos de argumentos; o terceiro discorre sobre as especificidades do gênero debate político televisionado; o quarto trata dos procedimentos metodológicos e das análises realizadas; e o quinto destaca os resultados alcançados por meio das análises.

Sendo assim, todos esses pontos foram seguidos com o objetivo de estudar as artimanhas persuasivas no gênero textual debate político televisionado. A partir desta investigação, será possível compreender como esse gênero é dotado de elementos de natureza retórica.

Considerações acerca da retórica

Os estudos retóricos têm suas filiações desde os gregos antigos sendo criados e sistematizados durante um período da Antiguidade. Partindo desse entendimento, defende-se a ideia de que a retórica sempre foi uma área da esfera judiciária e que acontecia em tribunais ou em praças públicas. Nas palavras de Reboul (2004, p. 1), ela é “anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir. Pode-se, aliás, encontrar retórica entre hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus”.

Assim sendo, a retórica, segundo Fiorin (2017), é um mecanismo discursivo utilizado por oradores para tentar convencer e persuadir o outro no plano das ideias e das emoções. Todo discurso tem, de algum modo, elementos retóricos, pois não existe texto/discurso sem intenção de influenciar o outro. Segundo Reboul (2004), a retórica é a arte de convencer e persuadir por meio do discurso e sua origem se dá com os gregos na Sicília. Desse modo, na Grécia Antiga, todos os problemas considerados importantes eram solucionados nos tribunais de justiça, com o voto popular. Por exemplo, quando camponeses tinham suas terras tomadas por um tirano, eles tinham que reivindicar diante dos tribunais da época.

A partir daí, montava-se um tribunal para julgar a devolução das terras, pois o tirano, quando falecia, não deixava substitutos. Fiorin (2017, p. 22) pontua que os impactos causados pela tomada das propriedades “mobilizavam grandes júris populares, que precisavam ser convencidos da justiça da reivindicação. A eloquência necessária para impedir o ânimo dos jurados tornou-se objeto de ensino”. Por isso, a retórica fornece subsídios capazes de explicar o que cada discurso comporta de elemento persuasivo.

A arte do bem falar, como era conhecida a retórica, era ensinada pelos sofistas, ou seja, os primeiros professores dessa teoria, que desempenharam um grande papel, pois contribuíram para a transformação da retórica em disciplina e ensinavam como julgar os

diferentes problemas, conforme as regras convencionais. Com isso, a retórica era um ensino útil e prático para que os cidadãos pudessem convencer e persuadir o outro no plano das ideias e das emoções, como explica Reboul (2004).

Vale ressaltar que a linguagem é vista pela retórica como sendo de natureza persuasiva. Tem-se que a retórica caminha por várias linhas de conhecimentos como Análise do Discurso, Estilística, Linguística Textual, Análise da Conversação, entre outras, mantendo um permanente diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. Tudo isso baseado nos estudos realizados por Aristóteles (2011) que sistematizou a arte retórica.

Baseando-se nos estudos de Aristóteles (2011) sobre retórica, pode-se dizer que a persuasão é criada, isto é, torna-se objeto de estudo da retórica e é utilizada de acordo com o auditório social através de argumentos persuasivos durante a proferição do discurso por parte do retor. De acordo com Reboul (2004), os argumentos são definidos “em três tipos no sentido generalíssimo de instrumentos de persuadir (*pisteis*): *ethos e phatos*, que são de ordem afetiva e *logos*, que é racional” (REBOUL, 2004, p. 47).

O *ethos* está ligado ao orador, o *phatos* às emoções e o *logos* à argumentação do discurso. Portanto, para que haja, de fato, um discurso retórico e persuasivo, é necessário haver uma conexão entre esses três meios (conjuntos) de persuadir. Dessa forma, os participantes de uma argumentação necessitam saber:

[...] cuidar para que tudo o que se inventa seja possível e não seja incompatível nem com a pessoa, nem com o lugar, nem com o tempo; vincular, se cabível, a ficção a algo de verdadeiro; evitar cautelosamente qualquer contradição [...] e não forjar nada que possa ser refutado [...]. (REBOUL, 2004, p. 56).

Sendo assim, fica evidente que a tríade aristotélica (*ethos-pathos-logos*) encontra-se sempre interligada e cada um dos meios com suas especificidades auxiliando na argumentação retórica. Esses

elementos são vistos em pé de igualdade, pois todo discurso é composto por alguém que fala, que ouve e de quem se fala. Por isso, neste estudo, a tríade aristotélica também é considerada uma categoria de análise imprescindível para entender o intrincado jogo persuasivo presente no gênero debate político televisionado.

Desde o seu surgimento, a retórica vem adotando diferentes concepções, dentre as quais destacaremos as que correspondem aos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), Reboul (2004) e Aristóteles (2011). É importante tecer alguns comentários sobre esses precursores dos estudos retóricos antigos e atuais.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) deram início aos novos estudos retóricos, considerando a retórica como uma técnica do discurso persuasivo que visa à adesão do auditório, sendo, desse modo, “a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 8). Visto isso, a teoria do discurso persuasivo pode ser vista como a prática constituída de argumentação para convencer, persuadir ou aumentar a adesão de um determinado auditório sobre determinado assunto.

Outra visão importante sobre retórica é a de Reboul (2004, p. 227), o qual compreende a retórica como “a arte de persuadir pelo discurso”. O referido autor considera o caráter artístico e persuasivo da teoria retórica, pois, sendo compreendida como arte, acontece de maneira subjetiva e a persuasão ocorre de maneira natural, mas por meio da linguagem, do discurso (*logos*).

Uma terceira definição dá conta de que a retórica é “o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir” (ARISTÓTELES, 2011, p. 44-45). Tem-se, desse modo, a interpretação discursiva e a exploração de elementos implícitos nas falas dos retores para construir contra-argumentos.

Com base nas concepções apresentadas, é possível perceber que todas elas se inter-relacionam, pois, seja como técnica, arte ou poder de persuadir/convencer, visam à eficácia comunicativa e, sobretudo, persuasiva do gênero debate político televisionado.

A tipologia dos argumentos retóricos

Conforme as ideias de Abreu (2004) e Reboul (2004), os argumentos são divididos em quatro grandes tipos, a saber: os quase lógicos, os fundados na estrutura do real, os que fundamentam a estrutura do real e os que dissociam noções. Cada um desses argumentos possui suas subdivisões e características que lhes são próprias.

O primeiro tipo de argumento são os quase lógicos, que têm a lógica como suporte; porém, faz uso de alguma maneira dos conhecimentos experienciais. Nas palavras de Reboul (2004), esses argumentos não são “puramente lógicos”. Entre os argumentos quase lógicos encontram-se outros subtipos de argumento, tais como: definição, incompatibilidade, autofagia, ridículo, regra de justiça, divisão, inclusão, entre outros.

O segundo grupo de argumentos é formado pelos fundados na estrutura do real, os quais não se apoiam na lógica. Fundamentam-se na experiência e refletem as questões de anterioridade e posterioridade dos fatos, pois “argumentar já não é implicar é explicar” (REBOUL, 2004, p. 173). Assim, dentro dessa tipologia, encontram-se o argumento pragmático, autoridade, a pessoa e seus atos, desperdício, vínculo causal, superação, entre outros.

O terceiro grupo de argumentos é formado pelos argumentos que fundamentam a estrutura do real, visto por Reboul (2004) como de ordem empírica. Nesse caso, eles criam e/ou complementam a estrutura da realidade existente compreendida pela maioria de um auditório social, fazendo com que surjam novos nexos ainda não notados na argumentação. Entre os argumentos presentes nesse grupo, têm-se alguns como: exemplo, modelo, antimodelo, analogia, ilustração, entre outros.

O quarto grupo de argumentos é o que dissocia noções, o qual é formado por construções de pares-hierarquizados, como: aparência/realidade, bom/mau, meio/fim, justo/injusto. Essa tipologia

possibilita avaliar e dissociar a realidade existente em duas novas realidades, a aparente e a verdadeira, conforme Reboul (2004).

Dessa forma, aconselha-se que os pares sejam vistos com ética, visto que, a depender do foco da relação do par, o retor pode fazer com que seu argumento perca a veracidade tornando-o artificial. Então, é importante ressaltar que esses tipos de argumentos são de grande importância para que qualquer retor possa empregá-los com fins persuasivos.

Todos esses grupos de argumentos fornecem meios para que o retor do debate político televisionado possa organizar e construir a argumentação. Logicamente, esses argumentos não se restringem apenas ao gênero debate, mas a qualquer gênero de linha argumentativa, a exemplo do gênero sermão oral (ROCHA, 2020). Pelo fato de o debate político ser o objeto investigado neste trabalho, passa-se a tecer alguns comentários sobre esse gênero do domínio político, apontando as definições, características, relevância social, entre outras especificidades.

A definição do gênero textual debate político

O debate político é um gênero textual por apresentar uma função social e ao mesmo tempo comunicativa definidas, caracterizando-se como uma prática de linguagem muito utilizada no domínio discursivo político. Esse gênero textual vem ganhando força e reconhecimento nos últimos anos no Brasil e em vários países do mundo, tendo vista a relevância e importância social das questões concernentes à política.

Assim sendo, o debate político é um gênero textual, pertence ao domínio discursivo político; insere-se na tipologia argumentativa; e possui grande relevância social na democracia. É por meio desse gênero que retores tentam convencer e persuadir seus interlocutores. Para isso, recorrem aos argumentos persuasivos, uma vez que a persuasão se dá por meio de uma argumentação que tenha credibilidade e transmita confiança.

Uma característica peculiar do gênero debate político é que ele acontece na modalidade de língua oral em que os debatedores ocupam um espaço-tempo no aqui e agora e conversam face a face sobre determinados temas propostos pelo moderador do debate. O auditório, nesse gênero, é classificado como universal, visto ser impossível controlar as variáveis daqueles que ouvem, assistem ao debate transmitido em diferentes mídias sociais.

De acordo com Silva (2018), entende-se que o gênero debate político televisionado tem a capacidade de instaurar o contraditório em suas argumentações de maneiras mais variadas, uma vez que seu suporte e sua finalidade são alinhados pelos interesses do político (debatedor); do canal televisivo (jornalismo) e, principalmente, do público (auditório social).

Costa (2008) define o gênero debate de acordo com os diferentes contextos comunicativos que esse gênero percorre. Desse modo, no cotidiano, ele é considerado como sendo uma discussão em defesa ou refutação de uma opinião através de argumentos. Na área jurídica, é tido como uma discussão ou argumentação, antes de um julgamento, realizada entre defesa e acusação. Na área política, é uma discussão argumentativa “e resolução formal de uma moção diante de uma assembleia legislativa ou outro corpo deliberativo público, de acordo com as regras do procedimento parlamentar ou regulamentar” (COSTA, 2008, p. 74). É importante ressaltar que, em todos os tipos de debates, a linguagem argumentativa/persuasiva se faz presente.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o debate político televisionado é definido como debate público regrado, visto que possui a presença de um moderador (no caso, o apresentador/jornalista) que apresenta discussões por meio de regras determinadas e definidas entre os candidatos participantes, sendo, também, como ressalta Costa (2008), um debate muito utilizado nos períodos de eleições através dos meios de comunicação, a exemplo do *corpus* deste trabalho. Sendo assim, por meio deste gênero textual, cada retor pode expor e defender suas ideias através de argumentos convincentes, de maneira organizada,

a fim de ganhar a audiência do público que está assistindo ao debate (auditório social e universal).

Procedimentos metodológicos e análise

O presente trabalho fundamenta-se em uma metodologia processual de análise retórica. Conforme pontua Leach (2015, p. 296), “o contexto do discurso deve ser o primeiro ponto a ser levado em consideração ao se embarcar em uma análise retórica, seja ao escolher um discurso oral, uma imagem ou um documento escrito”. No trabalho em tela, o discurso é oral e é analisado de acordo com as especificidades dessa modalidade linguística.

Esta abordagem segue uma linha qualitativa, pois as informações são estudadas em processo para a interpretação das hipóteses e não a quantificação dos dados. De acordo com Moreira e Caleffe (2008, p. 73), a abordagem qualitativa “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição, gravação”.

Nesse sentido, a subjetividade e a flexibilidade são características que contribuem para a realização desse tipo de pesquisa, pois a investigação se dá com o objetivo de compreender os fenômenos estudados. Os dados analisados no estudo dão ênfase aos tipos de argumentos presentes no gênero textual debate político televisionado, objetivando entender como acontecem as artimanhas persuasivas no gênero destacado.

O universo desta investigação é formado por apenas um debate político televisionado, o qual foi transcrito de acordo com as normas estabelecidas por Marcuschi (2003). O evento comunicativo do debate se realizou no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e foi transmitido por uma emissora de televisão nacional. Vale lembrar que, antes de ser transcrito, esse debate foi adquirido em forma de vídeo e encontra-se facilmente em domínio público, isto é, na *internet* e qualquer pessoa pode ter acesso.

De forma aleatória, escolheu-se apenas uma amostra entre os nove debates realizados no primeiro e segundo turnos do mesmo período eleitoral (2014). Após a escolha do debate, procedeu-se à transcrição do texto oral com a finalidade de garantir a identificação e interpretação dos argumentos persuasivos utilizados no citado gênero.

O debate selecionado foi transcrito na íntegra com duração de uma hora, vinte e dois minutos e seis segundos. Em seguida, selecionaram-se fragmentos que constituem os momentos de análise. A análise realizada ocorreu com base nos estudos retóricos, visando analisar os argumentos persuasivos utilizados por retores políticos no gênero textual debate político televisionado.

Os fragmentos foram retirados das considerações iniciais do primeiro, segundo e terceiro blocos do debate durante os quais os candidatos discutiram sobre diversos temas. Os participantes (candidatos) são denominados L1 e L2 e o moderador (pessoa responsável por comandar o debate) denominado L3. É importante salientar que o foco da análise deste estudo está voltado para os tipos de argumentos presentes durante as perguntas e respostas no gênero debate político televisionado.

Momento retórico 01

L1 - ...um governo que olhe para o futuro... governo que seja generoso... que não caia nessa armadilha da divisão do Brasil entre nós e eles entre Norte e Sul... eu acredito MUltO que nós podemos ter um governo... que una a eficiência com a decência... que tenha coRAgem para manter o Brasil numa rota de crescimento resgatando... a credibilidade que nós perdemos...
--

Fonte: *corpus* desta pesquisa.

Este primeiro fragmento mostra a fala do retor L1 acerca do que ele almeja para o Brasil caso vença as eleições. De início, o retor se utiliza do argumento quase lógico a divisão do todo em suas partes. O todo se caracteriza pelo próprio Brasil e a partes são o norte, o sul e as outras regiões. Ao utilizar esse argumento quase lógico, ele mostra que o país dividido não seria benéfico para a população, pois é preciso não cair “*na armadilha da divisão*”.

Continuando a exposição argumentativa do retor, percebe-se que ele recorre ao argumento baseado na estrutura do real intitulado pragmático. Ou seja, o ato de não cair na “*armadilha da divisão do Brasil*” gera uma consequência favorável, qual seja, “*um governo que olhe para o futuro*”, “*governo que seja generoso*”. O argumento colocado pelo retor é estratégico e visa mostrar as consequências favoráveis se o candidato (L1) conseguir ganhar a disputa presidencial, pois não irá permitir a divisão do país.

Adiante, o retor afirma que é necessário um governo que mantenha o “*Brasil numa rota de crescimento resgatando... a credibilidade que nós perdemos...*”. Ao encaixar esse discurso, o retor faz uso do argumento baseado na estrutura do real denominado de direção. Assim, percebe-se que o discurso do retor postula uma direção, ou seja, etapas para se obter um possível crescimento que outrora existia e foi perdido, como explica o retor.

Em se tratando do *ethos*, *pathos* e *logos*, observa-se que a tríade está conjuntamente estabelecida nesse momento retórico. O *ethos* é tido como o caráter do retor, neste caso, representado pela figura de L1 que atua utilizando os argumentos persuasivos e tocando na emoção, nos sentimentos do auditório; o *pathos* é caracterizado pelas paixões despertadas no auditório social, neste caso, nos eleitores que ouvem ou assistem ao debate político; o *logos* é caracterizado pelo uso dos argumentos persuasivos dos quais o retor lança mão para construir a argumentação.

Portanto, viu-se que o retor utilizou, nesta primeira amostragem analisada, o argumento quase lógico (divisão); os argumentos baseados na estrutura do real (pragmático e direção). Em contrapartida, não foram identificados argumentos pertencentes aos que fundamentam a estrutura do real e nem aos que dissociam as noções. A utilização dos argumentos no discurso visa ganhar a adesão do auditório social.

Momento retórico 02

L1 - Candidata... ((ri)) eu não sei quem tem lhe dado esses números...não repita... aquela oposição tão desqualificada que o PT fez ao nosso governo a senhora repete os mesmos números... não são verdadeiros candidata... aliás não falar a verdade se tornou uma tônica da sua campanha...

Fonte: *corpus* desta pesquisa.

O segundo fragmento mostra que o retor inicia sua fala de maneira irônica e afrontosa por meio de risos, quando diz: “*Candidata...((ri)) eu não sei quem tem lhe dado esses números...*”, ao se referir aos dados apresentados pelo retor de oposição fazendo uso, neste caso, do argumento quase lógico do ridículo, pois se trata de uma afirmação conflituosa entre os retores. A opinião aceita é que são outros dados e não os expostos pela “*candidata*”.

É possível verificar no mesmo excerto que o retor utiliza o argumento quase lógico da autofagia na tentativa de derrubar o argumento do adversário, ao dizer: “*não repita*”. Tal expressão mostra a incompatibilidade de uma proposição, neste caso, os possíveis números ditos pela candidata. Assim, o retor, de forma estratégica, faz com que o argumento da opositora se autodestrua na argumentação proferida.

Em seguida, percebe-se que o retor recorre ao argumento quase lógico de incompatibilidade ao encaixar a seguinte afirmativa: “*aquela oposição tão desqualificada que o PT fez ao nosso governo a senhora repete os mesmos números...*”. Observa-se que o retor retoma o argumento do adversário aplicando-o contra ele mesmo, mostrando que há contradições nas ideias apresentadas durante o discurso. A incompatibilidade ratifica a fragilidade do argumento utilizado, a exemplo do que falou a candidata.

Ainda no mesmo excerto, é possível verificar o argumento baseado na estrutura do real denominado o grupo e seus membros. Na medida em que o orador diz que “*o PT fez ao nosso governo*” depreende-se que há, nessa situação, uma evocação de todo um grupo partidário que representa parte da esquerda brasileira. Assim, a

candidata é membro de um grupo (PT) que tem muitos filiados/membros e ideologias estabelecidas.

O retor finaliza seu discurso com o argumento baseado na estrutura do real a pessoa e seus atos, ao afirmar: “*aliás não falar a verdade se tornou uma tônica da sua campanha*”. Observa-se, neste caso, que o retor expõe a relação entre a pessoa e seus atos, ou seja, tenta fragilizar a imagem do retor adversário, afirmando que ela é mentirosa. A pessoa se caracteriza pela própria candidata; os atos correspondem às atitudes falaciosas que provavelmente sejam ditas pela adversária.

O *ethos* atua na perspectiva das artimanhas do orador para tentar convencer e persuadir o auditório universal. Para isso, ele recorre aos argumentos; o *pathos* caracteriza-se pelas paixões despertadas no auditório social, pois o retor, a todo momento, mostra os deslizos da candidata adversária; o *logos* foi encadeado de maneira estratégica, ou seja, por meio da utilização dos argumentos retóricos para levar o auditório ao assentimento das ideias propagadas pelo retor.

A partir do que foi exposto, observa-se que o retor fez uso dos argumentos quase lógicos (ridículo, autofagia e incompatibilidade), baseados na estrutura do real (o grupo e seus membros e a pessoa e seus atos). Os argumentos que fundam a estrutura do real e os que dissociam noções não foram contemplados no fragmento em análise. O uso dos argumentos tem por objetivo persuadir o auditório em questão (os eleitores).

Momento retórico 03

L1 - ...não houve ao longo de todo esse período... do seu governo... um esforço maior... para que os investimentos da área da segurança pública... pudessem anhr ser investidos na sua totalidade...como não houve na saúde por exemplo...o tribunal de contas diz... que no seu gover:no... foram vinte bi:LHÕES de reais que deixaram de ser gastos...
--

Fonte: *corpus* desta pesquisa.

No terceiro e último fragmento escolhido para análise, o retor aborda em sua fala a questão de como seu adversário utiliza os investimentos destinados às áreas de segurança pública e de saúde. É o que se pode ver a seguir: “...*não houve ao longo de todo esse período... do seu governo... um esforço maior... para que os investimentos da área da segurança pública... pudessem anh ser investidos na sua totalidade...*”. Para isso o retor faz uso do argumento quase lógico do desperdício, pois a ideia transmitida é da que existiam recursos e não foram utilizados, provocando, dessa maneira, um desperdício, pois poderia ser aplicado em áreas importantes, como “*segurança pública*”.

Prosseguindo o discurso, é possível identificar o argumento que funda a estrutura do real denominado exemplo, quando ele diz: “*como não houve na saúde por exemplo*”. O orador recorre ao exemplo para mostrar o que a candidata não fez quando teve a oportunidade. Com isso, segundo o retor, ela provocou uma situação de mau uso dos investimentos públicos. O argumento é estratégico e tenta persuadir o auditório.

Por conseguinte, nota-se a presença de um argumento baseado na estrutura do real intitulado de autoridade. Esse argumento é utilizado quando se recorre a um nome, entidade e/ou instituição de prestígio. O retor encadeia a seguinte proposição: “*o tribunal de contas diz... que no seu gover: no... foram vinte bi:LHÕES de reais que deixaram de ser gastos...*”. Percebe-se que o retor sai de cena e traz a autoridade do “*tribunal de contas*” para valorar o discurso. Assim, o discurso ganha credibilidade, pois não foi qualquer pessoa que disse, mas um tribunal especializado sobre gastos públicos.

É possível verificar a utilização do argumento baseado na estrutura do real denominado desperdício. O retor é categórico: “*foram vinte bi:LHÕES de reais que deixaram de ser gastos*”. O uso desse argumento enfatiza os esforços utilizados na liberação do dinheiro que foram desperdiçados, pois bilhões de reais deixaram de ser gastos na área da saúde em benefício da população, o que provocou um desperdício do dinheiro público. Mais uma vez o argumento possui teor persuasivo.

O argumento baseado na estrutura do real nomeado pragmático também foi utilizado pelo retor para organizar o discurso persuasivo. Esse argumento ocorre quando o retor pontua que “*foram vinte bi:LHÕES de reais que deixaram de ser gastos...*”. Esse ato gerou uma causa desfavorável para o país, pois os recursos deixaram de ser aplicados em áreas como a segurança pública, saúde, entre outras. Com isso, verifica-se que há também uma ideia de causa e consequências dos fatos.

Novamente, a tríade retórica *ethos, pathos e logos* está presente no momento retórico em tela. O *ethos* do retor, ou seja, a imagem construída atua de forma a mostrar o que a candidata deixou de fazer; o *pathos* assegura a busca pelo despertar sentimentos no auditório para que este não vote na opositora do retor; o *logos* evidencia a utilização da argumentação por meio do encadeamento dos argumentos persuasivos.

Portanto, nesse terceiro momento retórico foi possível observar que o retor utilizou argumentos baseados na estrutura do real (desperdício (2), autoridade e pragmático); e o argumento que funda a estrutura do real (modelo) com vistas a persuadir o auditório.

Os resultados alcançados

Para uma melhor compreensão da utilização dos argumentos no gênero textual debate político televisionado, foi elaborado o quadro a seguir:

TIPOLOGIA	ARGUMENTOS
Argumentos quase lógicos	Divisão; Ridículo; Autofagia; Incompatibilidade;
Argumentos baseados na estrutura do real	Pragmático (2); Direção; O grupo e seus membros; A pessoa e seus atos; Autoridade; Desperdício (2).
Argumentos que fundam a estrutura do real	Modelo.
Argumentos que dissociam noções	Não se aplica.

Fonte: Dados dos autores.

Por meio das informações contidas no quadro, é possível afirmar que os argumentos persuasivos utilizados pelos retores do gênero debate político televisionado caminhou pelos argumentos baseados na realidade. Essa tipologia teve recorrência nos fragmentos analisados, contemplando seis argumentos, em que dois deles se repetem. Em seguida, há os argumentos quase lógicos em que apareceram quatro argumentos; depois há os argumentos que fundam a estrutura do real com apenas um argumento contemplado; os argumentos por dissociação das noções não foram contemplados nas análises, o que leva a pensar que essa tipologia não é muito utilizada nesse tipo de gênero textual.

Considerações finais

Este trabalho objetivou realizar um estudo retórico do gênero textual debate político televisionado. A partir das análises realizadas com a contribuição dos estudos retóricos da linguagem, foi possível perceber que o citado gênero possui categorias retóricas (argumentos e tríade retórica), as quais foram utilizadas pelos retores políticos.

Verificou-se que os retores utilizaram elementos retóricos em seus discursos para tentar convencer e persuadir o auditório, ou seja, os telespectadores, no caso, os eleitores, procurando mostrar que eles (os candidatos) eram as melhores opções à presidência.

No tocante à utilização dos argumentos, percebeu-se o uso dos quase lógicos, dos baseados na estrutura do real e dos que fundamentam a estrutura do real. Os argumentos por dissociação das noções não foram contemplados nos discursos. Provavelmente, isso se deu pelo fato de os retores se concentrarem mais no “aqui e agora” do jogo político e não em pares distintos e dissociados.

Os argumentos quase lógicos obtiveram presença acentuada nos discursos dos retores, a exemplo da divisão, ridículo, autofagia e incompatibilidade; a partir do uso dos argumentos, evidenciou-se a tipologia dos argumentos baseados na estrutura do real, pois foram os mais recorrentes nos fragmentos analisados. Argumentos como

pragmático, direção, o grupo e seus membros, a pessoas e seus atos, autoridade e desperdício foram imprescindíveis para a efetivação da argumentação. Em relação aos argumentos que fundam a estrutura do real, observou-se apenas a presença do argumento do modelo.

Retornando ao questionamento norteador deste trabalho: quais argumentos persuasivos fazem acontecer o gênero debate político televisionado? Notou-se que aparecem argumentos quase lógicos, baseados na estrutura do real, ligações que fundam a estrutura do real, bem como a tríade aristotélica *ethos*, *pathos* e *logos*.

Portanto, o debate político é um gênero, predominantemente, persuasivo por apresentar as características da tipologia argumentativa. A partir do que foi visto nas seções deste trabalho, pode-se afirmar que o gênero textual debate político televisionado é de linha retórica e visa à persuasão do auditório.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.

LEACH, Joan. Análise retórica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 296-318.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE. Luiz Gonzaga *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2008.

PERELMAN, Chaïn, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina A. P. Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Max Silva da. *As práticas argumentativas de oradores religiosos cristãos do agreste alagoano*. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, Romildo Barros da. *Análise dos argumentos persuasivos no gênero debate político televisionado*. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SOBRE OS AUTORES

DAIANE DOS SANTOS ROSENDO CARNAHÚBA

Possui graduação em Letras/Português e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). É especialista em Linguagem e Práticas Sociais, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). E-mail: dayanyrosendo@gmail.com

DEYWID WAGNER DE MELO

Possui graduação (2005) em Letras - Português/Inglês, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Mestre (2008) e Doutor (2013) em Linguística, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tem Especialização em Gestão e Desenvolvimento Universitário (UFAL/2009). Atualmente, é Professor Adjunto II, Coordenador de TCC e da área de Língua Portuguesa do Programa Institucional de Iniciação à Docência, no Curso de Letras UFAL – Campus Arapiraca, e Procurador Educacional Institucional da UFAL. Leciona as disciplinas Processos de Leitura e Produção de Textos de Língua Portuguesa, Linguística do Texto e do Discurso, Pesquisa Educacional, Semântica e Pragmática de Língua Portuguesa, Análise da Conversação e Análise do Discurso Crítica. Atua na área de Linguística, mais precisamente em Linguística Textual, com ênfase nas teorias e análise de gêneros orais e escritos, nos Estudos Conversacionais e nos Estudos Retóricos do Texto e do Discurso. E-mail: deywid@arapiraca.ufal.br

EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ

É mestranda em Linguística, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Linguística Aplicada na Educação, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Graduada em Letras/Português, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Palmeira dos Índios/AL. Participou do Programa Institucional de Bolsa

de Iniciação à Docência - PIBID, atuando como bolsista, no período de março de 2015 a março de 2018. É integrante do Grupo de Estudos em Ensino e Aprendizagem de Língua (GEEAL/UNEAL/CNPq), liderado pela Professora Mestre Maria Margarete de Paiva. E-mail: emanuellemariapianco@gmail.com

HÉBERTON MENDES CASSIANO

Graduado em Letras/Português e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Ceará. Atualmente, é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: hebertonmc@gmail.com

JOSÉ MARIA DE MELO SOUSA

É mestre em Teologia, pela Faculdades EST (2020); Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI (2015); graduado em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2017). De 2019 a 2020 foi professor do Seminário Teológico Batista de Teresina - STBT. Autor do livro “O ethos no discurso pastoral do neopentecostalismo brasileiro”, publicado pela editora da UFPI – EDUFPI. E-mail: sousameloap@gmail.com

JÚLIA VIEIRA CORREIA

É doutoranda em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa (UFRJ), mestre em Estudos de Linguagem (UFF), especialista em Educação (CPII) e em Língua Portuguesa (UFF), licenciada em Letras – Português/Literaturas (UFF) e graduanda em Pedagogia (UNIRIO). Foi professora residente do Colégio Pedro II e professora contratada do IFF – Maricá, além de ter atuado como docente voluntária no Pré-Vestibular Comunitário Fernando Santa Cruz (DCE-UFF). Atualmente, é professora contratada do Colégio de Aplicação da UFRJ e da rede privada de Niterói (RJ). E-mail: vieirajulia@id.uff.br

KETILEY GIOVANA ARAUJO MENEZES

É formada em Letras/Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Alagoas e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) na mesma instituição. E-mail: araujokeka99@gmail.com

MARIA INEZ MATOSO SILVEIRA

Possui graduação em Licenciatura em Letras Português/Inglês, pela Universidade Federal de Alagoas (1974), mestrado em Letras e Linguística, pela Universidade Federal de Alagoas (1993) e doutorado em Linguística, pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura e do Mestrado Profissional em Letras, da UFAL. É líder Grupo de Estudos do Texto e da Leitura: Perspectivas Interdisciplinares (GETEL/CNPq/UFAL). Tem experiência nas áreas de Leitura e Cognição, Linguística Textual, com ênfase em componentes sociocognitivos no processamento de compreensão de textos, atuando principalmente nos seguintes campos: formação de professores, ensino de línguas, leitura instrumental, teoria e análise de gênero textual (concepção sociorretórica) e letramento. E-mail: mimatoso@uol.com.br

MARIA SILMA LIMA DE BRITO

É professora de Língua Portuguesa e Redação em escolas públicas e particulares. Professora de Atendimento Educacional Especializado na rede pública. Atua no atendimento clínico psicopedagógico com crianças com dificuldades de aprendizagens, transtornos de aprendizagem e do transtorno do espectro autista-TEA. Graduada em Letras, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), é especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa – Universidade Estadual de Pernambuco (UPE). É especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente, é mestranda em Linguística, pela Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Centraliza seus estudos nas áreas da Ciência

Cognitiva da Leitura e da Neurociência Cognitiva tendo como objeto de estudo a aprendizagem inicial da leitura, decodificação/ fluência em leitura/ consciência metalinguística consciência fonológica/ Leitura e compreensão textual. E-mail: mariasilma95@gmail.com

MARCOS HELAM ALVES DA SILVA

Graduado em Pedagogia, pela Faculdade Integrada do Brasil, em Letras/Português, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Mestre em Letras, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Atualmente, é Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí – UESPI – Campus Dom José Vásquez Díaz. E-mail: marcoshelam@bjs.uespi.br

MARCOS SUEL DOS SANTOS

É doutorando em Linguística (PPGLL), pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Letras (ProfLetras), pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista em Letras: Português-Inglês, pela Faculdade São Luís de França (FSLF) e em Neuroaprendizagem, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em Letras, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Atualmente, é técnico pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião, Alagoas. Interessa-se pela Linguística Textual e pelos estudos da Leitura e Cognição, com foco no processamento de reconhecimento das palavras escritas na leitura em voz alta, nos processos de decodificação e na leitura em voz alta. É integrante do Grupo de Estudos do Texto e da Leitura: perspectivas interdisciplinares. E-mail: markus-christie@uol.com.br

MAX SILVA DA ROCHA

É professor colaborador do Curso de Letras/Português da Universidade Estadual de Alagoas, campus Palmeira dos Índios. É doutorando em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Possui mestrado em Linguística (2020) pela mesma universidade e

especialização em Linguística Aplicada na Educação, pela Universidade Candido Mendes (2017). É licenciado em Letras/Português, pela Universidade Estadual de Alagoas (2017), campus Palmeira dos Índios. Atua nas áreas da Linguística Textual, Retórica e Teoria Semiolingüística de Análise do Discurso, a partir dos seguintes temas: argumentação, discurso religioso, discurso teológico, história do cristianismo, referenciação em gêneros discursivos, entre outros. É sócio efetivo da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE). E-mail: msrletras@gmail.com

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA

É graduanda do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), campus III Palmeira dos Índios. É pós-graduanda em nível de especialização em Linguística Aplicada à Educação, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). É Estagiária Bolsista do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas (CLIND/UNEAL) e pesquisadora voluntária do Grupo de Estudo em Ensino e Aprendizagem de Língua (GEEAL/UNEAL). Foi Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UNEAL) durante os anos 2018 a 2019. E-mail: natalia2luczkievicz@gmail.com

THAÍS LUDMILA DA SILVA RANIERI

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Rural de Pernambuco, atuando na área de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e na Coordenação Geral das Licenciaturas. Desde 2018, coordena o Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) com ações voltadas para a Formação de Professores na UFRPE. Desenvolve também pesquisas na área da Linguística de Texto e Multimodalidade. Integra o Ledoc (Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco) cujo projeto está vinculado ao grupo de pesquisa ELU (Estudos da Língua em Uso).

Durante os biênios 2014-2016 e 2016-2018, integrou a diretoria do Gelne (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste). E-mail: thaisranieri@yahoo.com.br

SAMUEL BARBOSA SILVA

Doutor em Linguística/Análise de Discurso (UFAL), Professor Substituto na Universidade de Pernambuco campus Garanhuns. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: 1) Grupo de Estudo e Pesquisa em Análises de Discursos (GEPAD -UPE); 2) Grupo de Análise de Discurso (GrAD - UFAL); 3) Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (GEDON - UFAL). E-mail: samuel.bs@hotmail.com

SANDRA ARAUJO LIMA CAVALCANTE

Atualmente, é doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Possui graduação em Letras, pela Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (1991) e mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Alagoas (2012). É professora efetiva do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), campus Arapiraca. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura e escrita de gêneros textuais no ensino médio, gêneros textuais profissionais e escrita colaborativa. É integrante do Grupo de Estudos do Texto e da Leitura – Perspectivas Interdisciplinares (GETEL/CNPq/UFAL). E-mail: sandra_araujolima@yahoo.com.br

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



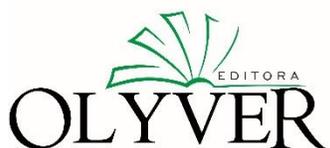
facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Enquanto sujeitos sociais, nós compreendemos o mundo e o universo linguístico que nos cerca a partir das experiências adquiridas no decorrer de nossa existência, baseando nosso conhecimento de mundo em um saber maior, isto é, um saber mútuo quando o sujeito se constrói à medida que também atribui significado a si e ao mundo. Nessa construção de um sujeito social, sujeito e mundo se fundem numa linguagem viva e em constante transformação. Numa perspectiva linguística, o sujeito, intérprete, falante, leitor e/ou escritor, é fruto de um acúmulo de conhecimentos, pois ao falar, escrever e principalmente ao decodificar os diversos textos expostos ao seu redor, cada sujeito imprime no mundo sua identidade linguística por meio da sua linguagem, seja fala, seja escrita ou gestos. Logo, sua linguagem é fruto de vivências comunicativas. Daí, surge a necessidade de conhecermos os fatores textuais e discursivos presentes em cada gênero textual, por meio dos quais os contextos de produção refletem as motivações por trás de cada texto. Assim, ao reconhecer a importância do universo linguístico que norteia a produção de cada gênero textual, os textos que compõem este livro são resultados de pesquisas atuais que buscam explicar o funcionamento da linguagem humana de maneira particular à luz das construções intelectuais de cada articulista/pesquisador. Por tudo isso, convido você, leitor, a conhecer esta obra.

Dr. Eduardo Pantaleão de Moraes

Professor e Pesquisador da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

